

OS GÊNEROS JORNALÍSTICOS E AS VÁRIAS FACES DA NOTÍCIA¹

Pollyanna Honorata Silva

RESUMO: Este trabalho pretende contribuir para a construção de uma teoria tipológica geral de texto, sob a ótica da Linguística Textual. Para tal, o ponto de partida refere-se ao conceito de comunidade discursiva, proposto por Swales (1990), que estabelece seis critérios de análise e segundo os quais delimitamos e definimos a comunidade discursiva jornalística. A partir desse ponto, fizemos um levantamento das categorias de texto presentes em jornais e revistas, classificando-as segundo a teoria tipológica de textos proposta por Travaglia (2003b), bem como a partir do conceito de gênero de Bakhtin (1997) e Bazerman (2005). Além dessa classificação, também nos propomos a estabelecer critérios e parâmetros para a definição do que seja um texto/gênero jornalístico, agrupando as categorias de texto encontradas nos jornais e revistas como jornalísticas ou não-jornalísticas, segundo o conceito de comunidade discursiva de Swales (1990) e a diferenciação entre gênero, suporte e canal ou meio proposta por Marcuschi (2003). Por fim, realizamos a caracterização da notícia, gênero base do jornalismo, bem como de suas várias faces, que correspondem a espécies do gênero notícia que são compostas, predominantemente, pelo tipo narrativo.

PALAVRAS-CHAVE: Textos Jornalísticos. Tipo. Gênero. Espécie. Suporte.

¹ Orientador: Dr. Luiz Carlos Travaglia.

OS GÊNEROS JORNALÍSTICOS E AS VÁRIAS FACES DA NOTÍCIA²

Pollyanna Honorata Silva

ABSTRACT: This study aims to be a contribution to the construction of a general tipological theory of texts, according to the postulates of the Text Linguistics. Thus, our starting point is related to the concept of discourse community proposed by Swales (1990), which establishes six criteria of analyses by which we have delimited and defined the journalistic discourse community. From that, we have studied the text categories present in the newspapers and magazines and classified them based on the tipological theory of texts proposed by Travaglia (2003a), as well as from the concept of genre by Bakhtin (1997) and Bazerman (2005). Besides such classification, we have also proposed some criteria and parameters for the definition of what a journalistic text/genre is. This way we have put together the text categories found in the newspapers and magazines as the ones which were considered journalistic, following the concept of discourse community of Swales (1990) and the difference among genre, tenor and mode, proposed by Marcuschi (2003). Finally, we have characterized the news, as a base genre in the journalism, as well as of its several faces, which we have found to be species of the news genre which are composed predominantly by the narrative type.

KEY-WORDS: Journalistic Texts. Type. Genre. Species. Tenor

² Orientador: Dr. Luiz Carlos Travaglia.

1 INTRODUÇÃO

Segundo Fávero e Koch (1988), podemos enumerar três momentos na Lingüística Textual. No primeiro, ainda encontramos a análise do texto visto como um conjunto de enunciados ou seqüências de enunciados e não há a tomada do texto como unidade de análise e ponto de partida das pesquisas. No segundo momento, ocorre a construção das gramáticas textuais. Neste momento se estabeleceu como tarefas da Lingüística Textual: a) verificar os princípios de textualidade, b) definir critérios de delimitação de textos; e c) diferenciar vários tipos de textos. No terceiro e último momento, a pragmática é inserida nas pesquisas referentes ao texto. Torna-se necessário, então, o conhecimento das condições de produção, recepção e interpretação do texto e; para isso, contribuíram significativamente a lógica das ações e a teoria dos atos de fala.

Este trabalho pode ser inserido na terceira tarefa da Lingüística Textual, elencada pelas autoras, uma vez que pretendemos caracterizar e classificar as categorias de texto existentes na comunidade discursiva jornalística.

Como toda tipologização, a que será proposta aqui possui critérios que não devem ser tomados como únicos e absolutos, mas devem ser considerados como sendo pertinentes tendo em vista o objetivo de construção de uma teoria geral de tipologia que possua, em primeiro lugar, parâmetros lingüísticos de análise do *corpus*.

Trabalhos desenvolvidos por estudiosos da Comunicação parecem não atender a exigências mais lingüísticas do estudo dos chamados textos jornalísticos e, à maneira dos manuais de estilo produzidos por jornais, não possuem critérios de caracterização e classificação

que possam servir de parâmetro de análise textual e construção de uma tipologia de textos jornalísticos sob a ótica da Lingüística Textual. Esses estudos, como os de Melo (1992) e Medina, J. (2001), procuram classificar todos os textos existentes e publicados no jornal, colocando sob uma mesma ótica de análise textos lingüísticos, não-lingüísticos e mistos que possuem naturezas distintas, ou seja, a classificação se aplica a todas as categorias de texto que aparecem nesse meio de comunicação, como horóscopo, charges, tiras, palavras cruzadas, receitas culinárias, fotos, mapas, etc. É o que ocorre na subdivisão da grande maioria dos jornais brasileiros, que, segundo Medina, J. (2001), dividem os gêneros jornalísticos em quatro grandes grupos:

1. Informativo: há o relato dos fatos da maneira mais objetiva possível;
2. Interpretativo: há a interpretação dos fatos, além da informação;
3. Opinativo: há a expressão de um ponto de vista a respeito de um ou mais fatos;
4. Entretenimento: há informações com o objetivo de distração dos leitores.

Sob nosso ponto de vista, não parece relevante e pertinente considerar o quarto item acima como uma categoria de texto jornalístico, pois nesse grupo estão textos como horóscopo, palavras cruzadas, tiras, charges, resumos de filmes, etc. Esses textos, conforme abordaremos neste trabalho, não estão inseridos na comunidade discursiva jornalística e não refletem a esfera de atividade social composta por jornalistas e suas ações sociais.

Além disso, as classificações e definições na literatura da Comunicação possuem como primeiro critério o leitor, já que o objetivo maior de todo comunicólogo é atingir seu público alvo, por motivos diversos como venda ou compra de um produto, serviço e até mesmo valores e ideologias. Segundo Medina, J.:

A classificação dos gêneros decorre das necessidades e das exigências dos leitores e, ao mesmo tempo, da organização e do desenvolvimento das empresas jornalísticas (não esqueçamos que, até bem pouco tempo, o jornalismo era considerado um gênero literário) (MEDINA, J., 2001, p.51).

Apesar de nossa proposta de classificação se distanciar das definições dos teóricos da Comunicação, há um ponto em comum: o fato de considerarmos que a notícia é o gênero de base do jornalismo, ou seja, é da notícia que parecem surgir a maioria dos gêneros publicados em jornais e revistas.

Devemos ressaltar que a não preocupação dos trabalhos na área da Comunicação com uma análise mais textual não lhes tira o mérito, uma vez que esses estudos são pertinentes aos seus objetivos e ao principal interesse de seus estudiosos, que é atingir o leitor.

Parece necessário e pertinente, portanto, a proposição de um trabalho que, em primeiro lugar, assuma critérios lingüísticos, como delimitação de conceito de texto e gênero, para a construção de uma teoria tipológica que se proponha a caracterizar e classificar textos jornalísticos, uma vez que não se pretende com essa proposição despertar o desejo do leitor pela leitura desses textos, mas contribuir para um trabalho diferente, que consiste na construção de uma teoria tipológica geral de texto.

Desse modo, o presente estudo **justifica-se**, além de seus objetivos, pela escassez de trabalhos que assumam uma visão mais lingüística e estrutural do texto jornalístico, embora reconheçamos a importância do contexto extraverbal, principalmente em um meio de comunicação que atinge vários públicos ao mesmo tempo, como ocorre no jornalismo, tanto escrito quanto oral. Além disso, este trabalho deve ser visto como a busca de uma contribuição para uma delimitação e classificação das categorias de texto existentes em toda nossa sociedade.

Em nossa análise, partimos da **hipótese** de que, assim como há uma competência textual comum aos usuários da língua que lhes permite identificar um texto jornalístico (embora sem

muito rigor metodológico), deve haver princípios lingüísticos organizadores desses textos, conferindo-lhes uma certa especificidade em relação a textos não-jornalísticos e diferenciando-os entre si. Além disso, também assumimos a hipótese de que a notícia é o gênero jornalístico por excelência e dela são derivados muitos gêneros que são, na verdade, várias formas de realização da notícia.

Nossos **objetivos** consistem, portanto, em:

1. Fazer um levantamento das categorias de texto existentes na comunidade discursiva jornalística;
2. Estabelecer critérios de delimitação e definição do que seja um texto/gênero jornalístico, apresentando uma caracterização desses textos, quanto à sua forma (superestrutura), função sociocomunicativa, conteúdo e algumas características da superfície lingüística (como estilo verbal);
3. Caracterizar a notícia (gênero base do jornalismo), apresentando suas características formais e de conteúdo, bem como de suas várias derivações, se assim for constatado.

Para o alcance de nossas metas, utilizamos um *corpus* constituído de textos escritos (o que exclui o Telejornal), publicados em três jornais e duas revistas, respectivamente: *A Folha de S. Paulo* (FSP), *O Estado de S. Paulo* (ESP), *Estado de Minas* (EM), *Veja* e *Época*.

Constituem o *corpus* de análise:

- A) Sete exemplares de cada jornal, de segunda a domingo de uma semana específica (de 21/11/2005 a 27/11/2005), a fim de que tivéssemos contato com todos os cadernos extras específicos de cada dia. Porém, na medida em que foi

pertinente, consultamos jornais de outras datas, para melhor verificação e análise do *corpus*;

- B) Revista *Veja*: a) ano 34, nº 6, edição 1687, 14/02/2001; b) ano 37, nº 50, edição 1884, 15/12/2004; c) ano 38, nº 31, edição 1916, 03/08/2005; d) ano 39, nº 7, edição 1944, 22/02/2006;
- C) Revista *Época*: a) nº 396, 19/12/2005; b) nº 398, 02/01/2006; c) nº 400, 16/01/2006; d) nº 406, 27/02/2006.

A escolha dessas revistas deveu-se ao fato de, além de serem conhecidas nacionalmente, possuírem uma estrutura semelhante à dos jornais, já que apresentam uma subdivisão temática à semelhança dos cadernos jornalísticos: política, cultura, turismo, dentre outros temas.

Desse modo, essas revistas não se constituem apenas de textos e notícias sobre um tema específico, como podemos constatar em revistas específicas de divulgação científica, por exemplo. Assim como procedemos na análise dos jornais, também consultamos revistas de outras datas em nossa análise.

Quanto à **metodologia**, nossa pesquisa, de caráter **qualitativo**, seguiu os seguintes passos:

1. Leitura de textos pertinentes ao estudo e discussões teóricas, concomitantes ao levantamento das categorias de texto da comunidade discursiva jornalística;
2. Estabelecimento de critérios de delimitação e conceituação de texto jornalístico, conforme leituras teóricas;
3. Levantamento e caracterização das categorias de textos/gêneros considerados jornalísticos, inclusive da notícia;

4. Conceituação e caracterização da notícia e, se constatada sua existência, dos gêneros que são variedades de notícia.

Quanto ao nosso aparato teórico, explicitamos os conceitos fundamentais da análise no item abaixo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO – ESTABELECENDO A ÁREA DE TRABALHO

Na condução de nossa análise, utilizamo-nos de um instrumental advindo, fundamentalmente, da Lingüística Textual, como abordaremos a seguir.

2.1 O conceito de texto

Como nosso trabalho refere-se a textos escritos, aqui enfocados da perspectiva tipológica enquanto gêneros, conforme abordaremos, é de fundamental importância o esclarecimento dos critérios de textualidade adotados e, conseqüentemente, do conceito de texto, uma vez que essa conceituação é responsável pela delimitação do *corpus* de análise.

Ao longo da história da Lingüística Textual, pode-se enumerar uma série de concepções de texto, tendo cada uma critérios de textualidade específicos. Os conceitos de texto presentes em Marcuschi (1986), Koch & Travaglia (1991) e Fávero & Koch (1988) revelam as divergências entre lingüistas na definição do termo.

Em linhas gerais, encontram-se dois parâmetros de classificação desses conceitos:

1) O da imanência do sistema lingüístico;

2) O de critérios extralingüísticos, que tomam o texto como unidade comunicativa, introduzindo a Pragmática e desconsiderando a classificação de texto como simples unidade lingüística.

Neste trabalho, será adotado o conceito de texto abaixo, uma vez que apresenta critérios menos restritos (como extensão) e mais relacionados à situação de interação comunicativa (critérios extralingüísticos).

unidade lingüística concreta – perceptível pela visão ou audição – que é tomada pelos usuários da língua – falante, escritor/ouvinte, leitor –, em uma situação de interação comunicativa, como uma unidade de sentido e como preenchendo uma função comunicativa reconhecível e reconhecida, independentemente da sua extensão. (KOCH & TRAVAGLIA, 1991, p. 10).

Como essa definição abrange apenas textos constituídos de signos lingüísticos (“unidade lingüística”), consideramos também um conceito mais amplo de texto, que extrapola o lingüístico e considera como manifestação de textualidade esculturas, quadros, paisagens e gravuras, ou seja, qualquer forma de linguagem.

Nesse sentido, texto “designa toda e qualquer manifestação da capacidade textual do ser humano, (quer se trate de um poema, quer de uma música, uma pintura, um filme, uma escultura, etc), isto é, qualquer tipo de comunicação realizada através de um sistema de signos” (FÁVERO & KOCH, 1988, p.25).

A adoção dessas duas acepções do termo *texto* justifica-se pelo fato de textos como a notícia, gênero jornalístico de grande ocorrência, ser constituída ora apenas por signos

lingüísticos e ora por estes e imagens (fotos, gráficos, mapas, esquemas, etc), que auxiliam no estabelecimento da coerência, funcionando como contextualizadores.

Portanto, o *corpus* deste trabalho é constituído tanto por textos lingüísticos escritos como por textos mistos (signo verbal escrito e não-verbal), mas não fazem parte da análise textos que possuem apenas linguagem não-verbal, uma vez que não correspondem às categorias de texto que encontramos no material de análise.

2.2 TIPOLOGIA TEXTUAL

Esclarecido o conceito de texto, ponto de partida para qualquer tentativa de construção de tipologias textuais, é preciso explicitar a teoria tipológica que conduzirá a análise dos textos jornalísticos.

Será adotada a proposta de Travaglia (2003b), que postula a existência de três classes de texto, de natureza distinta, cuja distinção é fundamental para a análise das categorias de texto existentes na sociedade. Segundo o autor, a não distinção dessas classes de textos seria responsável pelos problemas de construção de algumas teorias tipológicas existentes, da relação entre essas tipologias, da classificação de textos e da relação entre diferentes classificações que um mesmo texto pode receber.

Segundo o autor, uma categoria de texto é um termo que designa

[...] qualquer classificação que uma sociedade ou cultura dêem a um texto, tipologizando-o. O elemento tipológico³ identifica uma classe de textos que têm uma forma, estrutura, conteúdo, estilo, funções, etc., mas distintas das características de outros elementos tipológicos, o que permite diferenciá-los. São exemplos de elementos tipológicos em nossa sociedade e cultura brasileiras: descrição, dissertação, injunção,

³ Como a teoria de Travaglia (2003b) para tipologias textuais encontra-se em constante construção, o termo elemento tipológico, citado pelo autor em 2004, hoje recebe a denominação de categorias de texto.

narração, argumentação *stricto sensu*, predição, romance, novela, conto, fábula, parábola, caso, ata, [...] (TRAVAGLIA, 2004, p. 147).

As três naturezas de textos propostas por Travaglia (2003b) são: **tipo, gênero e espécie**; que são chamadas pelo autor de **tipelementos**, termo genérico utilizado para se referir a qualquer um desses elementos.

2.2.1 O tipo

O **tipo** é estabelecido pelo modo de comunicação que instaura, em função de perspectivas adotadas pelo produtor dos textos e que variam, constituindo tipologias distintas. Desse modo, o tipo é uma maneira de interlocução usada por um interlocutor, que pode adotar perspectivas diversas. Travaglia (2003b) registra alguns exemplos de tipos.

A primeira das perspectivas apontadas pelo autor é aquela em que o locutor se coloca em relação ao objeto do dizer na perspectiva do conhecer/saber ou fazer/acontecer, inserido ou não no tempo e espaço. Dessa postura do produtor do texto derivam os tipos que são nomeados por **descrição, dissertação, narração e injunção**.

A relação entre a perspectiva do produtor (bem como outros aspectos) para estes quatro tipos de texto está mais detalhada no quadro a seguir, extraído de Travaglia (2003b).

	Descrição	Dissertação	Injunção	Narração
Perspectiva do produtor do texto	Enunciador na perspectiva do espaço em seu conhecer.	Enunciador na perspectiva do conhecer, abstraído do tempo e do espaço.	Enunciador na perspectiva do fazer posterior ao tempo da enunciação.	Enunciador na perspectiva do fazer/acontecer inserido no tempo.
Objetivo do enunciador	O que se quer é caracterizar, dizer	Busca-se o refletir, o	Diz-se a ação requerida,	O que se quer é contar, dizer os

	como é.	explicar, o avaliar, o conceituar, expor idéias para dar a conhecer, para fazer saber, associando-se à análise e à síntese de representações.	desejada, diz-se o que e/ou como fazer, incita-se à realização de uma situação.	fatos, os acontecimentos, entendidos como os episódios, a ação / o fato em sua ocorrência.
Forma como se instaura o interlocutor	Como “voyeur” do espetáculo.	Como ser pensante, que raciocina.	Como aquele que realiza aquilo que se requer, ou se determina que seja feito ou aconteça.	Como assistente, espectador não participante, que apenas toma conhecimento do(s) episódio(s) ocorrido(s).
Tempo referencial ⁴	Simultaneidade das situações.	Simultaneidade das situações.	Indiferença à simultaneidade ou não das situações.	Não simultaneidade das situações, portanto sucessão.
Relação entre o tempo de enunciação e o referencial.	O tempo da enunciação pode ser posterior, simultâneo ou anterior ao tempo referencial.	O tempo da enunciação pode ser posterior, simultâneo ou anterior ao tempo referencial.	O tempo referencial é sempre posterior ao da enunciação.	O tempo da enunciação pode ser posterior, simultâneo ou anterior ao tempo referencial.

Quadro 1. Relação entre perspectivas do produtor e os tipos: narrativo, descritivo, dissertativo e injuntivo.
Fonte: Travaglia (2003b, p. 6).

Quando a perspectiva do produtor do texto é dada pela imagem que este faz do seu receptor como alguém que concorda ou não com ele, há o discurso da transformação (quando não há concordância), ou da cumplicidade (quando há concordância), estabelecendo-se, respectivamente, os tipos **argumentativo *stricto sensu*** e **argumentativo não *stricto sensu***.

Essa nomenclatura, que opõe a argumentação *stricto sensu* à não-*stricto sensu*, deixa-nos claro que o autor parte do princípio de que todo texto pode ser considerado argumentativo (no sentido *lato*), na medida em que nenhum gênero surge sem nenhum propósito, sem exprimir nenhuma opinião ou juízo de valor.

⁴ Tempo referencial é o tempo de ocorrência no mundo real em uma sucessão cronológica.

Por isso, quando referimo-nos a um texto argumentativo, este deve ser entendido em seu sentido *stricto sensu*, em que o locutor do texto tem uma imagem do alocutário como alguém que não concorda com ele (seu adversário), assumindo, então, uma posição de transformar esse alocutário em seu cúmplice.

O produtor do texto pode se colocar ainda na perspectiva de antecipação no dizer, dizendo antes de se realizar, e, neste caso, temos os textos **preditivos** e **não-preditivos**. Já quando a perspectiva é a do comprometimento ou não com o que está sendo dito, temos os textos do **mundo comentado** (comprometimento) e do **mundo narrado** (não comprometimento) (Cf. Weinrich, 1968). Travaglia (2003b) ainda registra tipologias que não abordaremos aqui por não serem fundamento para nosso trabalho.

Apresentamos acima quatro tipologias de texto segundo a perspectiva adotada, incluindo a narração, descrição, dissertação e injunção em uma tipologia distinta do texto argumentativo e preditivo, ao contrário do que ocorre em outras classificações já existentes.

Essa característica é um dos motivos da adoção dos pressupostos teóricos de Travaglia (2003b), uma vez que, separando esses tipos em classificações/tipologias distintas, o autor esclarece a existência, por exemplo, de textos ao mesmo tempo narrativos/preditivos, descritivos/argumentativos e descritivos do mundo narrado ou comentado; visto que reconhece o **cruzamento de tipos** (um texto pode realizar simultaneamente tipos de tipologias estabelecidas por perspectivas – critérios - diversos, como os exemplificados anteriormente), não considerando esse cruzamento como um novo tipo e evitando incoerências taxonômicas; pois, por um princípio taxonômico, um texto só pode ser classificado de uma categoria **ou** de outra, dentro de uma mesma tipologia.

Além do **cruzamento** de categorias, de tipologias distintas, o autor postula a **conjugação** de tipos de uma mesma tipologia em um texto, podendo um deles ser ou não dominante. Essa dominância, quando se estabelece, acontece em termos de intenção comunicativa, não de espaço preenchido na superfície textual.

Assim, por exemplo, no romance, há trechos narrativos, descritivos, dissertativos e mesmo injuntivos (geralmente em falas de personagens), mas o tipo narrativo é dominante, daí dizer-se que o romance é narrativo. Já no caso da bula de remédio, por exemplo, em que aparecem os mesmos tipos de textos (narrativo, descritivo, dissertativo e injuntivo), nenhum deles é dominante e não podemos dizer que a bula seja um gênero necessariamente narrativo ou descritivo ou dissertativo ou injuntivo.

Travaglia propõe ainda o **intercâmbio** de categorias, que acontece “quando uma categoria de texto é usada por outra que seria a esperada, tendo em vista a situação e o modo de interação. Com isto, obtêm-se efeitos de sentido novos, inesperados, inusitados” (informação verbal⁵).

A seguir, falamos dos gêneros, segundo Travaglia (2003b) e outros autores.

2.2.2 O gênero

Outro tipelemento definido por Travaglia (2003b) é o **gênero**, que se caracteriza por exercer uma função social específica de comunicação. Desse modo, em cada gênero há uma função sociocomunicativa, cuja explicitação, segundo o autor, muitas vezes, é bastante complexa.

⁵ Trecho de aula ministrada pelo professor Dr. Luiz Carlos Travaglia, no Mestrado em Lingüística da Universidade Federal de Uberlândia, MG, outubro, 2005.

O quadro a seguir, extraído de Travaglia (2002), apresenta exemplos de funções básicas de alguns gêneros definidos por atos de fala.

	Grupo de Gêneros	Função Básica Comum
01	Aviso, comunicado, edital, informação, informe, participação, citação	Dar conhecimento de algo a alguém
02	Acórdão, acordo, convênio, contrato, convenção	Estabelecer concordância
03	Petição, memorial, requerimento, abaixo assinado, requisição, solicitação	Pedir, solicitar
04	Alvará, autorização, liberação	Permitir
05	Atestado, certidão, certificado, declaração	Dar fé da verdade de algo
06	Ordem de serviço, decisão, resolução	Decidir, resolver
07	Convite, convocação, notificação, intimação	Solicitar a presença
08	Nota promissória, termo de compromisso, voto	Prometer
09	Decreto, decreto-lei, lei, resolução	Decretar ou estabelecer normas
10	Mandado, interpelação	Determinar a realização de algo
11	Averbação, apostila	Acrescentar elementos a um documento, declarando, corrigindo, ratificando

Quadro 2. Relação de alguns gêneros definidos por atos de fala.

Fonte: Travaglia (2002, p. 152).

Para Travaglia, os vários gêneros com a mesma função básica vão se distinguir por outros elementos das condições de produção tais como produtor, receptor, comunidade discursiva e/ou instituição, etc.

O gênero, portanto, possui uma natureza social, exterior ao texto, à concretude das palavras. De fato, na vasta literatura a respeito do termo *gênero*, este sempre possui um aspecto social e histórico, o qual pretendemos ressaltar e assumir neste trabalho, haja vista a importância dos gêneros jornalísticos na sociedade.

Em seus estudos lingüísticos, Bazerman (2005) parte de uma perspectiva sócio-interativa, revelando que os gêneros estão intimamente ligados a fatos sociais e atividades humanas. Desse modo, o autor nos mostra que um gênero sempre está relacionado a outro, seja num mesmo momento histórico e social ou em momentos anteriores. Isso explica a estreita semelhança e difícil classificação e delimitação de muitos textos jornalísticos, como aqueles que neste trabalho chamamos de “notas” e alguns artigos que à primeira vista parecem notícia. No prefácio à obra de Bazerman (2005), Marcuschi afirma:

O ensaio sobre as cartas não só ilustra, mas comprova a tese de que os gêneros são formas típicas de usos discursivos da língua desmembradas de formas anteriores, pois os gêneros nunca surgem num grau zero, mas num veio histórico, cultural e interativo dentro de instituições e atividades preexistentes (MARCUSCHI, 2005 apud BAZERMAN, 2005, p.10).

O que é ressaltado o tempo todo por Bazerman é a relação entre gênero e organização de atividades sociais; já que os textos, segundo o autor, são responsáveis pelo estabelecimento e surgimento de fatos sociais, os quais regem e orientam a vida social.

Essa relação nos parece muito clara quando temos em mente uma notícia de cunho político, por exemplo, em que é anunciada uma medida econômica que, de algum modo, irá influenciar a vida de todos os cidadãos. Temos, portanto, que os gêneros, na medida em que criam fatos sociais e atividades, são responsáveis pela tipificação dos mesmos. Esse processo de tipificação reside no fato de “[...] mover-se em direção a formas de enunciados padronizados, que

reconhecidamente realizam certas ações em determinadas circunstâncias, e de uma compreensão padronizada de determinadas situações” (BAZERMAN, 2005, p. 29).

A tipificação, portanto, dá uma forma aos gêneros correspondentes a determinadas ações profissionais e, conseqüentemente, também estabelece uma forma específica de ação.

Devemos entender o gênero nessa perspectiva como sendo responsável pela criação de fatos sociais, os quais “consistem em ações sociais significativas realizadas pela linguagem, ou atos de fala” (BAZERMAN, 2005, p. 22).

Segundo Bazerman (2005), um fato social é: 1) aquilo que as pessoas acreditam que seja verdadeiro; 2) aquilo que está relacionado com o social e 3) aquilo que afeta o que as pessoas falam ou escrevem.

No primeiro caso, temos uma crença, um conjunto de valores que as pessoas acreditam que seja verdadeiro e que orienta suas ações. Por exemplo, se algum indivíduo ou um grupo de pessoas acreditam que há uma ameaça de guerra em sua cidade ou país, elas podem migrar para outro lugar, em busca de refúgio.

Quando os fatos sociais possuem relação com aspectos sociais, temos os acordos instituídos historicamente, ou seja, agimos de forma a concordar com a imposição e autoridade de um prefeito, por exemplo, porque acreditamos na legitimidade de um acordo que confere autoridade a essa pessoa.

Como os fatos sociais surgem por meio de textos, não poderiam deixar de influenciar o uso da linguagem, ou seja, o próprio texto produzido pelas pessoas. Desse modo, se numa conversa entre amigos um deles acreditar que naquele momento foi feita uma aposta, um deles irá cobrar de quem perdeu. Por outro lado, se as outras pessoas não consideraram a realização da aposta, haverá um conflito e discussão entre elas.

Como constatamos na definição acima, os fatos sociais acontecem por meio de atos de fala, realizados tanto oralmente quanto pela linguagem escrita. Porém, neste último caso temos que considerar a existência de um ato dominante, já que um texto escrito pode conter vários atos, o que não ocorre com sentenças curtas e orais, em que a percepção do ato realizado é mais clara e menos conflituosa.

Temos, portanto, uma reciprocidade em relação aos textos e fatos sociais, pois um interfere na constituição do outro, já que a produção de um texto pode ser influenciada por fatos sociais e objetivos sociocomunicativos diversos e, por outro lado, um texto pode gerar uma interação social, na medida em que pode estabelecer e tipificar certas ações sociais e, conseqüentemente, fatos sociais.

A teoria dos atos de fala citada por Bazerman (2005) foi primeiramente proposta por Austin (1990), que divide as proposições da língua em constativas e performativas. As primeiras seriam meros enunciados descritivos, com o objetivo único de informar e registrar. Um exemplo seria “O filho de Maria é muito inteligente”, em que nenhuma atitude ética ou política estaria envolvida no pronunciamento desta proposição constativa. Já em “Eu vos declaro marido e mulher”, há um pronunciamento performativo, porque dizer estas palavras não implica simplesmente uma descrição, mas uma ação social é realizada quando o sacerdote faz esse pronunciamento.

Porém, ao longo do livro e ao longo da tentativa de criar uma lista de verbos e palavras performativas, Austin propõe uma reflexão constante e, conseqüentemente, a conclusão de que mesmo as proposições ditas constativas carregam uma força performativa. Ou seja, descrever algo não é simplesmente informar, mas também pode conter uma série de questões éticas e expressar uma relação de poder, na medida em que também se constitui numa ação na sociedade.

Sendo assim, o autor prefere não propor uma lista de palavras performativas, mas uma lista de forças perlocucionárias.

Desse modo, a teoria dos atos de fala de Austin revela o caráter performativo da linguagem, mostrando a força e a ação do signo lingüístico, que pode ser um forte instrumento de poder e de realização de ações. Segundo essa teoria, existem três níveis de análise das proposições. Temos: 1) o ato locucionário, que consiste nas próprias palavras e proposições ditas ou escritas; 2) o ato ilocucionário, que é o ato que pretendemos que nosso interlocutor reconheça quando emitimos uma ou mais proposições; e 3) o ato perlocucionário, que é o efeito que produzimos no nosso interlocutor, ou seja, o que é entendido na recepção do ato de fala.

Essa análise em três níveis nos mostra que nem sempre o efeito perlocucionário coincide com o ato locucionário, ou seja, nem sempre as pessoas entendem o que dissemos ou escrevemos da maneira como queríamos. Sendo assim, torna-se necessário que nossos textos e, conseqüentemente, que nossas ações sejam **típicas**, facilitando assim o entendimento e a comunicação na vida social.

É nesse ponto que surgem os gêneros, entendidos como uma tipificação de textos e ações que atendem às exigências de comunicação entre os indivíduos. Percebemos que essa definição de gênero parte primeiramente do social, de objetivos extralingüísticos de comunicação, como entender e se fazer entender. Desse modo, um gênero não é apenas um conjunto de características lingüísticas as quais reconhecemos na sua definição, mais que isso:

Podemos chegar a uma compreensão mais profunda de gêneros se os compreendermos como fenômenos de reconhecimento psicossocial que são parte de processos de atividades socialmente organizadas. Gêneros são tão-somente os tipos que as pessoas reconhecem como sendo usados por elas próprias e pelos outros. Gêneros são o que nós acreditamos que eles sejam. Isto é, são fatos sociais sobre os tipos de atos de fala que as pessoas podem realizar e sobre os modos como elas os realizam. (BAZERMAN, 2005, p.31).

Estamos entendendo os gêneros, portanto, não como meras tipificações textuais, mas também como uma forma de tipificação social, na medida em que fazem parte do modo como as pessoas agem socialmente e tipificam suas atividades profissionais. Os gêneros dão forma e organizam a vida social e são usados, principalmente, com o objetivo de promover e organizar atividades entre seres humanos.

Também nessa perspectiva social, Mikhail Bakhtin, um grande precursor dos estudos do gênero, em 1953, já definia os gêneros como “tipos relativamente estáveis de enunciados” (BAKHTIN, 1997, p. 279) e, à semelhança de Swales (1990) e Bazerman (2005), já situava o gênero dentro das mais diversas atividades sociais, como podemos perceber no trecho abaixo, com grifo nosso:

A utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra **esfera da atividade humana**. O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma **dessas esferas**. (BAKHTIN, 1997, p. 279).

Situando, então, o gênero dentro de uma esfera de atividade humana e como um tipo de enunciado, o autor postula três características inerentes aos gêneros: a) conteúdo, b) estilo verbal e c) construção composicional. Esse conceito de gênero assemelha-se ao que para Travaglia (2003b) constituem-se nas categorias de texto, ou seja, gênero na perspectiva bakhtiniana corresponde às categorias de texto para Travaglia (2003b), incluindo as três classes de textos postuladas por ele como tipo, gênero e espécie.

Uma evidência disso seria o fato de podermos constatar as três características propostas por Bakhtin (1997) nos três tipos de Travaglia (2003b), embora quanto à espécie haja algumas restrições.

Desse modo, não apenas os gêneros segundo a proposta de tipologia adotada, mas também os tipos, por exemplo o tipo narrativo, possuem três características: a) de conteúdo: na narração sempre há a seqüenciação de fatos/acontecimentos/eventos (Cf. TRAVAGLIA, 1991); b) estilo verbal: a progressão dos fatos narrados ocorrem pela presença de verbos no aspecto perfectivo (Cf. TRAVAGLIA, 1991); e c) construção composicional: os tipos possuem categorias de superestrutura, que organizam o texto e estabelecem uma regularidade formal, tornando possível o seu reconhecimento por qualquer usuário da língua (Cf. TRAVAGLIA, 1991).

Portanto, acreditamos ser pertinente a proposta de Bakhtin (1997) para os gêneros, uma vez que também se aplica ao tipo e, às vezes, à espécie; além de revelar aspectos sociais, não se limitando apenas a características da superfície textual.

Os conceitos de gênero propostos por Bakhtin (1997), Travaglia (2003b) e Bazerman (2005) nos permitem evidenciar sua função social e, conseqüentemente, seu aspecto histórico e dinâmico, uma vez que são usados para atender a necessidades sociais de seus produtores, fato que promove uma grande flexibilidade na composição dos textos, os quais podem ter variações para que seus produtores realizem as ações pretendidas.

Os gêneros, portanto, são dinâmicos, variam conforme as necessidades de comunicação, e históricos, variam com o tempo, o que não nos permite ter a pretensão de fazer uma classificação absoluta e universal, uma vez que temos consciência dessa dinamicidade dos gêneros e, especificamente, dos gêneros jornalísticos, principalmente da notícia.

Desse modo, consideramos os gêneros como fatos sociais e dotados de uma função social, além de suas características textuais que permitem a sua identificação, mas que não são suficientes para um conhecimento mais profundo de seu funcionamento.

2.2.3 A espécie

O terceiro tipelemento proposto por Travaglia (2003b) é a espécie, cuja definição se dá por aspectos formais de estrutura (inclusive superestrutura)⁶ e da superfície lingüística; bem como por aspectos de conteúdo. Por exemplo, o soneto é uma espécie do tipo lírico que se caracteriza pela forma, já que é uma composição, necessariamente, de quatorze versos, organizados em dois quartetos e dois tercetos.

Em relação a espécies definidas pelo conteúdo, temos as *narrações história* (quando os fatos, os acontecimentos, são encadeados entre si e direcionados para uma resolução, um resultado) e as *narrações não-história* (quando os acontecimentos estão lado a lado no texto e não se direcionam para um resultado).

Pode-se perceber que a teoria de Travaglia adotada reconhece as diferentes naturezas dos elementos tipológicos, não colocando num mesmo plano de classificação/comparação textos que possuem especificidades também de naturezas distintas, o que gera uma classificação mais clara, objetiva e coerente.

Por exemplo, a Teoria Literária postula como um gênero o chamado Narrativo. Porém, parece que essa classificação mistura categorias de texto de naturezas distintas. Enquanto o termo

⁶ O conceito de superestrutura será explicado mais adiante.

narrativo está relacionado à perspectiva do produtor do texto (fazer/acontecer), estabelecendo um modo de interação, o *gênero* está mais relacionado à função social do texto, refletindo, por exemplo, aspectos da atividade profissional de uma determinada esfera de atividade humana.

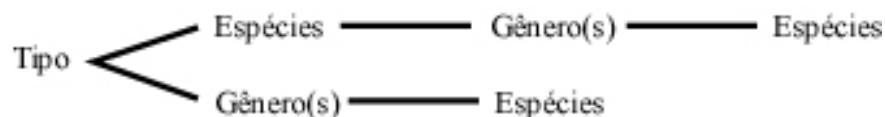
Desse modo, entendemos que não podemos aplicar a definição gênero narrativo, pois estes termos possuem naturezas distintas, não sendo coerente sua colocação sob o mesmo prisma de análise. Esse mesmo conflito também ocorre quando, em situações específicas de sala de aula, como produção de textos, é pedido aos alunos que produzam uma narração e/ou uma descrição, por exemplo.

Ora, segundo Travaglia (2003b), narração e descrição não existem *por si*, pois são tipos, os quais compõem os gêneros. Estes é que existem na sociedade, constituídos por um tipo dominante ou não. Sendo assim, a postura pedagógica esperada seria pedir aos alunos que produzam gêneros que são compostos predominantemente pelos tipos que se quer trabalhar.

Além disso, é preciso deixar claro aos alunos que o tipo, quando necessário para um gênero, se estabelece sempre por dominância, a qual não deve ser entendida em termos de maior espaço preenchido no texto.

Para Travaglia (2003b), feita a conceituação dos tipelementos, podem ser estabelecidas algumas relações entre eles. As espécies se vinculam tanto a tipos quanto a gêneros, no primeiro caso, há, por exemplo, a narrativa (tipo) história (espécie) e, no segundo, os romances (gênero) policiais, eróticos, históricos, de ficção científica, etc (espécies), por exemplo. Os gêneros se vinculam a tipos, seja diretamente ou através de uma espécie do tipo. Essas inter-relações, segundo Travaglia (2003b), não devem ser feitas de um ponto de vista hierárquico, uma vez que não há hierarquia entre tipo, gênero e espécie. As inter-relações exploradas neste trabalho não

esgotam o assunto abordado pelo autor, mas são suficientes para nosso propósito. O esquema abaixo nos mostra essas relações.



Esquema 1 – Relações entre os tipelementos
Fonte: Travaglia (2003b, p. 11).

Finalmente, é preciso lembrar que, para Travaglia (2003b), o que circula/funciona na sociedade são os gêneros, que são constituídos por tipos e espécies. Ou seja, tipos e espécies constituem os gêneros e existem neles; refletindo uma hierarquia do ponto de vista do funcionamento dos tipelementos.

Uma vez que será adotada a teoria tipológica supracitada, a caracterização/classificação dos textos da área jornalística (jornal impresso e revista) será feita considerando a existência de três tipelementos, cada qual com suas especificidades e naturezas. Desse modo, os textos jornalísticos poderão ser classificados como sendo de um gênero, constituído por tipos e espécies.

2. 3 A COMUNIDADE DISCURSIVA JORNALÍSTICA

Além de uma teoria tipológica de textos, o alcance de nossos objetivos deve seguir pressupostos teóricos que nos auxiliem na delimitação de critérios para a definição e classificação de um gênero como caracteristicamente jornalístico, uma vez que nem tudo o que é publicado no

jornal ou revista pode ser classificado como um texto jornalístico. Para tal, nosso ponto de partida refere-se ao conceito de comunidade discursiva, estabelecido por Swales (1990).

Segundo o autor, qualquer que seja a genealogia do termo comunidade discursiva, o importante é que tem sido usado pela “perspectiva social” que confere ao processo de escrita, e acrescenta que sua definição não está isenta de problemas.

Para definir comunidade discursiva, o autor propõe seis características que, ressalta, são necessárias e suficientes para identificar um grupo de indivíduos como uma comunidade discursiva. Essas características são:

1. A discourse community has a broadly agreed set of common public goals;
2. A discourse community has mechanisms of intercommunication among its members;
3. A discourse community uses its participatory mechanisms primarily to provide information and feedback;
4. A discourse community utilizes and hence possesses one or more genres in the communicative furtherance of its aims;
5. In addition to owning genres, a discourse community has acquired some specific lexis;
6. A discourse community has a threshold level of members with a suitable degree of relevant content and discursal expertise (SWALES, 1990, p. 24-27).⁷

Segundo os critérios de definição de comunidade discursiva acima, podemos considerar os textos produzidos por jornais e revistas como pertencentes a uma determinada comunidade discursiva porque:

1. Os indivíduos pertencentes a essa comunidade possuem um objetivo público em comum, como, por exemplo, transmitir informações;

⁷ 1. Uma comunidade discursiva possui um conjunto de objetivos públicos comuns;
2. Uma comunidade discursiva possui mecanismos de intercomunicação entre seus membros;
3. Uma comunidade discursiva usa seus mecanismos de participação primeiramente para fornecer informação e “feedback”;
4. Uma comunidade discursiva utiliza e, portanto, possui um ou mais gêneros no desenvolvimento comunicativo de seus objetivos;
5. Além de gêneros próprios, uma comunidade discursiva adquire um léxico específico;
6. Uma comunidade discursiva possui membros iniciantes com um grau adequado de conteúdo relevante e capacidade discursiva.

2. Jornalistas possuem mecanismos de comunicação entre si, como os chamados *releases*, que são uma espécie de pauta escrita na assessoria de imprensa de um jornal, a fim de informar os repórteres sobre algo que esteja ocorrendo, possibilitando a ida destes ao local do acontecimento;

3. Jornalistas utilizam seus mecanismos de participação (como reuniões) para fornecer informações e retorno (*feedback*);

4. Jornalistas utilizam-se de vários gêneros (segundo a definição explanada acima) no desenvolvimento comunicativo de seus objetivos;

5. A linguagem jornalística possui certas especificidades;

6. A comunidade jornalística é constituída por indivíduos especializados, com um grau adequado de conteúdo da área e capacidade discursiva.

Os critérios elencados por Swales (1990) para identificar uma comunidade discursiva são utilizados tanto para a delimitação do *corpus* (os textos a serem pesquisados são aqueles pertencentes à comunidade discursiva jornalística) quanto para a construção de critérios de delimitação e definição do texto como jornalístico ou não.

Desse modo, nosso ponto de partida para o estudo dos gêneros jornalísticos é o conceito de comunidade discursiva, o qual acreditamos ser pertinente na medida em que organiza, se não todas, a maioria das categorias de texto existentes em qualquer sociedade.

Apesar de termos constatado em conversas informais com jornalistas e alunos do curso de Jornalismo a existência de mecanismos de comunicação entre os membros da comunidade discursiva jornalística, como *release* e reunião de pauta (texto produzido na assessoria de imprensa e evento utilizado para proposição de notícias e *feedback*, respectivamente), não fazem parte do nosso *corpus* os gêneros produzidos por jornalistas e cuja função é estabelecer uma comunicação interna, entre os membros da comunidade.

Essa limitação se deveu ao fato da impossibilidade, após várias tentativas fracassadas, de presenciarmos a rotina de produção do jornal ou revista, especificamente de um dos jornais analisados, bem como de realizarmos uma entrevista com profissionais do jornalismo.

Desse modo, as categorias de texto às quais não tivemos acesso referem-se ao momento de produção jornalística que antecede a confecção do jornal, que correspondem à: a) reunião de pauta; b) pauta e c) coletiva: entrevista, segundo organização de Bonini (2003) para o gêneros relacionados ao jornal e presentes em manuais de estilo, dicionários de Comunicação e literatura acadêmica da área de Comunicação.

A entrevista, por sua vez, está presente tanto no recolhimento de informações para a produção de gêneros jornalísticos (neste caso configura-se num texto oral), como pode ser publicada no jornal ou revista como um gênero específico (texto escrito).

2.4 A SUPERESTRUTURA TEXTUAL

2.4.1 A Superestrutura da Narração

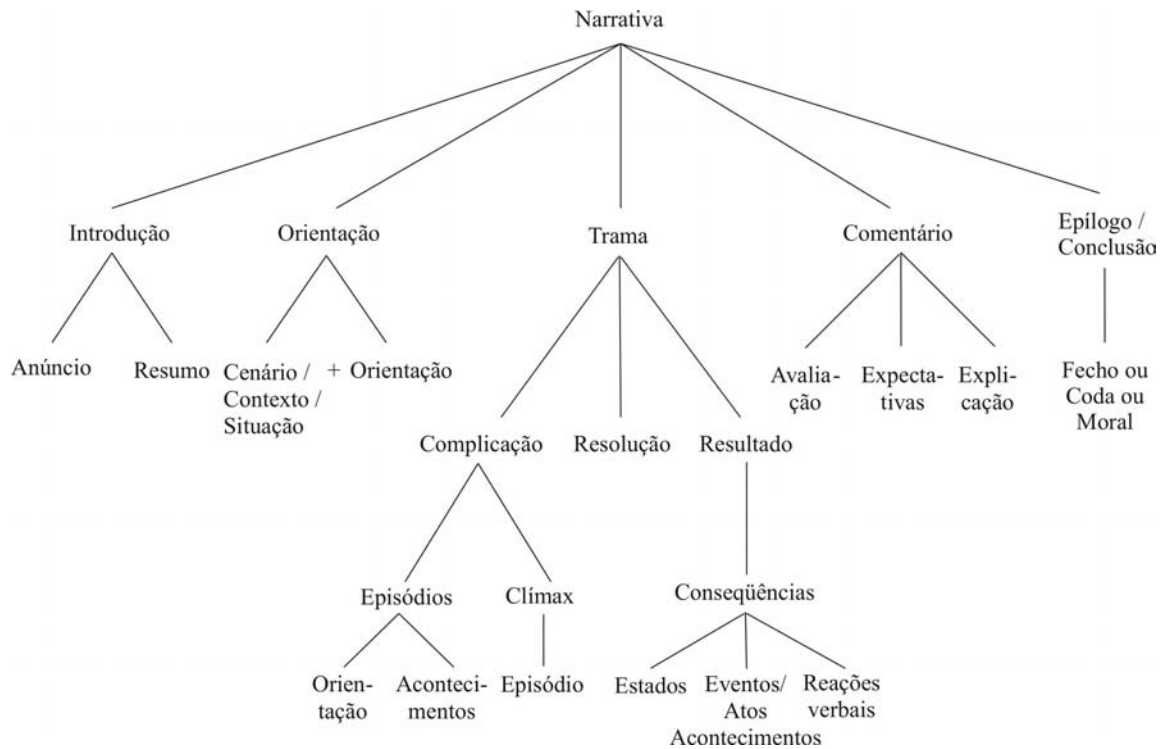
Além da classificação/definição dos gêneros jornalísticos, especificamente da notícia, propomo-nos a fazer uma análise da superestrutura desses textos, que estamos considerando como:

Uma espécie de esquema (modelo cognitivo global) formal, abstrato, de caráter convencional e, portanto, dependente da cultura. Normalmente envolve uma seqüência esquemática e características de linguagem, de recursos retóricos ou estilísticos (TRAVAGLIA, 1991, p. 287).

As superestruturas textuais possuem categorias convencionais, que são responsáveis pela estruturação dos textos e que podem ser obrigatórias ou não, recursivas ou não. Para cada tipo de texto, portanto, há uma superestrutura correspondente.

Travaglia (1991) faz uma revisão de literatura a respeito, propondo uma superestrutura para o texto descritivo, argumentativo, dissertativo, injuntivo e narrativo.

Partindo das propostas de Labov e Waletzky (1967 apud Travaglia, 1991), Labov (1972 apud TRAVAGLIA, 1991), Moisés (1973 apud TRAVAGLIA, 1991), Larivaille (1974 apud TRAVAGLIA, 1991), Adam (1985 apud TRAVAGLIA, 1991) e Van Dijk (1990 apud TRAVAGLIA, 1991), o autor propõe o esquema 2 para a superestrutura do **texto narrativo** da espécie história:



Esquema 2 – Superestrutura do tipo narrativo
Fonte: Travaglia (1991, p. 305).

- 1) **Introdução**; que pode conter: a) um **anúncio** (“esta é a história de...”, “Vamos contar agora os fatos que se sucederam/o que aconteceu...”) e b) um **resumo**, que sintetiza os acontecimentos mais importantes;
- 2) **Orientação**; que pode ser composta de: a) **cenário, contexto ou situação**, que descreve e especifica os personagens, o lugar e o tempo. É essencialmente descritiva; b) **orientação propriamente dita**, que especifica as ações e comportamentos que são referência para a trama;
- 3) **Trama ou ação**; que contém: a) **complicação** (acontecimentos, principais ou secundários, que compõem os episódios e podem ou não vir acompanhados de orientação

e precedem a resolução e podem evoluir para um clímax), b) a **resolução** (também composta por acontecimentos) e, às vezes, c) **o resultado**, que corresponde às conseqüências da complicação e resolução e pode ser representado por: estados, eventos/acontecimentos/atos ou reações verbais;

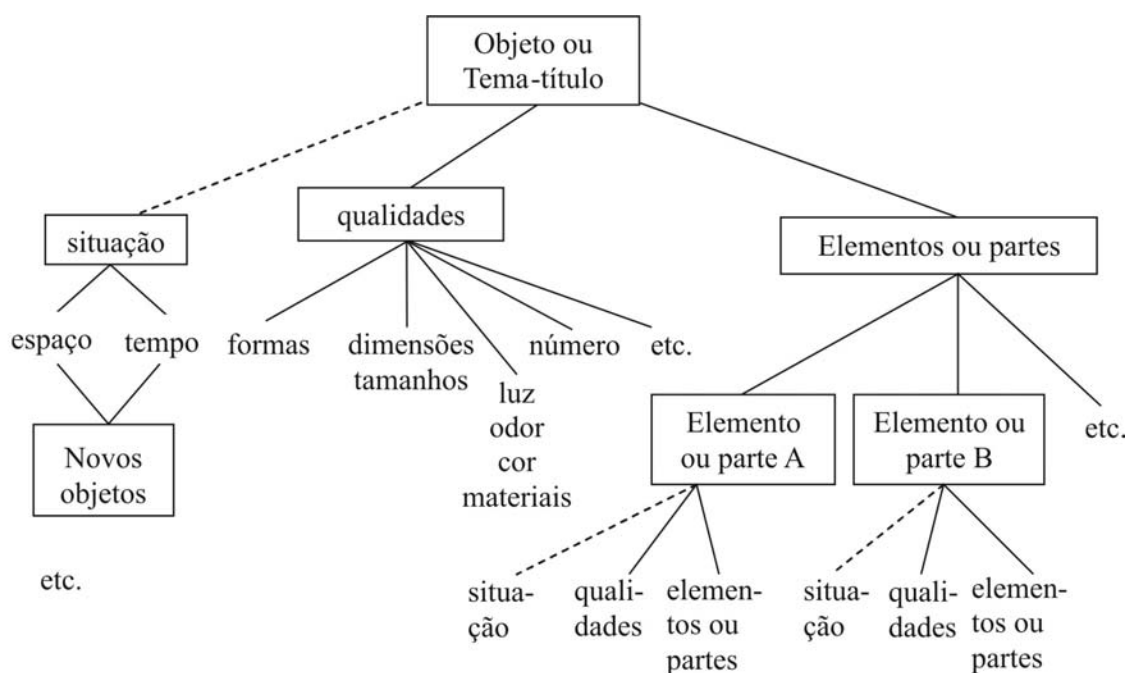
4) **Comentários**: podem ser de três naturezas: **a) avaliação**, em que há a exposição de um ponto de vista, **b) explicação**, em que há uma justificativa, uma explicação sobre os acontecimentos e seus personagens (ambas dissertativas) e **c) expectativa**, que corresponde a um texto preditivo, uma vez que refere-se a eventos futuros, que se espera ocorram a partir do que foi narrado;

5) **Epílogo ou conclusão**; que marca o término da narração e pode ser: a) **coda**, que realiza o tipo dissertativo e promove uma volta ao início da enunciação, como os exemplos: “Aí, até hoje não posso vê aquela mulher viu”; “E foi mesmo por milagre de Deus é que nasceu, senão não nascia, viu”; b) **moral**, que é dissertativa e insere uma “lição de vida”, uma conclusão prática que é depreendida de toda a narração, como os textos: “Quem ama o feio bonito lhe parece.” (A águia e a coruja); “Quem desdenha quer comprar.” (A raposa e as uvas); e o c) **fecho**, que explicita o fim do texto e é sempre narrativo, na forma do pretérito perfeito do indicativo, como nos exemplos: “Acabou-se a história do tuim.”; “E pôs-se a fábula em ata”; “E o que tinha de ser contado o foi.”

2.4.2 A Superestrutura da Descrição

Para o texto descritivo, Travaglia (1991) adota algumas modificações para a proposta de Ricardou (1973 apud TRAVAGLIA, 1991) e Adam e Petijeam (1982 apud TRAVAGLIA, 1991),

propondo as seguintes categorias, cujas definições são extraídas pelo autor de Neis (1986 apud TRAVAGLIA, 1991):



Esquema 3 – Superestrutura do tipo descritivo

Fonte: Travaglia (1991, p. 288).

- 1 - A situação do objeto-tema no espaço e/ou no tempo, situação essa que pode, por sua vez, fazer surgir novos objetos, ou seja, subtemas, suscetíveis de se transformarem em matéria de descrição;
- 2 - As qualidades do objeto-tema, quer sejam físicas, tais como dimensões, formas, cores, quantidades, etc., quer sejam psíquicas, morais, intelectuais, etc.;
- 3 - Os elementos, ou partes que compõem o objeto e que também podem, como subtemas, passar a constituir matéria de descrição (NEIS, 1986 apud TRAVAGLIA, 1991, p. 288).

Percebemos nessa superestrutura que os elementos ou partes tornam as categorias do texto descritivo recursivas, uma vez que promovem uma “volta” à categoria da situação.

2.4.3 A Superestrutura da Argumentação e Dissertação

Os textos **argumentativos** e **dissertativos** são constituídos, em sua maioria, de argumentos/justificativa e generalização/especificação, respectivamente.

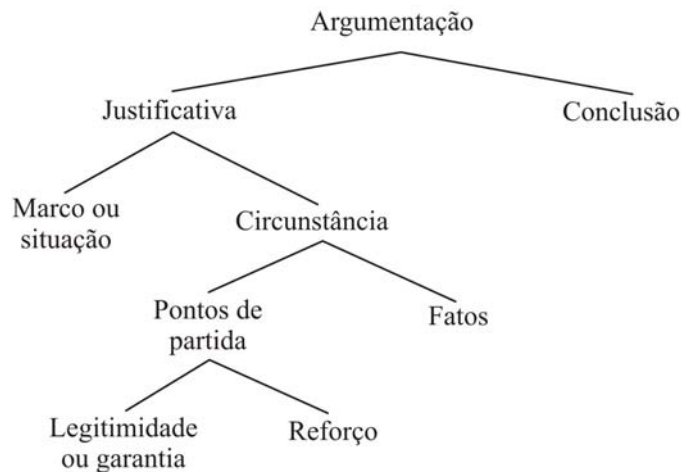
Para Fávero & Koch (1987), temos o seguinte esquema para o tipo **expositivo** ou **explicativo**, que corresponde ao tipo dissertativo segundo a teoria adotada neste trabalho:

Tema: {
a) generalização – especificação (via dedutiva)
b) especificação - generalização (via indutiva)
c) generalização – especificação – generalização (via dedutiva-indutiva).

Esquema 4 – Superestrutura do tipo expositivo ou explicativo.
Fonte: Fávero & Koch (1987, p. 7).

Quanto ao tipo **argumentativo *stricto sensu***, Fávero & Koch (1987) propõem as seguintes categorias, sendo os parênteses indicativos de opcionalidade: (tese anterior) premissas - argumentos – (contra argumentos) – (síntese) – conclusão (nova tese).

Para Van Dijk (1983 apud TRAVAGLIA, 1991), a superestrutura do texto argumentativo é constituída, basicamente: a) hipótese, b) argumentos e c) conclusão, que podem ser visualizadas no esquema hierárquico:



Esquema 5 – Superestrutura do tipo argumentativo
Fonte: Van Dijk (1983 apud TRAVAGLIA, 1991, p. 291).

Enquanto o **reforço** é uma explicação da **legitimidade** (a qual pode estar implícita, quando pertencente ao conhecimento de mundo), sendo esta constituída por regras que autorizam as conclusões, o **marco** é a situação válida para ambas as categorias.

Tanto na especificação (tipo dissertativo) quanto nos argumentos (tipo argumentativo), podemos encontrar uma descrição, uma dissertação ou uma narração, que podem aparecer como exemplos.

Segundo Travaglia (1991), quando temos um texto argumentativo narrativo, como a fábula, a justificativa será a narração e a conclusão será a moral, podendo ser explicitada ao leitor apenas a justificativa, deixando a conclusão para ser inferida. Quanto à injunção, ainda segundo o autor, é muito usada na conclusão do tipo argumentativo.

2.4.4 A Superestrutura da Injunção

Quanto à superestrutura do texto **injuntivo**, Travaglia (1991) propõe três categorias que abrangem, se não todos, a maioria dos textos dessa natureza, acrescentando e inovando a estrutura desse tipo de texto, já que a escassa literatura a respeito parece não inserir todas as categorias de textos injuntivos, como podemos observar em Fávero e Koch (1987), que postulam o esquema:

Tema: Ação1 + Ação 2 + Ação 3 +...+ Ação n = resultado ou produto

Esquema 6 – Superestrutura do tipo injuntivo

Fonte: Fávero & Koch (1987, p. 8).

Essa superestrutura só se aplica a textos que envolvem ações planejadas, como receitas culinárias e manuais de instrução de uso ou montagem de aparelhos diversos, não sendo pertinente a outros textos também injuntivos, como os horóscopos.

As categorias da superestrutura do texto injuntivo propostas por Travaglia (1991) são:

- 1) **Elenco ou descrição:** em que se apresentam os elementos a serem manipulados na ação a ser feita. Pode-se dar apenas uma lista desses elementos (v.ingredientes das receitas culinárias) ou pode-se listá-los e descrevê-los, como nos manuais de instrução em que, comumente, a descrição é substituída por fotos ou desenhos com indicação dos nomes das partes, seguida ou não de indicação de sua função;
- 2) **Determinação ou incitação:** em que aparecem as situações a cuja realização se incita ou por determinação ou desejo. Aqui teríamos a injunção em si;
- 3) **Justificativa, explicação ou incentivo:** em que se dá razões para a realização das situações especificadas na determinação (TRAVAGLIA, 1991, p. 293).

Segundo o autor, a única categoria obrigatória é a determinação (que pode ser omitida, sendo então inferida com base na justificativa que é apresentada). Essas partes do texto injuntivo não possuem uma ordem fixa, podendo se intercalar.

2.4.5 A Superestrutura da Notícia

Dentre as categorias de texto existentes na comunidade discursiva jornalística, a notícia é um texto do qual todo usuário da língua tem conhecimento, na medida em que conseguimos defini-la e distingui-la de outros textos, inclusive de outros textos jornalísticos. Essa capacidade de identificação do texto noticioso se deve, principalmente, à sua estrutura convencional, a qual permite que reconheçamos uma notícia, mesmo havendo variações regionais e nacionais.

Segundo Van Dijk (1986), há uma superestrutura (“news schemata”) convencional que organiza as notícias do jornal impresso, definida pelo autor como “propriedades estruturais abstratas do discurso, como representações, e como sistemas de regras, normas ou estratégias socialmente compartilhadas para o uso da notícia (VAN DIJK, 1986, p. 155)”⁸.

Existe, portanto, uma superestrutura da notícia, que confere a esse texto uma certa regularidade de forma e conteúdo, uma vez que as categorias esquemáticas são “preenchidas” por proposições semânticas, as quais são responsáveis pelo elo (“link”) entre as categorias da superestrutura, que são abstratas, e a superfície do texto, ou seja, as palavras e sentenças.

Segundo o autor, esse elo ocorre em dois passos: primeiro, o esquema global das categorias é preenchido por um conteúdo global, a macroestrutura semântica, que é definida pelo

⁸ “abstract structural properties of discourse, as representations, and as socially shared systems of rules, norms, or strategies for the use of news.”

tópico ou tema do texto. Desse modo, cada seqüência coerente de proposições é vista como uma macroproposição ou macroestrutura semântica, entendida como um resumo de toda a seqüência.

O segundo passo refere-se à identificação dessa macroestrutura, obtida pelas macrorregras, que fornecem generalizações e especificações (resumo) mais abstratas através de informações sociais compartilhadas ou esquemas.

Sendo assim, cada categoria da superestrutura é preenchida por uma ou mais macroproposições, ou seja, por um conjunto coerente de sentenças - e não apenas uma sentença isolada - que exerce a função de uma categoria específica, expressando seu tema ou tópico.

Isso fica claro nas palavras do autor, que afirma que “a Complicação (uma categoria) de uma história pode consistir em várias sentenças, expressando várias proposições, mas é apenas todo o episódio que funciona como uma complicação, e não as proposições e sentenças individuais” (VAN DIJK, 1986, p. 159).⁹

Desse modo, cada categoria¹⁰ da superestrutura corresponde a uma macroproposição semântica, que extraímos a partir de macrorregras e que pode constituir-se de uma ou mais proposição.

As categorias propostas por Van Dijk (1986, p. 168) para a estrutura do texto da notícia aparecem no esquema abaixo, que divide a notícia em duas partes: 1. O Sumário ou Resumo, que corresponde ao(s) título(s) e ao início do texto; e 2. O Relato noticioso, que corresponde ao texto em si.

⁹ “The Complication (uma categoria) of a story, for instance, may consist f many sentences, expressing many propositions, but it is only the whole episode that functions as a Complication, and not the individual propositions or sentences as such” (VAN DIJK, 1986, p.159).

¹⁰O termo “categoria” presente em Van Dijk (1986) quando o autor refere-se à superestrutura textual não possui o mesmo conteúdo semântico do termo categoria de texto, presente em Travaglia (2003b) e explicado anteriormente.



Esquema 7 – Superestrutura da notícia
Fonte: Van Dijk (1986, p. 168).

1) Summary – Sumário/Resumo: Essa categoria facilita a interpretação de toda a notícia, na medida em que contém em si a macroproposição semântica do texto, ou seja, já afirma do que se trata a notícia, declarando o evento principal e/ou outros eventos. Dentro do Sumário/Resumo, encontramos duas categorias: **“Headline”**, que é editada no “topo” da notícia, com letra diferenciada do resto do texto. O autor afirma que na categoria Headline existem várias headlines, uma principal, que aqui chamamos de título principal ou **Manchete**, e possíveis headlines, acima ou abaixo, que aqui chamamos de **Linha Fina**, uma espécie de subtítulo da manchete. A segunda categoria é o **“Lead”**, que repete a macroproposição declarada na “headline” e ocorre na primeira sentença ou parágrafo da notícia e deve responder às perguntas Quem? O quê? Onde? Quando? e Como? , revelando ao leitor o evento principal e seus envolvidos, facilitando assim a compreensão do texto;

2) Episódio - Eventos ou Acontecimentos: Essa é uma categoria bastante complexa, pois pode abranger um ou mais **Evento Principal (EP)** e outros eventos, que aqui chamaremos de **Secundários (ES)**. O evento de maior relevância será aquele que, dentre vários, ocorreu por último, atendendo assim a um princípio de periodicidade. Segundo o autor: “...as restrições de produção da notícia como periodicidade e ‘deadline’ levam a uma preferência pelo recente na decisão sobre o que é evento principal, e o que são condições, causas, ou outros eventos anteriores”(VAN DIJK, 1986, p. 163).¹¹ Desse modo, a categoria Eventos abrange, geralmente, um evento principal e um ou vários eventos secundários, sendo que o primeiro é declarado na manchete e no “Lead” da notícia. A definição do evento principal é fundamental para a análise da superestrutura da notícia, pois é a partir dele que podemos diferenciar os eventos secundários da categoria de Background;

3) Background: todas as informações relevantes e pertinentes para a compreensão de um evento estão inseridas nessa categoria. É através do “Background” que a notícia se torna mais compreensível, uma vez que jornalistas procuram informações em agências e instituições, por exemplo, para que seu texto se torne o mais claro possível. Essa categoria, portanto, é responsável pelo ativamento de modelos situacionais (“situation models”) da memória, ou seja, o leitor, em contato com essas informações, ativa seus conhecimentos acumulados a respeito do assunto em questão. Existem dois tipos de “Background”: o **presente (Contexto)**, que corresponde à situação atual em que o evento ocorre, e o **passado (História)**, que informa o leitor sobre circunstâncias anteriores ao evento principal e faz um levantamento histórico sobre o contexto mais

¹¹ “...the news production constraints of deadline and periodicity lead to a recency preference in the decision about what is Main Event, and what are conditions, causes, or other previous events”(Van Dijk, 1986:163).

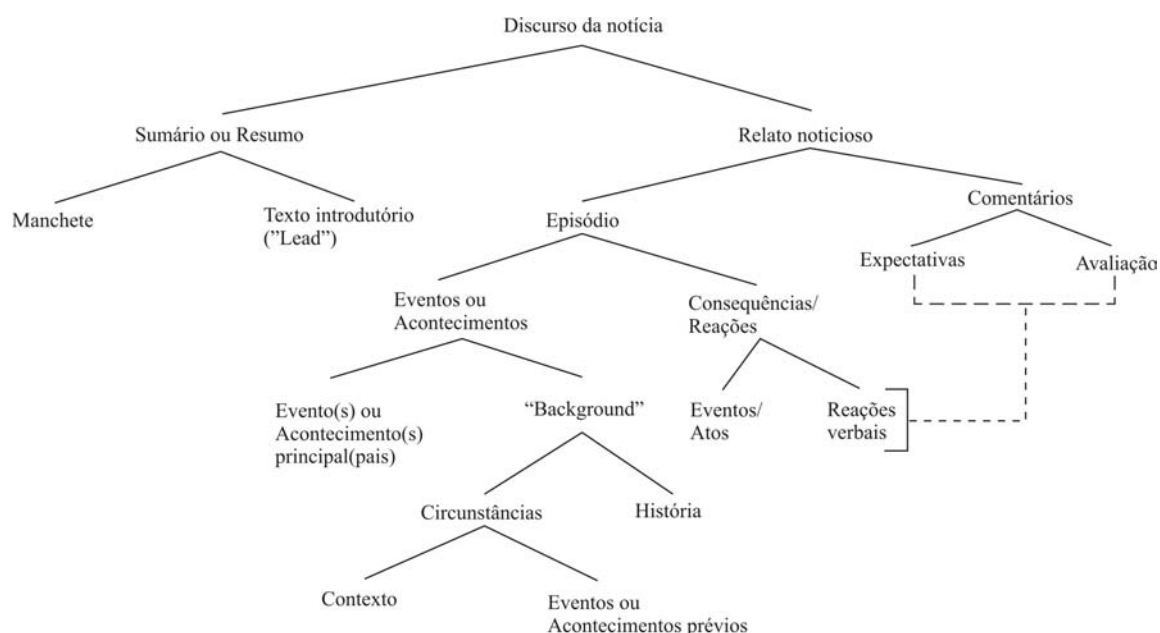
remoto que ocasionou a situação atual e seu(s) evento(s). O background presente encontra-se na categoria **Circunstâncias**, a qual também possui **Eventos/Acontecimentos prévios**. Estes acontecimentos, por sua vez, referem-se aos eventos que precederam o evento principal (num período de tempo não muito remoto quanto o background passado) e que podem estar relacionados com a causa deste. A distinção entre os tipos de “Background” não está isenta de problemas, bem como a distinção entre as categorias “Background” (presente e passado) e Evento(s) Secundário(s). Uma possibilidade de esclarecimento reside no fato de que um “Background” presente pode ocorrer com expressões de contemporaneidade, como *durante, enquanto, ao mesmo tempo*, etc e, assim como o “Background” passado, está relacionado às causas do evento principal, o que não ocorre com os Eventos Secundários, que não correspondem a informações que são as condições de existência da situação de que trata o evento principal, como podemos perceber no texto 1 do anexo, em que um Evento Secundário pode ser expresso pela macroproposição: “Silvana procurou a clínica, na Vila Mariana, para retirar gordura das coxas” (início do segundo parágrafo); a qual não corresponde à causa do Evento Principal (fechamento da clínica), que é o fato da clínica não ter licença.

- 4) **Episódio - Conseqüências:** as conseqüências dos eventos podem revelar a importância destes e, muitas vezes, jornalistas incluem no texto informações sobre fatos e ações que seguem os eventos, ressaltando assim a sua importância. Essas conseqüências também podem ocorrer através de **reações verbais (“verbal reactions”)**, que correspondem a declarações dos envolvidos na notícia sobre as implicações do Evento Principal. Essa categoria é um instrumento para os jornalistas

inserir comentários em seu texto de uma maneira mais imparcial, na medida em que se isentam de qualquer responsabilidade pelo conteúdo dos comentários, já que foram proferidos por outrem, é o que ocorre com muita frequência em notícias que tratam de tema político e polêmico como eleições, CPIs, etc;

5) Comentário: essa categoria confere ao texto noticioso uma certa subjetividade, embora se siga o pressuposto de que haja uma opinião impessoal na notícia. Os comentários podem ser: **Expectativas** - referências a eventos futuros - e **Avaliações**, expressões avaliativas (bom, ruim, felizmente, infelizmente, etc). A respeito dessa categoria, Travaglia (1991) postula que pode ocorrer também em reação verbal, sendo assim recursiva, fato que foi constatado em nossa análise, em que temos várias notícias com comentário em reação verbal.

A seguir apresentamos o esquema proposto por Travaglia (1991) e no qual embasaremos nossa análise. As categorias são basicamente as mesmas de Van Dijk (1986), porém com a recursividade do Comentário.



Esquema 8 – Superestrutura da notícia

Fonte: Travaglia (1991, p. 306)

Dentre as categorias propostas, as únicas obrigatórias são o Resumo (Manchete e Lead) e Evento(s) ou acontecimento(s) principal(pais), embora o autor reconheça que, geralmente, além dessas partes, pelo menos o “Background” ocorre com bastante frequência. Em nossa análise, constatamos que apenas a categoria de Eventos ou acontecimentos, com a realização de um Evento Principal, garante a realização da notícia.

Quanto à ordem dos fatos, não há uma seqüência cronológica, como ocorre em algumas narrativas literárias, mas uma seqüenciação que segue o princípio da relevância, ou seja, ocorrem primeiro as categorias mais importantes. Isso explica a ocorrência do Resumo sempre antes do texto da notícia em si, pois essa categoria expressa a macroproposição semântica mais elevada, indica o tema/tópico do texto, sintetizando os principais eventos e seus personagens. Esse princípio de relevância é ressaltado pelo Manual de Redação e Estilo do *Estado de S. Paulo*

(1990, p. 18-19), que postula: “Procure dispor as informações do texto em **ordem decrescente de importância** (princípio da pirâmide invertida), para que, no caso de qualquer necessidade de corte na matéria, os últimos parágrafos possam ser suprimidos, de preferência”.

Não só as categorias seguem a ordem da relevância, mas a própria realização delas segue um princípio semelhante, pois podemos encontrar, por exemplo, “restos” de uma categoria em trechos posteriores. Isso significa que o conteúdo das categorias podem não ocorrer de uma só vez, mas em parcelas, criando uma espécie de “zig-zag” que caracteriza o texto noticioso e sua organização que privilegia a relevância dos fatos/acontecimentos.

A partir de todo o instrumental teórico explanado acima, buscamos estabelecer quais textos são ou não jornalísticos, bem como realizar a caracterização dos gêneros jornalísticos, conforme abordamos no próximo capítulo.

3. ESTÁ NO JORNAL/REVISTA: É JORNALÍSTICO?

Neste capítulo, elencamos as categorias de texto encontradas no *corpus* (jornais e revistas) e estabelecemos critérios, segundo Swales (1990) e Marcuschi (2003), para a caracterização dessas categorias como textos/gêneros jornalísticos.

Além disso, apresentamos as características (função sociocomunicativa, estilo verbal, estrutura composicional e conteúdo) dos textos considerados jornalísticos, dos não-jornalísticos e daqueles de difícil classificação/definição.

3.1 Gêneros jornalísticos e a teoria da Comunicação

Conforme discussão iniciada na Introdução deste trabalho, as classificações e definições dos textos jornalísticos sob a ótica da teoria da Comunicação não possuem critérios lingüístico-composicionais, ou seja, que consideram o processo de constituição do texto/gênero.

Desse modo, encontramos na literatura da Comunicação teorias que se voltam para o leitor, o que acarreta uma classificação que considera mais o estilo, a linguagem usada, e outros aspectos do que a composição textual. É o que pode ser observado nas definições de diversos autores e extraídas de Medina, J.(2001), com grifo nosso:

1. Os gêneros jornalísticos são formas que os jornalistas buscam para se expressar. Seus traços definidores estão, portanto, no **estilo, no manejo da língua** (Gargurevich);
2. Os gêneros jornalísticos são formas de expressão jornalísticas que se definem pelo **estilo e assumem expressão própria pela obrigação de tornar a leitura interessante e motivadora** (Dovifat);
3. São formas utilitárias, pois as diferenças entre os gêneros surgem justamente da correspondência dos textos que os jornalistas escrevem em relação às inclinações e aos **gostos do público**. Ou seja, a essência do estilo jornalístico estaria na tentativa de fazer o relato do cotidiano, utilizando uma linguagem capaz de estar sintonizada com o que Gonzalo Martin Vivaldi chama de “linguagem de vida” e que pressupõe o uso de todos os recursos expressivos e vitais, próprios e adequados para expressar a variadíssima gama do acontecer diário (Folliet);
4. Jornalismo noticioso (crônicas, **colunas**, entrevistas, reportagem, editorial, artigo e notícia) e jornalismo literário (ensaio, **biografia, conto, histórias verídicas ou conto da vida real**) (Maria Júlia Sierra);
5. Notícia básica (a que concede a virtude da objetividade), notícia de interesse humano, entrevista, biografia popular, notícia interpretativa (subjetividade), reportagem especializada, **colunas**, reportagem investigativa e reportagem de campanha (Hohenberg);
6. Notícias correntes, crônicas especiais, nota de interesse humano, notícias sociais (englobando pessoas, notas breves, entretenimento e coluna social), **ilustrações (fotografia, caricaturas, mapas e diagramas)** e editoriais (Johnson Harris);
7. Nota informativa, entrevista, crônica, reportagem, **gráficos (fotos, caricaturas, mapas, tiras cômicas)**, colunas, artigos, testemunhos, resenhas, críticas, polêmica ou debate, campanhas, titulação e folhetins (Gargurevich);
8. Duas vertentes de classificação: 1. a reprodução do real, através da qual o jornalista comunica os fatos noticiosos (**jornalismo informativo**); 2. leitura do real (**jornalismo opinativo**), que significa identificar o valor do atual e do novo na conjuntura que nutre e transforma os processos jornalísticos. (José Marques Melo); (MEDINA, 2001, p. 47-50).

A abordagem dos trabalhos da área de Comunicação mais voltada para o leitor e, conseqüentemente, para a situação e objetivos de comunicação é ressaltada por Coimbra (1993), segundo o qual:

Os estudos do texto jornalístico têm dado ênfase quase que exclusivamente à ligação dele com o contexto. Tem valorizado apenas a sua primeira face. Isto parece natural dada a natureza essencialmente política (voltada para a *polis*) da atividade jornalística, dentro da qual o texto – como o som ou a imagem – é um instrumento (COIMBRA, 1993, p. 9).

Essa segunda face do texto refere-se ao pressuposto seguido pelo autor de que existe uma dupla face no texto escrito: a primeira está relacionada ao contexto extraverbal, já a segunda

refere-se à sua estrutura interna, a qual Coimbra (1993) pretende analisar em seu trabalho, porém, ao fazer uma classificação sobre os tipos de reportagem (dissertativa, narrativa, narrativo-dissertativa, dissertativo-narrativa e descritiva) ainda não encontramos critérios mais lingüísticos, que revelem a composição do texto jornalístico ou a sua segunda face.

Portanto, não encontramos nas teorias de Comunicação acima uma análise textual dos gêneros jornalísticos, ou seja, uma análise que revele os elementos básicos caracterizadores dos gêneros, que, segundo Bakhtin (1997), seriam: elementos de conteúdo temático (tema), estilo e estrutura composicional, inerentes a todo gênero.

Além disso, as classificações, algumas vezes, parecem colocar sob o mesmo prisma de análise elementos que possuem naturezas distintas. É o que ocorre quando se considera como um gênero jornalístico as colunas, que, segundo nosso ponto de vista, não são textos, mas espaços, lugares físicos pré-determinados para a publicação de um gênero.

A ausência de um rigor teórico e metodológico na definição e classificação dos textos do jornal é ressaltada pelo lingüista Bonini (2003), que afirma serem as teorias da Comunicação vagas quando se referem ao conceito de gênero, à definição dos gêneros presentes no jornal, à definição de gênero jornalístico e à definição da notícia, bem como sua diferenciação da reportagem.

Em artigo sobre o assunto, Bonini (2003) analisa manuais didáticos utilizados nos cursos de formação de jornalistas, teorias da Comunicação e manuais de jornais de circulação nacional.

Nos manuais de ensino de Amaral (1978 e 1982, apud BONINI, 2003); Bahia (1990 BONINI, 2003); Erbolato (1978 apud BONINI, 2003); Sodré & Ferrari (1986 BONINI, 2003), segundo o lingüista, não h a o tratamento da notícia enquanto gênero, embora seja este texto apontado como a base do jornalismo. O que ocorre   uma espécie de dicas quanto aos

procedimentos práticos da rotina jornalística (recolhimento da informação, relação jornalista/assessoria de imprensa, etc) e o tratamento de temas como objetividade, neutralidade, credibilidade, ética jornalística, dentre outros.

Os gêneros citados nesses manuais resumem-se na *notícia*, *reportagem*, *entrevista e editorial*, sem, contudo, haver uma descrição mais precisa da composição textual destes gêneros; além do fato do termo notícia e reportagem comportarem conceitos bastante vagos e muitas vezes serem tomados como sinônimos. Segundo Bonini (2003, p. 7): “o aspecto movente dos gêneros do jornal se revela nos textos quando estes manuais tomam a notícia e a reportagem como o mesmo gênero ou uma pela outra”.

O autor registra nesse trecho a confusão e ausência de clareza que se estabelece na definição da notícia e da reportagem, bem como na tomada de gênero como algo fixo e claramente identificável, uma vez que muitos teóricos da Comunicação analisam a presença e a frequência de um gênero pela medição dos centímetros ocupados no jornal. Desse modo, o autor conclui que

Os manuais de ensino de jornalismo, portanto, pouco podem nos informar sobre os vários gêneros que compõem o jornal, pois esta discussão não é feita, o conceito de gênero é empregado de modo intuitivo e a variedade abordada é pequena e sempre restrita aos textos mais típicos no meio (BONINI, 2003, p.7).

Na análise de textos teóricos do jornalismo, Bonini (2003) destaca os autores: Beltrão (1969, 1976, 1980 apud BONINI, 2003); Chaparro (1998 apud BONINI, 2003); Dias *et. al.* (1998 apud BONINI, 2003); Lage (1979 apud BONINI, 2003); Medina, C., (1978 apud BONINI, 2003); Medina, J. (2001 apud BONINI, 2003) e Melo (1985, 1992 apud BONINI, 2003); destacando que, em todos eles, embora em alguns haja a referência a um conceito de gênero

(como o proposto por Bakhtin), não há a discussão do termo e a análise se limita ao gênero notícia.

No quadro abaixo, extraído de Bonini (2003), temos a classificação de Beltrão e Melo para os gêneros do jornal.

Beltrão	Melo
<i>a) jornalismo informativo</i>	<i>a) jornalismo informativo</i>
1. notícia	1. nota
2. reportagem	2. notícia
3. história de interesse humano	3. reportagem
4. Informação pela imagem	4. entrevista
<i>b) jornalismo interpretativo</i>	<i>b) jornalismo opinativo</i>
5. reportagem em profundidade	5. editorial
	6. comentário
	7. artigo
	8. resenha
	9. coluna
	10. crônica
<i>c) jornalismo opinativo</i>	11. caricatura
6. editorial	12. carta
7. artigo	
8. crônica	
9. opinião ilustrada	
10. opinião do leitor	

Quadro 3. Organização dos gêneros jornalísticos

Fonte: Melo (1985, 1992) e Beltrão (1969, 1976, 1980) apud Bonini (2003, p. 7).

Percebemos que alguns gêneros não são citados pelos autores (como a entrevista em Beltrão e o boletim meteorológico em ambos) e a coluna, presente em Melo, não parece,

conforme expusemos anteriormente, um gênero, mas um espaço físico determinado para a publicação de certos textos.

Chaparro (1998 apud BONINI, 2003) propõe outra classificação, pois considera que os paradigmas informação/opinião não são distintivos, uma vez que a opinião do jornalista está sempre presente em seu texto, mais ou menos explicitamente.

Gênero COMENTÁRIO		Gênero RELATO	
<i>Espécies Argumentativas</i>	<i>Espécies Gráfico-Artísticas</i>	<i>Espécies Narrativas</i>	<i>Espécies Práticas</i>
Artigo	Caricatura	Reportagem	Roteiros
Crônica	Charge	Notícia	Indicadores
Cartas		Entrevista	Agendamentos
Coluna		Coluna	Previsão de tempo
			Cartas-consulta
			Orientações úteis

Quadro 4. Organização dos gêneros jornalísticos.
Fonte: Chaparro (1998 apud BONINI, 2003, p. 10).

Chaparro (1998) define que a narração e a argumentação estão na base do jornalismo e os gêneros relato e comentário definem ambas perspectivas, respectivamente. Porém, mais uma vez temos definições imprecisas e critérios distintos que se mesclam numa mesma classificação; o que podemos perceber na menção à caricatura, à charge e à coluna como pertencentes aos gêneros jornalísticos; pois acreditamos que os dois primeiros textos funcionam mais como contextualizadores de notícias ou artigos e a coluna é um lugar de publicação e não um gênero.

Além disso, a previsão do tempo, caracterizada como pertencente ao gênero relato e, conseqüentemente, ao tipo narrativo, apresenta-se como um texto híbrido, constituído pelos tipos descritivo e preditivo, embora possa conter trechos narrativos.

Por último, Bonini (2003) tece poucos comentários a respeito de manuais de estilo produzidos por jornais (como *Folha de S. Paulo*, *O Globo*, dentre outros), que correspondem a dicas de escrita, listagens de erros gramaticais que devem ser evitados e normas de padronização para o jornal.

Percebemos, portanto, que as teorias da Comunicação, apesar de nos fornecerem um rico inventário que podemos tomar como um *corpus* inicial de análise, não nos fornece bases sólidas e critérios lingüísticos de composição social dos gêneros do jornal. Conforme registra Bonini (2003):

[...] no campo da ciência da comunicação, há uma defasagem teórica quanto à discussão da noção de gênero. Enquanto os autores em outros campos têm tratado o gênero textual como um fenômeno de linguagem socialmente constituído (ligado a atos enunciativos ou a ações de linguagem efetivos ou efetiváveis) e tentado construir modelos explicativos da ação dos sujeitos na linguagem, no campo da comunicação, os estudos ainda se inscrevem em uma perspectiva tipologizante¹². É difícil depreender, nesta literatura, o que é um gênero jornalístico, bem como quais são os gêneros que compõem o jornal (BONINI, 2003, p. 2).

3.2 Gêneros Jornalísticos e a Lingüística Textual

Além de uma teoria tipológica de textos, o alcance de nossos objetivos deve seguir pressupostos teóricos que nos auxiliem na delimitação de critérios para a definição e classificação

¹² O termo tipologizante é tomado por Bonini (2003) com um sentido pejorativo, para expressar a ausência de investigação científica na definição de gênero e gêneros jornalísticos, revelando uma mera “etiquetagem” dos textos feita pelos comunicólogos.

de um gênero como caracteristicamente jornalístico, uma vez que consideramos que nem tudo o que é publicado no jornal ou revista pode ser classificado como um texto/gênero jornalístico. Como não encontramos nas teorias da Comunicação uma referência teórica para tal, nosso ponto de partida refere-se ao conceito de comunidade discursiva, estabelecido por Swales (1990) e exposto no referencial teórico deste trabalho.

Desse modo, o princípio que acreditamos ser pertinente para que um gênero pertença ao jornalismo é o fato de pertencer à comunidade discursiva jornalística e, conseqüentemente, ser produzido por um jornalista, profissional qualificado que constitui essa comunidade e tem o conhecimento dos gêneros específicos dessa esfera de atividade social e humana.

Os critérios elencados por Swales (1990) para identificar uma comunidade discursiva serão utilizados tanto para a delimitação do *corpus* (os textos a serem pesquisados são aqueles pertencentes à comunidade discursiva jornalística) quanto para a construção de critérios de delimitação e definição do texto como jornalístico ou não. O conceito de comunidade discursiva, portanto, sob nossa ótica de análise, organiza, se não todas, a maioria das categorias de texto existentes em qualquer sociedade.

Além de Swales (1990), também serão utilizados como parâmetro de definição os conceitos de gênero e suporte, propostos por Marcuschi (2003), pois o simples fato de um gênero pertencer à comunidade discursiva jornalística não nos parece suficiente para sua classificação como jornalístico (como o boletim meteorológico, os classificados, a crônica, a resenha ou crítica de cinema, o horóscopo, as tiras, dentre outros).

Em texto de assunto bastante inédito, Marcuschi (2003) procura contribuir para a reflexão e proposição de um estudo que aborde a questão dos suportes dos gêneros textuais, tema ainda pouco investigado na Lingüística Textual.

O linguísta parte da idéia central de que todo gênero se atualiza num suporte, embora este muitas vezes não seja facilmente identificável. Sendo assim, o suporte é indispensável para a circulação do gênero na sociedade e deve influenciar na constituição do gênero suportado.

Os dicionários de língua portuguesa trazem vários conceitos de suporte, porém, essas concepções não são suficientes para uma análise mais rigorosa. Suporte, então, é definido pelo autor, intuitivamente, “como um lócus físico ou virtual com formato específico que serve de base ou ambiente de fixação do gênero materializado como texto” (MARCUSCHI, 2003, p. 3). Ou, ainda, “suporte de um gênero é uma superfície física em formato específico que suporta, fixa e mostra um texto” (MARCUSCHI, 2003, p.3) .

Essa concepção possui três aspectos: 1) o suporte possui uma materialidade, 2) um formato específico e 3) serve para fixar o texto e torná-lo acessível. Apesar de propor um conceito, Marcuschi afirma ser complexa a conceituação e a identificação do suporte, que devem levar em consideração as seguintes categorias de análise:

1. Discurso – que é o texto em seu funcionamento sócio-histórico, considerando-se o aspecto enunciativo;
2. Texto – que configura-se em um evento comunicativo que engloba aspectos cognitivos, lingüísticos e sociais;
3. Domínio discursivo – que, segundo Bakhtin, deve ser entendido como uma esfera de atuação humana, que dá origem a vários gêneros textuais;
4. Gênero textual – são textos orais ou escritos que se materializam em situações comunicativas. Constituem uma listagem aberta;
5. Tipo de texto – são em número limitado e definem-se por características lingüísticas como tempos verbais, modalidade, estrutura sintática, etc;

6. Evento discursivo – refere-se ao próprio evento comunicativo e pode coincidir com gênero;
7. Serviço – veicula o gênero em algum suporte;
8. Canal e meio – enquanto o suporte caracteriza-se como um fixador, o canal se caracteriza como um condutor;
9. Instituição – são estruturas de formação discursiva, como escola, igreja, quartel, universidade, etc;
10. Grandes continentes – grandes “armazéns” que concentram materiais escritos e orais, como bibliotecas, livrarias, escritórios e museus;

Feita essa explanação das categorias analíticas, Marcuschi (2003) distingue dois tipos de suporte: **o convencional e o incidental**. O primeiro é criado para o fim de fixar e portar textos, já o segundo adquire essa função acidentalmente.

Como exemplo de **suportes convencionais** temos: livro em papel, livro didático, jornal (diário), revista de informação (semanal, mensal), revista científica (boletins e anais), quadro de avisos, outdoor, encarte, folder, luminosos, faixas e livro eletrônico. Existem ainda entidades que podem ser ora suportes ora meios, são elas: rádio, televisão e telefone.

Dentre os **suportes incidentais** estão: embalagens, pára-choque e pára-lamas de caminhão, roupas, corpo humano, paredes, muros, paradas de ônibus, estações de metrô, calçadas, fachadas e janelas de ônibus. E, por fim, existem os **serviços**: Correios, e-mail, mala direta, internet, *homepage* e portal.

Em relação à influência do suporte na constituição do gênero, existem indagações sobre as interferências do suporte na função dos gêneros, bem como a influência do suporte no processo de textualização do gênero. Essas são questões ainda não respondidas de maneira consensual,

porém, é fato que um mesmo gênero pode ser constituído (conteúdo e estrutura interna) de forma diferente, dependendo do suporte em que ocorre¹³.

Além disso, a relação do leitor com o gênero pode variar de acordo com o suporte. Segundo Possenti (2002 apud MARCUSCHI, 2003), Chartier acredita que se lê de forma diversa o mesmo texto quando está em suportes diversos, não no sentido de se compreender diferentemente o texto e sim no sentido de se manter com ele uma relação diferente, ou seja, há uma relação diferente, por exemplo, ao se ler um edital de concurso num jornal ou na internet, pois no jornal podemos fazer anotações, sublinhar etc., interferindo no texto, mas na internet isso já não é possível, sendo necessário para tal a impressão do texto.

Em suas considerações finais, Marcuschi enfatiza o fato da necessidade de mais estudos aprofundados a respeito dos suportes, pois nem sempre a sua identificação e diferenciação de outras categorias (gênero, serviço, canal, evento) são claras e objetivas.

Partindo, então, dessa diferenciação entre gênero, suporte, canal e serviço, somada aos critérios de Swales (1990), pretendemos estabelecer critérios para uma definição do que se pode considerar como texto/gênero jornalístico.

Desse modo, serão entendidos como tal aqueles textos que fazem parte da comunidade discursiva jornalística e para os quais o jornal escrito e a revista funcionam, essencialmente, como suporte e primeiro lugar de fixação e divulgação de seus conteúdos, e não como serviço ou canal.

Portanto, são critérios de análise das categorias de texto encontradas nos jornais e revistas:

- 1) O fato de pertencerem à comunidade discursiva jornalística, ou seja, de serem produzidos por um profissional especializado, que possui, juntamente com

¹³ Por exemplo, um artigo escrito por um filósofo a respeito de uma situação política no Brasil seria produzido da mesma maneira para um jornal e para uma revista acadêmica?

outros membros, um objetivo público comum (que no caso dos jornalistas é informar a população sobre os mais variados acontecimentos) e que produz gêneros específicos para o alcance desse objetivo (como a notícia, que é produzida para fazer o leitor conhecer um determinado acontecimento);

- 2) O fato do jornal ou revista funcionar como suporte e não como um serviço ou canal. Neste último caso podemos ter gêneros produzidos por profissionais de outras comunidades discursivas e que têm o jornal mais como meio de divulgação a mais do que fixação de seu conteúdo e reflexo de uma atividade profissional de um certo grupo social.

No primeiro critério, estão implícitos os seis parâmetros estabelecidos por Swales (1990) para a delimitação de uma comunidade discursiva. Dentre eles, acreditamos que o mais “forte” seja o que postula um produtor específico, ou seja, um texto, para pertencer a uma comunidade discursiva, deve ser produzido por um membro dessa comunidade.

Porém, esse critério não é suficiente, pois podemos considerar, por exemplo, que uma programação televisiva (categoria de texto encontrada) pode vir “pronta” ou que o jornalista apenas recolhe as informações de alguma fonte e edita no jornal. Nesse caso, quem produz esse texto? Da mesma maneira, quem é o produtor de textos como boletim meteorológico, indicadores econômicos e obituário, que podem vir “quase” prontos, sendo o jornalista responsável apenas pela sua edição final?

Além disso, as tiras e as charges, por exemplo, podem ser produzidas por jornalistas, mas esse gênero pertence à comunidade jornalística? Ou seja, ele reflete a existência de vários profissionais envolvidos com o objetivo público comum de informar a população, constituindo-se em tipificações de ações de jornalistas?

Do mesmo modo, nosso segundo critério também apresenta alguns questionamentos, como a própria definição e diferenciação de suporte, canal e meio, que é bastante complexa. Por exemplo, resumos de filmes podem ser encontrados nos encartes da fita VHS ou do DVD e a programação televisiva pode ser encontrada em revistas de programação (Tv fechada). Seria o jornal um suporte, utilizado para fixar esses gêneros, um serviço prestado à população ou um meio/canal de divulgação? Nos dois últimos casos, quais seriam então o suporte desses gêneros?

Apesar dessas limitações, acreditamos que nossos critérios são pertinentes, na medida em que, apesar de levantar questionamentos em relação a certos gêneros, estabelecem esclarecimentos em relação a outros.

É importante ressaltar, principalmente por termos consciência da dinamicidade dos gêneros e diante das limitações expostas acima, que nossa proposta não é absoluta e podem ocorrer reflexões diversas da nossa, uma vez que outras perspectivas teóricas e pontos de vista podem ser adotados, ocasionando delimitações e conceituações diferentes das adotadas neste trabalho.

3.3 Categorias de textos encontradas em jornais e revistas

A partir da leitura dos três jornais e das duas revistas explicitadas no *corpus* deste trabalho, enumeramos 32 categorias de texto que, apesar de constituírem-se em gêneros textuais, segundo Bakhtin (1997), Travaglia (1991, 2003b) e Bazerman (2005), pois acreditamos que possuem uma função social, fazem parte de uma esfera de atividade humana e representam

tipificações de ações sociais; nem todas possuem como função principal ou função primeira¹⁴ informar o leitor sobre os acontecimentos do país e região (objetivo de todo meio de comunicação, e, especificamente, de jornais e revistas), nem integram a comunidade discursiva jornalística, no sentido de representarem gêneros específicos dessa comunidade.

JORNAL	REVISTA
Artigos ou ensaios	Artigos ou ensaios
Balancetes de empresas	Carta ao Leitor
Boletim meteorológico	Carta do Leitor
Carta do Leitor	Chamada
Chamada	Charge
Charge	Crônica
Classificados	Dicas de livros e filmes
Crônica	Entrevista
Dicas de livros, filmes, moda, ect.	Indicadores econômicos
Edital	Índice
Editorial	Propaganda
Entrevista	Resenha/crítica (literária, de cinema)
Errata	Resumo de livro
Horóscopo	Sinopse de filme
Indicadores econômicos	Testes
Índice	Texto-legenda
Nota de falecimento/obituário	Textos informativos/úteis
Notícia ou reportagem	
Ombudsman	
Palavras cruzadas	
Perfil	
Roteiro/Programação televisiva	
Propaganda	
Receita culinária	
Resenha/crítica (literária, de cinema, esportiva, de culinária, etc).	
Resumo de livro	

¹⁴ Acreditamos que, a princípio, todos os textos publicados em jornais e revistas podem ser entendidos como tendo a função sociocomunicativa de informar o leitor, porém, essa constatação não é suficiente para diferenciarmos os gêneros jornalísticos entre si.

Sinopse de filme	
Teste	
Texto-legenda	
Textos informativos/úteis	
Tira/história em quadrinhos	

Quadro 5. Categorias de texto encontradas nos jornais e revistas do *corpus*.

A seguir, iniciamos a discussão a respeito de quais dessas categorias de textos consideramos jornalísticas, quais seriam não-jornalísticas e por que, de acordo com nosso referencial analítico. Conforme será abordado, algumas categorias se mostraram de difícil inclusão em um grupo ou outro.

3.4 Gêneros não-jornalísticos

As categorias de texto encontradas nos jornais e revistas que consideramos não-jornalísticas foram:

- 1) artigo (de política, opinião, economia, informática e ciência);
- 2) boletim metereológico;
- 3) classificados;
- 4) crônica;
- 5) edital;
- 6) horóscopo;
- 7) indicadores econômicos;
- 8) nota de falecimento/obituário;

- 9) palavras cruzadas;
- 10) propaganda;
- 11) roteiro/programação televisiva ou não (“Filmes da semana”, “Novelas da Semana”, “Filmes de Hoje”, “Exposições”, “Espetáculos de dança e teatro”, etc);
- 12) charges;
- 13) tiras ou quadrinhos;
- 14) resenha ou crítica;
- 15) receita culinária;
- 16) sinopses de filme;
- 17) dicas de filmes e livros;
- 18) testes;
- 19) balancetes de empresas;
- 20) resumo de livro

Quanto à **propaganda, sinopses de filmes, resumos de livro, palavras cruzadas, horóscopo, nota de falecimento, edital, receita culinária, balancetes, charges e tiras**, esses gêneros não fazem parte da comunidade discursiva jornalística, pois:

1) não há um conjunto de pessoas com um objetivo público comum no momento de suas produções;

2) os produtores desses gêneros não possuem mecanismos de comunicação entre si e, muitas vezes, não há vários produtores envolvidos, constituindo uma comunidade de uma determinada atividade social e profissional;

3) pode não haver um conjunto de pessoas para a produção desses textos no domínio discursivo jornalístico, mas pode haver outro domínio, outra esfera de atividade ou outra

comunidade, ou seja, esses gêneros podem pertencer a uma comunidade discursiva diferente da jornalística, mas em que há um grupo de indivíduos especializados, com mecanismos de participação, como reuniões, e produção de gêneros específicos com uma linguagem específica.

Portanto, esses gêneros podem ser uma tipificação de ações de outros profissionais que não os jornalistas. Assim temos: a) o edital, por exemplo, que pode ser da comunidade discursiva da Administração pública ou do comércio; b) a propaganda, que é produzida por especialistas em publicidade, que possuem um grau de instrução adequado para tal; e c) as charges ou tiras, que acreditamos constituírem outra comunidade discursiva, apesar de alguns teóricos relacionarem o surgimento das tiras ao jornal impresso, como ocorre com a crônica.

Sendo assim, o jornal e a revista funcionam mais como um meio de divulgação desses gêneros ou como uma prestação de serviços do que como suporte, já que acreditamos que são produzidos em outras comunidades discursivas, mas divulgados nos jornais e revistas, mantendo fortes vínculos com tais veículos de comunicação, inclusive, muitas vezes, sendo publicados como estratégias dos mesmos para atrair um público comprador.

Quanto às **dicas de livros, filmes, moda ect**, acreditamos que esse gênero, com a função sociocomunicativa de vender, é uma espécie de propaganda, já que possui a mesma função sociocomunicativa desta, porém, exerce essa função de uma maneira mais sutil, como se estivesse “aconselhando” o leitor a comprar um determinado livro ou a assistir a um determinado filme.

Dentre os gêneros não-jornalísticos citados acima, existem aqueles que consideramos de difícil caracterização como jornalísticos ou não, como ocorre com os indicadores econômicos, os artigos, o boletim meteorológico, o roteiro/programação televisiva, os classificados, a crônica e a resenha/crítica.

Em relação ao **boletim metereológico, os classificados e os indicadores econômicos**, apesar de o jornal parecer mais um serviço ou canal que um suporte, não são encontrados em outro lugar, embora possam ser consultados na internet, que, segundo Marcuschi (2003), é um canal ou meio.

Além disso, esses gêneros podem ser produzidos por jornalistas, embora estes busquem as fontes mais diversas para produzirem esses textos, os quais, muitas vezes, podem chegar até esses profissionais “quase prontos”. Porém, jornalistas podem ser responsáveis pela “confeção” final desses gêneros, problemática que já expusemos anteriormente.

A **crônica** como um gênero jornalístico nos parece problemática, principalmente, devido à sua origem; já que é um texto cujo surgimento está intimamente ligado ao jornal impresso, embora atualmente possamos encontrar livros apenas de crônicas, as quais, geralmente, são assinadas e podem ser produzidas por jornalistas ou não. No segundo caso, são profissionais de outras comunidades, como a literária, por exemplo.

O **roteiro ou programação televisiva, de cinema, de espetáculos, etc** atende a alguns critérios de delimitação de comunidade discursiva, como:

1) a existência de um objetivo público comum (informar e divulgar ao leitor quanto ao que poderá encontrar na televisão, cinema, teatro, casas de espetáculo, etc em determinados dias, horários e canais);

2) pode ser “produzido” por jornalistas, porém, à semelhança dos classificados, boletim metereológico e indicadores econômicos; não traduzem um conhecimento especializado da comunidade jornalística que é necessário para sua composição: sempre se busca as informações junto aos interessados (classificados, obituário, programações) ou especialistas (boletim metereológico, informes econômicos), que podem fornecer os textos já prontos;

3) pode ser considerado um gênero específico de comunicação entre os membros da comunidade discursiva jornalística e o público alvo;

4) possui especificidades de estrutura e composição textual que refletem a atuação de membros da comunidade discursiva com o objetivo público comum de informar leitores.

Porém, esse gênero parece não possuir o jornal como suporte de fixação, mas como um serviço prestado à população, além do fato de não pertencer, à primeira vista, a uma comunidade discursiva diferente da jornalística, a não ser que consideremos uma comunidade discursiva artística e/ou do entretenimento.

Quanto aos **artigos e resenhas**, temos o fato de que podem ou não serem escritos por jornalistas e ambos os gêneros podem ser encontrados em revistas acadêmicas especializadas em um determinado assunto. Porém, surge outra questão: esses textos são produzidos da mesma maneira em ambos os suportes, ou para o jornal possui uma elaboração diferente de quando são publicados para uma revista especializada?

Esse problema está intimamente relacionado à questão das funções dos gêneros em relação à comunidade discursiva e ao suporte, ou seja, até quanto o suporte e a comunidade influenciam a composição e definição dos gêneros? Os gêneros encontrados em várias comunidades, como a errata, a entrevista, o índice e o que aqui chamamos de textos informativos mudam de função de acordo com a comunidade e o suporte? A resposta a essas perguntas demandam estudos mais específicos que, infelizmente, não podemos desenvolver para/nesta dissertação.

Em relação aos **testes** (“teste sua saúde”, “sua capacidade de leitura”, ect), que podem ser de várias naturezas, aparecem sempre acompanhando uma notícia ou artigo e são textos que funcionam como uma espécie de entretenimento aos leitores, podendo ocorrer em várias

comunidades discursivas. Portanto, não consideramos os testes como constituintes de uma notícia ou outro texto, mas como um texto “extra” que, geralmente, possui o mesmo tema da notícia em questão e pode ser considerado, à semelhança dos jogos, horóscopos e palavras cruzadas, como um entretenimento.

3.5 Gêneros jornalísticos

Consideramos como gêneros jornalísticos as seguintes categorias de texto:

- 1) carta ao leitor;
- 2) cartas dos leitores;
- 3) chamadas;
- 4) editorial;
- 5) entrevista;
- 6) errata;
- 7) índice;
- 8) notícia ou reportagem¹⁵;
- 9) “ombudsman”;
- 10) perfil;
- 11) texto-legenda;
- 12) textos informativos.

¹⁵ Neste trabalho, não será feita a distinção entre notícia e reportagem, uma vez que acreditamos que toda reportagem é uma notícia, conforme abordaremos mais adiante.

Apesar do fato de podermos encontrar **errata, índice, entrevista e textos informativos** em outras comunidades, não sendo estes gêneros exclusivos da comunidade jornalística, acreditamos pertinente sua classificação como jornalísticos; pois, quando produzidos dentro dessa comunidade, são textos que refletem a existência de indivíduos que possuem um conhecimento especializado (jornalistas) e que realizam uma determinada ação social.

Além disso, para todos esses textos, o jornal e a revista funcionam mais como um suporte do que um serviço ou canal, pois são os principais meios de fixação e divulgação dos mesmos.

Propomos abaixo uma breve caracterização dos gêneros considerados jornalísticos, bem como daqueles cuja definição nos parece bastante complexa, a fim de que possamos refletir sobre a questão, na tentativa de encontrarmos princípios de análise que nos auxiliem numa proposta de melhores esclarecimentos classificatórios dessas categorias de texto de difícil classificação como jornalísticas ou não.

Como parâmetros de caracterização, procuramos ressaltar nos gêneros abaixo sua função sociocomunicativa (característica definidora dos gêneros segundo Travaglia 2003b)¹⁶, bem como os três elementos inerentes a todo gênero segundo Bakhtin (1997): 1. sua estrutura composicional (que sob nosso ponto de vista está relacionada ao tipo textual e à superestrutura do tipo e do gênero), 2. estilo verbal e 3. conteúdo temático.

3.5.1 Carta do Leitor

¹⁶ Além das funções sociocomunicativas propostas para esses gêneros, todos possuem como função a própria atividade jornalística, ou seja, a divulgação de informações de vários assuntos, refletindo o compromisso ético do jornalista com a população.

“É um recurso em que o leitor pode expressar seus pontos de vista e opiniões” (2001)

As Cartas são textos produzidos pela população em geral sobre temas diversos, geralmente relacionados a matérias já publicadas, ou em voga no momento e enviados à Redação do jornal ou revista, os quais têm o direito de selecionar trechos e textos completos para serem publicados numa seção específica.

A função sociocomunicativa desse texto é, portanto, a de dar espaço a opiniões outras que não sejam a do jornal/revista, embora não possamos negar a existência de uma política interna que pode proibir a publicação de uma determinada Carta. Como se tratam de textos alheios, as Cartas são sempre assinadas com o nome e a localização (uma pequena descrição) de seu locutor, retirando do jornal ou revista a responsabilidade direta pelo seu conteúdo.

Em geral, esse gênero possui uma linguagem mais coloquial, embora haja uma preocupação com as “regras gramaticais”, tais quais postuladas nas gramáticas normativas. Porém, o conjunto lexical das Cartas não costuma conter palavras de pouca recorrência na linguagem do dia-a-dia, dispensando, por exemplo, o uso de dicionários para que seus sentidos sejam interpretados. O que pode ocorrer é o uso de jargões de uma determinada área, dependendo do produtor da Carta e do tema desta.

Quanto ao tipo textual, esse gênero não está relacionado a um único tipo, pois encontramos Cartas argumentativas *stricto sensu* (anexo 2) e dissertativas (anexo 3), com trechos narrativos e descritivos¹⁷.

¹⁷ A descrição sempre ocorre no final da carta, indicando o nome do autor, sua profissão, sua localização espacial (cidade e estado) e, às vezes, seu endereço de e-mail. Porém, também foram encontrados trechos descritivos no “corpo” da Carta, podendo esses trechos funcionar como argumento ou contra-argumento no caso do gênero desenvolver o tipo argumentativo.

Nas primeiras, fica claro que o locutor vê seu alocutário como alguém que não concorda com suas idéias e opiniões, instaurando o discurso da transformação. Isso fica evidente na referência a textos anteriores, cujo conteúdo é combatido na Carta.

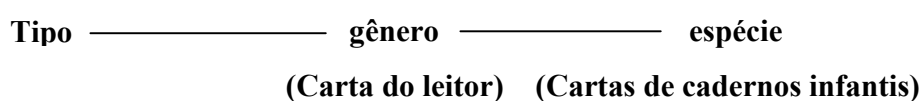
Nos textos dissertativos, também pode haver uma referência a Cartas anteriores, porém, não há uma divergência de idéias nem é pretendido pelo locutor se posicionar contrariamente ao conteúdo anteriormente publicado. Neste caso, o locutor não vê o alocutário como adversário, não inicia seu texto já numa posição de contra-ataque, mas pretende se colocar na perspectiva do saber/conhecer, tecendo comentários e transmitindo informações.

Nos cadernos *Estadinho e Folhinha*, do *Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*, respectivamente, as Cartas; apesar de possuírem a mesma função sociocomunicativa daquelas publicadas no caderno de política, apresentam uma diferença quanto à sua forma.

O que percebemos é que a interação entre leitores e o jornal se dá através de imagens, já que o público alvo desses dois cadernos são crianças e pré-adolescentes. Desse modo, não são enviados textos sobre um determinado assunto à Redação, mas desenhos diversos, abaixo dos quais também há uma descrição de seus autores (nome, idade e, às vezes, pequenos comentários do jornal).

Diante desse texto que possui a mesma função sociocomunicativa das Cartas, mas que realiza essa função de uma forma diferente e desenvolvendo temas também diferentes, acreditamos que as Cartas dos cadernos infantis (anexo 4), textos mistos (signo verbal e não-verbal), configuram-se em espécies vinculadas ao gênero Cartas.

Quanto ao tipo, no que se refere à parte constituída por signos verbais, encontramos “Cartas infantis”¹⁸ descritivas, já que logo abaixo das imagens o que há são sempre descrições dos autores, e dissertativas, pois pode haver um comentário do jornal. O esquema abaixo nos mostra essa relação:



Quanto às Cartas que não são publicadas nos cadernos infantis, podem ser tanto dissertativas quanto argumentativas, portanto, sua superestrutura e aspectos do tipo vão variar conforme o tipo desempenhado. No primeiro caso, temos o locutor na perspectiva do conhecer abstraído de tempo e espaço, bem como outros aspectos da relação entre locutor, alocutário e situação de interação, conforme o quadro abaixo:

Texto 3: “Direito penal do terror”

GÊNERO:	Carta do Leitor
Função sociocomunicativa do gênero:	Promover a interação direta entre leitores e jornal/revista, através de textos de opinião produzidos por essa população e publicados numa seção específica.
TIPO:	Dissertativo
Perspectiva do locutor	Enunciador na perspectiva do conhecer,

¹⁸ Estamos nomeando esse gênero de “Cartas infantis”, porém, essa nomenclatura deve ser melhor pensada em estudos posteriores.

	abstraido do tempo e do espaço.
Objetivo do enunciador	Busca-se o refletir, o explicar, o avaliar, o conceituar, expor idéias para dar a conhecer, para fazer saber, associando-se à análise e à síntese de representações.
Forma como se instaura o interlocutor	Como ser pensante, que raciocina.
Tempo referencial	Simultaneidade das situações
Relação entre o tempo de enunciação e o referencial.	O tempo da enunciação pode ser posterior, simultâneo ou anterior ao tempo referencial.

Quanto à relação entre os tempos referencial e de enunciação, o texto “Direito penal do terror” configura-se numa dissertação passada, pois o fato que está sendo comentado (o afastamento do juiz Livingsthon) ocorreu num momento anterior ao da publicação da Carta, portanto, o tempo referencial é anterior ao tempo de enunciação.

Já o texto 2 realiza o tipo argumentativo *stricto sensu* e as categorias de superestrutura desse tipo

Texto 2: “CPI dos Correios”

GÊNERO:	Carta do Leitor
Função sociocomunicativa do gênero:	Promover a interação direta entre leitores e jornal/revista, através de textos de opinião produzidos por essa população e publicados numa seção específica.
TIPO:	Argumentativo “stricto sensu”
Perspectiva do produtor do texto	Enunciador na perspectiva do argumentar, apresentar argumentos para uma determinada conclusão.

Objetivo do enunciador	O que se quer é convencer ou persuadir alguém ou um grupo de pessoas.
Forma como se instaura o interlocutor(es)	Como alguém que não concorda com o que está sendo dito (discurso da transformação).
Tempo referencial	Indiferença quanto à simultaneidade ou não das situações.
Relação entre o tempo de enunciação e o referencial.	O tempo de enunciação pode ser anterior, posterior ou concomitante ao tempo de enunciação.

No texto “CPI dos Correios”, temos vários fatos passados usados como contra-argumentos para contestar uma reportagem publicada anteriormente.

Devemos registrar que no trecho referente aos argumentos e contra-argumentos, há fragmentos de narração e descrição e na conclusão há injunção: “que todos os responsáveis sejam punidos”.

3.5.2 Carta ao Leitor

Esse gênero foi encontrado apenas nas revistas e pode ser definido como uma espécie de editorial, ou seja, expressa a opinião da revista a respeito de um assunto ou acontecimento importante (função sociocomunicativa).

Desse modo, essa Carta também constitui-se num gênero do tipo argumentativo *stricto sensu* (discurso da transformação), em que podemos encontrar a defesa de argumentos a favor de

um determinado ponto de vista, além de traçar comentários a respeito da pertinência, relevância e enfoque de uma notícia (anexos 5 e 6).

Assim como o editorial, a Carta ao Leitor só é produzida por um profissional que é responsável pela divulgação da posição ideológica¹⁹ da revista, uma vez que o texto produzido nos dá pistas da “linha argumentativa” e da política editorial do referido meio de comunicação.

A única diferença entre esse gênero e os editoriais parece ser o suporte, sendo assim, estaríamos diante de um exemplo de gênero que recebe uma nomeação diferente em decorrência do meio em que é veiculado. A mudança, portanto, é apenas de nomenclatura, não mudando a comunidade discursiva em que estão inseridos, suas funções sociocomunicativas e características estruturais; já que em ambos os casos temos a realização do mesmo tipo (argumentativo *stricto sensu*).

3.5.3 Editorial

“Texto que expressa a opinião oficial do jornal sobre os acontecimentos de maior repercussão no momento” (2001)

O editorial, conforme mencionamos acima, é um gênero argumentativo *stricto sensu* presente no jornal, pois apresenta o conjunto de valores desse meio de comunicação, instaurando um discurso da transformação.

¹⁹ Posição ideológica aqui se refere a uma tomada de posição frente a um determinado assunto/acontecimento, principalmente aqueles referentes à situação político-econômica do país ou até mesmo de outros países e regiões.

Esse gênero implica tomadas de posição e estabelecimentos de opiniões a respeito de um ou vários temas, geralmente em voga no momento. Seu locutor, portanto, procura transformar seu alocutário (adversário) em seu cúmplice, visando à persuasão e ao convencimento.

Os editoriais tratam de tema geralmente em voga no momento de publicação do jornal ou relacionado à notícia considerada principal na edição. Seu estilo verbal não possui a mesma coloquialidade da Carta do Leitor, por exemplo, pois possui uma linguagem mais elaborada e pode ter um vocabulário bastante específico do tema.

São exemplos de editoriais os textos 7, 8 e 9, os quais expressam a opinião e a argumentação dos jornais a respeito de um determinado tema.

3.5.4 Entrevista

“Permite ao leitor conhecer opiniões e idéias das pessoas envolvidas no ocorrido ou em um determinado assunto” (Medina, J., 2001)

O gênero entrevista possui a função sociocomunicativa de mostrar aos leitores a opinião e o perfil do entrevistado, bem como levantar uma discussão sobre um determinado tema. Podemos ter entrevistas mais pessoais, em que o jornalista pode fazer perguntas quanto a gostos musicais, artísticos, de moda, e características físicas e psicológicas (texto 10). Ao final da entrevista, o leitor terá uma espécie de perfil, ou seja, poderá inferir características pessoais do entrevistado.

Porém, não podemos confundir esse perfil criado ao longo da entrevista com o gênero **Perfil**, que é “um tipo de biografia sobre um dos personagens da reportagem” (MEDINA, J., 2001, p. 54). Consideramos, portanto, um perfil adjetivo, que pode ser criado numa entrevista, por uma seqüência dialogal, e um perfil substantivo, que é um gênero jornalístico composto pelo tipo descritivo.

Podemos também ter entrevistas de temas sociais, como política (texto 11). Além dessas características, encontramos uma entrevista em que o entrevistador parece se colocar, de imediato, como adversário do entrevistado. Isso ocorreu na entrevista que aparece abaixo do artigo do “ombudsman” (texto 12), a qual complementa a linha argumentativa do locutor, que argumenta a favor do leitor e contra a política do jornal de publicar textos polêmicos sem assinatura. Nesse caso, a entrevista completa a argumentação do “ombudsman”, na medida em que ele faz perguntas que procuram apontar e mostrar o que está por trás de um texto não assinado.

A superestrutura da entrevista possui diálogos com trocas de turno. As falas do entrevistador e do entrevistado são sempre alternadas, podendo um ou outro se estender mais em sua fala, mas sempre um após o outro, com eventuais sobreposições se a entrevista for oral, o que não é o caso dos textos do nosso *corpus*; que não possuem mais as marcas da oralidade, apagadas pela editoração da entrevista.

Além da troca de turnos, toda entrevista analisada possui uma espécie de introdução, que antecipa a primeira pergunta. Nessa introdução, pode haver ou não um resumo da entrevista, mas sempre há informações sobre o entrevistado e o tema que será discutido. Pode haver também um título e uma linha fina, o que nos dá a impressão de estarmos diante de uma notícia, fato que desconsideramos pela superestrutura da entrevista (presença de perguntas e respostas), embora o

Manual de Redação e Estilo do Estado de S. Paulo (1990, p. 31) postule que a entrevista “pode tanto ser a própria reportagem como apenas parte dela”.

A entrevista também é um recurso do jornalista para obter informações e, a partir delas, compor uma notícia, conforme já registramos. É o que assinala o Manual de Redação e Estilo do Estado de S. Paulo (1990, p. 31): “a entrevista constitui uma das principais fontes de informação do jornal e está presente, direta ou veladamente, na maioria das notícias que ele publica”. Nesse caso, a entrevista geralmente constitui-se num texto oral, e o jornalista a transcreve para então produzir uma notícia.

Embora o gênero entrevista esteja situado no domínio discursivo do jornalismo, compondo a lista dos textos considerados jornalísticos, devemos reconhecer que não se trata de um gênero exclusivo dessa comunidade, pois pode ocorrer, por exemplo, nas comunidades discursivas publicitária e acadêmica, com a função de ser fonte de informações para a composição de um anúncio ou propaganda e investigar um determinado assunto, respectivamente.

3.5.5 Errata

O gênero Errata apresenta aos leitores os erros de edições anteriores, com suas correções. A Errata não é assinada, mas, como corrige erros publicados, é de responsabilidade direta do jornal/revista, ou seja, só um jornalista ou responsável pelo jornal pode escrever, editar e publicar.

A Errata (texto 13), portanto, orienta os leitores, informando-lhes as modificações que devem ser feitas em suas leituras, o que muitas vezes pode ocasionar uma leitura completamente diferente da que fora feita com o texto com erros e falhas.

Quanto ao tipo, foram encontradas erratas narrativas, em que o locutor relata um fato anteriormente publicado e corrige alguns dados desse fato.

3.5.6 Índice

Nos jornais, o índice aparece na capa (página 1) e, nas revistas, é editado nas primeiras páginas, orientando o leitor sobre o conteúdo e as páginas do jornal e revista em que se encontram as notícias e outros textos. Configura-se em um gênero vinculado ao tipo descritivo, pois o objetivo é fazer uma descrição do jornal/revista, revelando um locutor que se coloca na perspectiva do conhecer/saber inserido no espaço.

No texto 14 (índice), temos as categorias do tipo descritivo:

Objeto tema: Jornal A Folha de S. Paulo;

Situação: São Paulo, domingo, 27 de novembro de 2005;

Qualidades (do jornal): Características: 114 páginas, 407.622 exemplares;

Elementos ou partes: Cadernos e seções do jornal: Opinião, Brasil, Mundo, Dinheiro, Cotidiano, Esporte, Ilustrada, Mais!, Classificados.

Como cada elemento ou parte pode se tornar objeto de descrição, para cada caderno há uma descrição geral do que será encontrado: Erramos, Painel do leitor, Tend. e debates (**Opinião**); Elio Gaspari, Jânio de Freitas, Ombudsman, Painel (**Brasil**); Luis Nassif, Mercado aberto, Op. Econômica (**Dinheiro**); Atmosfera, mortes, saúde (**Cotidiano**); Juca Kfourri, Painel FC, Televisão, Tostão (**Esporte**); Astrologia, José Simão, Mônica Bergamo, Quadrinhos, Televisão (**Ilustrada**); Imóveis, veículos, bolsa de salários (**Classificados**).

O gênero índice, portanto, possui a função sociocomunicativa de descrever, mostrar ao leitor o que irá encontrar e onde encontrar uma notícia ou outro gênero de seu interesse. Para tal, ao longo do texto é feita uma descrição, apontando a composição do jornal ou revista, de uma maneira bastante clara e direta.

Como todos os jornais analisados possuem uma composição típica de cada dia da semana, parece que o índice não necessita ser produzido apenas por jornalistas, pois as páginas e os cadernos já estão pré-estabelecidos, podendo ser inseridos pelo diagramador/ paginador.

Já nas revistas, a página que contém o índice também possui algumas imagens de destaque, à semelhança das chamadas na página 1 dos jornais. Portanto, parece que a edição do índice nas revistas deve ser realizada por um jornalista, que será responsável pela ênfase dada em determinadas notícias.

3.5.7 “Informativos”

Nos dois veículos de comunicação analisados, encontramos textos que aqui nomeamos de informativos. Tratam-se de informações como: telefones da polícia militar, corpo de bombeiros,

Procon, Disk-denúncia, “O que fazer em caso de mortes”, resultado de loterias, como assinar o jornal/revista, responsáveis pelo jornal/revista, etc.

Optamos pela nomeação “informativos” pelo fato desses textos possuírem um grau de objetividade bastante elevado, ou seja, possuem a função sociocomunicativa de transmitir uma determinada informação, que pode ser útil ao leitor, sem qualquer subjetividade, embora tenhamos consciência de que a simples escolha do que publicar e divulgar não é ingênua e pode implicar tomadas de posição e expressar opiniões e valores sociais.

O gênero informativo, portanto, é responsável pela transmissão e divulgação de informações consideradas úteis ao leitor, não relacionando-se exclusivamente a um tipo, pois encontramos informativos injuntivos (texto 15) e descritivos (texto 16), sempre com uma linguagem objetiva e clara.

Esses informativos aparecem com frequência na seção que os jornais e revistas nomeiam de “Expediente”.

3.5.8 “Ombudsman”

“Profissional pago pela empresa para representar os interesses de seus leitores”
(Medina, J., 2001)

Um ombudsman é uma pessoa contratada pelo jornal para escrever textos que analisam o que já foi publicado, ressaltando incoerências ou tecendo comentários positivos; sempre procurando assumir uma visão mais crítica sobre a política de publicação do jornal.

Ombudsman, portanto, é o nome do profissional, o gênero produzido por ele é um artigo do tipo argumentativo *stricto sensu*. No final da página e do texto, são publicados endereços (Fale com o Ombudsman), caso o leitor queira se comunicar com o ombudsman, além de um pequeno texto sobre esse profissional, como o exemplo abaixo:

Marcelo Beraba é o ombudsman da Folha desde 5 de abril de 2004. O ombudsman tem mandato de um ano, renovável por mais dois. Não pode ser demitido durante o exercício da função e tem estabilidade por seis meses após deixá-la. Suas atribuições são criticar o jornal sob a perspectiva dos leitores, recebendo e verificando suas reclamações, e comentar, aos domingos, o noticiário dos meios de comunicação (FOLHA DE S. PAULO, Domingo, 27 de novembro de 2005, p. A8).

Esse tipo de artigo só foi encontrado na *Folha de S. Paulo*, em que possui um lugar específico, na seção “Ombudsman”, uma linguagem simples e não possui um conteúdo temático específico e pré-determinado (texto 12).

3.6 Gêneros complexos²⁰: jornalísticos ou não?

Denominamos de complexos aqueles gêneros cuja classificação como jornalísticos é bastante oscilante e problemática, haja vista a classificação desses gêneros na própria literatura da Comunicação, que denomina alguns deles como periféricos ou serviços; além da difícil inclusão desses gêneros na comunidade discursiva jornalística.

3.6.1 Artigo

²⁰ O termo complexo está sendo usado nessa nomeação para se referir à difícil inserção de alguns gêneros ou no grupo dos jornalísticos ou dos não-jornalísticos.

“Traz interpretações ou opiniões de pessoas que não precisam ser necessariamente jornalistas. É sempre assinado.” (Medina, J., 2001)

O artigo é um gênero que pode ser argumentativo *stricto sensu* ou dissertativo. É um texto em que seu autor expressa sua opinião, expõe idéias, analisa fatos e discorre sobre temas diversos ou em voga no momento. Medina, J. (2001, p. 54) diferencia artigo de análise, a qual, segundo ele, “explora diversos aspectos de fatos relevantes e recentes, seus antecedentes e conseqüência. É sempre assinado”.

Essa definição se aproxima muito do artigo, pois o ato de interpretar e expressar opiniões pode revelar a exploração de um fato. Acreditamos, portanto, que todo artigo contém uma análise e não nos parece relevante e pertinente propormos a existência do gênero análise.

O artigo, tanto dissertativo quanto argumentativo *stricto sensu*, possui algumas espécies que se vinculam a ele. Desse modo, encontramos em nossa análise artigos que aqui chamaremos de: políticos (texto 17), científicos ou divulgação científica (texto 18) e de opinião (texto 19); conforme o tema abordado (político e científico) e produtor (opinião).

Quando um artigo discorre sobre arte ou trabalho artístico, temos outra nomeação: a resenha ou crítica, que acreditamos constituir-se numa espécie de artigo, já que parece expressar a mesma função sociocomunicativa, porém, com diferença de conteúdo e forma.

Nos artigos políticos há o desenvolvimento de uma temática relacionada tanto à administração política quanto, especificamente, à economia. Em todas as espécies de artigo, a temática está relacionada a uma notícia, publicada na mesma página ou caderno.

A espécie artigo de opinião, diferentemente do artigo político e científico, se caracteriza, principalmente, pela autoridade de quem o produz, ou seja, é um texto que expressa a análise de

um fato/acontecimento ou assunto, e difere de outras espécies de artigo por contar uma análise feita por uma autoridade, que geralmente não é um jornalista.

Embora o artigo científico também seja respaldado quando produzido por um pesquisador de nome, a mesma divulgação e análise do fato e assunto pode ser feita por um jornalista.

Portanto, esse gênero pode ser produzido por jornalistas ou não, geralmente, são escritos por profissionais especializados, como economistas, filósofos, cientistas e pesquisadores, conforme constatamos na descrição do autor ao final do texto.

Essa é uma questão que nos leva a refletir sobre a inclusão ou não dos artigos nos gêneros jornalísticos: seriam apenas os artigos produzidos por jornalistas que fariam parte dessa classificação? Além disso, os artigos produzidos por não-jornalistas poderiam, mesmo assim, expressar objetivos comuns e ações dos membros da comunidade jornalística; na medida em que esses não-jornalistas poderiam ser contratados pelo jornal? Os artigos produzidos tanto por jornalistas quanto por não-jornalistas possuem a mesma estrutura composicional, estilo verbal, tema e função sociocomunicativa de quando produzidos para revistas especializadas?

3.6.2 Boletim Meteorológico

Esse gênero tem a função sociocomunicativa de informar o leitor quanto ao tempo e a temperatura de sua cidade, região e, às vezes, do país. Trata-se de um texto necessariamente preditivo, pois o locutor antecipa-se em seu dizer, fazendo uma previsão do tempo.

Na *Folha de S. Paulo*, esse gênero é publicado no caderno C (Cotidiano), sob o título de “Atmosfera” (texto 20). No exemplo do anexo, esse texto é constituído por um mapa do Brasil e

do estado de São Paulo com a localização de algumas cidades e a indicação da temperatura máxima e mínima. Há uma legenda logo no início que dá o sentido das imagens que aparecem no mapa (Sol, nuvem escura, nuvem clara, etc.) e também encontramos uma tabela com o fuso horário de cidades nacionais, internacionais e a temperatura nestas últimas (para o dia de publicação do jornal).

Para algumas cidades, a previsão do tempo é feita para a data atual (mapa) e para dias posteriores (“Nos Próximos Dias”), através de uma pequena tabela. Há ainda um mapa do litoral de São Paulo e, ao lado, informações sobre o estado das praias (própria para banho, imprópria ou sem registro, conforme legenda).

Por fim, podemos encontrar nesse gênero um pequeno texto que funciona como uma espécie de apanhado geral sobre o tempo no país. Este texto, geralmente, é uma descrição preditiva, ou seja, há dois tipos de texto em sua constituição, já que todo texto preditivo pode ser uma narração, dissertação ou uma descrição (Cf. texto 20).

No *Estado de S. Paulo*, também no caderno C (Cidades), esse gênero é chamado de “Tempo”, como o texto 21, em que há um mapa do estado de São Paulo, com as indicações de temperatura em algumas cidades. Também há uma legenda e uma tabela com informações climáticas sobre o mundo, e capitais e aeroportos nacionais. Ao invés de informações sobre condições das praias, há uma tabela com informações sobre as marés no Porto de Santos.

O mapa nacional aparece numa visão panorâmica (Imagem de satélite) e abaixo há um texto (descrição preditiva) com informações gerais sobre o clima no país. Além desse texto, há outro, assinado, com comentários (que acreditamos ser uma dissertação preditiva) sobre o clima em geral no estado de São Paulo.

No *Estado de Minas* o boletim metereológico é publicado no caderno Gerais como “O Tempo Hoje”. No texto 22, há um mapa do estado de Minas Gerais com as temperaturas máximas e mínimas em cada localidade, à semelhança dos outros jornais. Também há uma legenda que explica as imagens contidas no mapa. Além da previsão do tempo, há informações sobre a lua (Minguante, Nova, etc), através de imagens. Por fim, há uma tabela com as temperaturas em várias cidades do país e um pequeno texto, que aparece no início, que faz um resumo do tempo no estado.

A composição do Boletim Metereológico é bastante flexível, podendo, a cada edição, ser acrescentados dados, mapas e informações sobre o tempo em determinados lugares, porém, sua estrutura básica e fundamental é a presença de imagens (seja de nuvens, mapas, sol, chuva, etc), números que indicam a temperatura e uma legenda, sendo que o texto descritivo/preditivo pode aparecer ou não.

Quanto ao seu produtor, esse gênero é bastante complexo, pois não sabemos, de fato, se o diagramador, por exemplo, pode acrescentar os dados do tempo num modelo pré-estabelecido, se o jornalista recolhe as informações na fonte e então produz o gênero ou repassa essas informações ao diagramador.

De qualquer modo, o boletim metereológico configura-se num gênero que estabelece uma comunicação entre os membros da comunidade discursiva jornalística e os leitores do jornal e expressa um objetivo público comum desses membros. Por outro lado, esse gênero parece ter o jornal mais como uma prestação de serviço à população do que como um suporte; na medida em que esse boletim parece ser um atrativo a mais do jornal, um “bônus”, um diferencial que auxilia no aumento de venda, assim como os mais variados cadernos e outros gêneros (horóscopo, classificados, resumos de filmes, programação televisiva, dentre outros).

3.6.3 Classificados

Na *Folha de S. Paulo*, o caderno F, Classificados, possui a seguinte configuração: capa, notícias (divulgação de um fato/acontecimento), guia de preços de carros e motos, anúncios de compra, venda e aluguel de casas, apartamentos, terrenos, imóveis comerciais, imóveis para temporada, chácaras, máquinas, equipamentos, motores, blindados, caminhões, ônibus, oferta de empregos e bolsa de salários. Esse caderno está subdividido em 1.Imóveis, 2.Veículos, 3.Classificados e 4.Bolsa de Salários.

No *Estado de S. Paulo*, os classificados são divididos em quatro cadernos: 1. Autos, 2. Empregos, 3. Negócios e Oportunidades e 4. Imóveis. Em todos eles encontram-se notícias. No primeiro, há preços de carros, motos e caminhões, tanto novos quanto usados. No segundo caderno, há ofertas de empregos remunerados e voluntários, além de cursos e concursos. Em Negócios, há anúncios de leilões e oportunidades de negócios (venda, compra, aluguel, fretamento, etc.) em várias áreas: advocacia, aeronáutica, agricultura, animais e aves, artes e antiguidades, aulas e cursos, clínicas terapêuticas, confecções e equipamentos, comunicados, construção e serviços, detetives, empresas e partes sociais, empréstimos e investimentos, franquia, informática, jóias e relógios, máquinas e motores, etc. No caderno de Imóveis, há ofertas de venda e aluguel de casas, apartamentos, terrenos, propriedades rurais e imóveis comerciais.

No *Estado de Minas*, os classificados também são divididos em 4 cadernos: 1) Veículos, em que há preços de carros e motos; 2) Emprego, em que há anúncios de oportunidades de empregos; 3) Imóveis, em que há ofertas de compra, venda e aluguel de casas, apartamentos,

imóveis comerciais e rurais e 4) Diversos, em que encontramos anúncios referentes a venda, compra e locação de produtos e serviços nas seguintes áreas: alimentos, animais rurais, antiguidade e objetos de arte, casa e utilidades, construção e serviços, eletrodomésticos, eletrônicos, fotos e vídeo, telefonia, etc.

O gênero **Classificados**, portanto, tem como conteúdo temático anúncios de compra, venda e locação de serviços e produtos diversos; além de apresentar preços de vários itens como automotores e cursos. Este parece ser um gênero que se vincula necessariamente ao tipo descritivo (estrutura composicional), pois o que encontramos nesses textos são descrições de imóveis, de qualidades necessárias a um determinado emprego, de produtos como máquinas, equipamentos, carros, etc; além da descrição de um serviço que é oferecido.

Percebemos que os Classificados variam seu conteúdo conforme os cadernos e os temas, ou seja, no caderno Autos, no *Estado de S. Paulo*, por exemplo, temos apenas classificados relacionados a veículos automotores, em Imóveis, temos a descrição de casas, apartamentos, chácaras, etc.

Diante disso, acreditamos ser pertinente a proposta de postular a existência do gênero Classificados (texto descritivo com a função sociocomunicativa de divulgar e vender, alugar ou trocar produtos e serviços) e espécies desse gênero: Classificados de automotores (texto 23), de imóveis (texto 24), de empregos (texto 25) e muitos outros tais como: animais, eletrodomésticos, massagem, etc (texto 26).

É importante ressaltar que todas essas espécies de classificados se vinculam ao tipo descritivo, mesmo as tabelas de preços de carros e motos, em que o leitor encontra-se diante de uma descrição que é feita a partir do valor, da velocidade média, do tamanho, do tipo de motor,

etc. No item Bolsa de Salários, da *Folha de S. Paulo*, também estamos diante de uma descrição de vários empregos através de valores de salários.

Se pensarmos nas categorias da superestrutura descritiva, constataremos que é possível enquadrar todos os tipos de classificados nessa estrutura; sendo a categoria da situação estabelecida, para todos os textos, pela data de publicação do jornal, pela qual o leitor se orienta quanto ao tempo decorrido desde a publicação dos textos até a sua leitura.

Quanto ao estilo verbal, os classificados, possuem uma linguagem objetiva e direta, constituindo-se em textos bastante breves, com léxico de fácil compreensão e relacionado ao tema ou caderno. Por exemplo, no caderno de Autos temos um campo semântico que seleciona vocábulos relacionados a veículos automotores: potência, cilindradas, velocidade, consumo de combustível, tipo de motor, etc.

3.6.4 Crônica

“Tem como característica tratar de assuntos cotidianos de maneira mais literária. É sempre assinada.” (Medina, J., 2001)

Esse texto pode ser produzido tanto por um jornalista quanto por outra pessoa, que é contratada pelo jornal para escrever em uma coluna específica. No *corpus* analisado, todas as crônicas são assinadas e expressam a visão do seu autor a respeito de temas cotidianos ou em voga no momento.

O gênero crônica é um texto “em prosa, cuja função social e/ou comunicativa é fazer refletir através da análise ou do relato de episódios, subjetivamente, por intermédio de um autor-narrador...” (FERREIRA, 2005, p.131).

A crônica, muitas vezes, se confunde com o ensaio e com o artigo, mas se diferencia de ambos pelo seu aspecto mais coloquial e literário ou estético, não apresentando um maior rigor de investigação do tema como ocorre no ensaio e no artigo, cuja distinção nos parece tão difícil quanto à que opõe crônica e ensaio. Neste trabalho, não faremos uma distinção rigorosa entre ensaio e artigo, e utilizaremos este último termo para nos referirmos a textos que poderiam e são classificados como ensaio.

A distinção que deve ser feita é entre crônica e artigo/ensaio, pois não temos no primeiro princípios mais científicos de análise do tema como há no segundo. Isso nos leva a classificar, segundo Ferreira (2005), os textos publicados na revista *Veja* produzidos por Roberto Pompeu de Toledo e intitulados de ensaio (texto 27) como crônicas. Segundo a autora, “o equívoco está no desconhecimento tipológico de quem classifica esses textos (como o texto 27) como ensaio. Considerando tudo o que dissemos até aqui sobre crônica e sobre ensaio, tais textos são crônicas dissertativas...” (FERREIRA, 2005, p. 120).

De fato, parece haver um grande desconhecimento tipológico de vários produtores de textos, e nomeações como artigo/ensaio/crônica; bem como aviso/comunicado/informe são utilizadas sem um esclarecimento de suas designações, embora reconheçamos que a distinção entre esses termos é bastante complexa, devendo ser investigada e pesquisada por cientistas da linguagem, para a delimitação de parâmetros de classificação.

Quanto ao tipo, segundo Ferreira (2005), as crônicas podem ser tanto narrativas (texto 28) quanto dissertativas (texto 29).

3.6.5 Indicadores Econômicos

“Informações úteis sobre órgãos governamentais, empresas, instituições, países ou sobre determinado assunto especializado, como mercado econômico: ações, dólar, fundos.” (Medina, J., 2001)

Esse gênero é publicado no caderno B, Folha Dinheiro, da *Folha de S. Paulo*. Constitui-se de tabelas com informações sobre o mercado financeiro, como cotação de moedas, fatores de correção de seguros e outros contratos, rendimentos da caderneta de poupança, valores de investimentos em ouro, bolsas de valores, fundos de investimentos, etc. Nos outros jornais, é publicado no caderno de Classificados.

Portanto, através desses indicadores (texto 30), o leitor interessado no assunto se orienta segundo seus objetivos e interesses. É uma espécie de serviço prestado pelo jornal a um público específico, porém, ao mesmo tempo em que o jornal funciona como uma prestação de serviços, também é um suporte desse gênero, o qual é fixado e divulgado através de jornais, tanto impressos quanto orais. Para a produção desse gênero, o jornalista busca as informações em fontes como Banco Central e outras instituições financeiras.

Quanto à superestrutura, esse gênero, do tipo descritivo, é constituído por várias tabelas, cada uma sobre um assunto específico e suas cotações e preços. Pode haver, ao final de uma tabela, um texto injuntivo, que mostra ao leitor como fazer os cálculos. Pode também haver um texto dissertativo, que traz explicações e significados das siglas presentes na tabela.

3.6.6 Resenha ou Crítica

“Apreciação de um trabalho intelectual ou de um desempenho artístico com o objetivo de orientar o público leitor” (Medina, J., 2001)

A resenha ou crítica, conforme já fizemos alguns apontamentos, é uma espécie do gênero artigo, segundo nosso aparato teórico. Segundo Todorov (apud MEDINA, J., 2001, p. 49), “um gênero novo sempre é a transformação de um ou vários gêneros velhos”. De fato, os gêneros, especificamente os jornalísticos, possuem uma interface, uma inter-relação tamanha que a fronteira entre um e outro, muitas vezes, é difícil de ser encontrada e delimitada.

Acreditamos que a resenha ou crítica, que em nossa análise foi encontrada nos cadernos e seções que possuem o tema “cultura”, algumas vezes no caderno de esportes (resenha esportiva), seja uma variação do artigo.

A crítica ou resenha (texto 31) pode ser escrita por um jornalista ou por um profissional contratado pelo jornal. Como se constitui numa espécie de análise artística e intelectual, está vinculada ao tipo dissertativo, usado para expor opiniões, analisar e discorrer sobre algo.

Não nos esqueçamos, mais uma vez, do caráter argumentativo que reside em todo gênero e, especificamente, na crítica, a qual pode ser publicada com a intenção de influenciar a opinião pública a respeito de um determinado trabalho artístico e intelectual.

Diferentemente da maioria dos gêneros jornalísticos, a crítica, assim como os outros artigos, possui uma linguagem mais elaborada e, às vezes, muitos termos técnicos; porém, não há uma linguagem rebuscada a ponto de comprometer a compreensão.

Na maioria dos casos, a crítica não é produzida por um jornalista, mas por um especialista no assunto em questão (literato, diretor de teatro, cinema, crítico de arte, etc). O que nos parece complexo em relação à classificação desse gênero como jornalístico é o fato de sua produção se diferenciar ou não quando produzido para o jornal ou para uma revista especializada, haja vista as resenhas que aparecem em revistas acadêmicas de Literatura e Teoria e Crítica Literária. E, ainda, esse gênero tem o jornal como suporte ou serviço? (tendo em mente a existência de um local físico - revista especializada - de fixação e divulgação da crítica ou resenha).

3.6.7 Roteiro/Programação

“Informações sobre ‘shows’, espetáculos, televisão e cinema.”

(Medina, J., 2001)

O gênero roteiro/programação tem a função sociocomunicativa de orientar o leitor fornecendo uma espécie de agenda de programas culturais da cidade (teatro, dança, performance, cinema, música, shows, concertos, exposições, etc) e televisivos (filmes, novelas, shows, etc.). Estamos incluindo nesse gênero os resumos de novelas e comentários e resumos de filmes, livros, espetáculos e exposições²¹, que são textos, conforme exposto anteriormente, que não foram considerados, segundo nosso aparato teórico, como jornalísticos.

Quanto ao tipo, o roteiro revela categorias da superestrutura descritiva, pois faz uma descrição de uma programação televisiva, de uma peça de teatro, ou outro evento, para que o

²¹ Esses resumos e comentários podem aparecer acompanhados de uma classificação quanto à qualidade do filme, livro, espetáculo, ect (Cf. “estrelas” que aparecem no texto 33, da *Folha de S. Paulo*); influenciando a opinião do leitor a respeito de um livro, espetáculo, etc..

leitor se oriente a respeito; através de textos pequenos e objetivos. O objetivo do locutor do texto, portanto, é caracterizar, dizer como é. Esse gênero constitui-se de vários textos descritivos, sobre vários temas (novela, arte, vida noturna da cidade, etc).

O roteiro/programação (textos 32 e 33) parece ser um gênero que visa ao aumento da venda do jornal, funcionando como um grande atrativo, assim como os cadernos sobre TV (novelas e programas), e tendo o jornal mais como serviço que suporte. Além disso, esse gênero apresenta a mesma problemática exposta para os classificados e boletim meteorológico, quanto ao seu produtor.

3.6.8 Obituário

“Informações sobre óbitos registrados pelos cartórios especializados, publicados em colunas específicas” (Medina, J., 2001)

Esse gênero possui a função de divulgar óbitos e missas de sétimo dia. Na *Folha de S. Paulo* e no *Estado de S. Paulo*, possui uma coluna especial, “Mortes” no primeiro (texto 34) e “Falecimentos”, no segundo (texto 35).

Em ambos os jornais, encontramos um texto descritivo, com o nome da pessoa falecida em negrito e, abaixo, sua idade ao falecer, estado civil, se tinha filhos e informações sobre o local do enterro. Quando a pessoa é considerada importante, como um sacerdote, há mais informações e, nesse caso, podemos ter uma espécie de biografia ou perfil. No *Estado de Minas*, o obituário não possui uma coluna específica e é publicado no caderno Gerais como uma espécie de comunicado ou convite, como no texto 36.

3.7 Considerações da Proposta

Como partimos do pressuposto de que toda proposta de definição e classificação de gêneros não deve ser entendida como uma tentativa de “encapsulamento” dos mesmos, pois isso desconsideraria seu caráter dinâmico, principalmente dos gêneros jornalísticos; e como nosso trabalho não esgota o tema nem possui essa pretensão, devemos registrar algumas considerações a respeito do que foi exposto acima:

1. Poderíamos ter optado por uma classificação/definição de gênero jornalístico que evidenciasse o binarismo vender/não-vender, sob um ponto de vista da área publicitária, sub-área da Comunicação como o Jornalismo. Desse modo, teríamos aqueles textos que seriam publicados como um atrativo a mais, para aumentar o número de jornais vendidos, sendo um diferencial. Esses textos poderiam até ser produzidos ou editados por jornalistas, mas teriam a função sociocomunicativa de fazer vender mais jornal, o qual funcionaria mais como um serviço ou canal do que como suporte. Nesse contexto, não seriam gêneros jornalísticos os Classificados, Indicadores Econômicos, Boletim Meteorológico, Roteiro/Programação e os demais gêneros de difícil classificação como jornalísticos. Porém, optamos pela problematização desses gêneros explanada acima, pelo fato de termos mais respaldo teórico e pelo fato de que, embora o Boletim Meteorológico, os Classificados e o Roteiro/Programação, por exemplo, possam ser divulgados em outros meios de comunicação (como rádio, tv, internet) e possam ser vistos apenas como recursos para aumentar a venda do jornal (um atrativo a mais), eles possuem uma certa regularidade, ou seja, possuem um espaço específico no jornal há algum tempo,

fazendo parte de uma atividade social específica. Como vimos, gêneros jornalísticos são bastante flexíveis e procuram atender à função de transmitir informações e promover a comunicação e o que é um gênero jornalístico hoje pode não ter sido no passado e vice-versa;

2. Nos Classificados, apresentamos uma nomeação conforme a publicação do jornal. Na *Folha de S. Paulo*, os Indicadores Econômicos não são editados no caderno de Classificados, mas no caderno de economia. Porém, esses indicadores parecem se assemelhar ao guia de preços que já aparece no caderno F. Optamos pela não definição desses indicadores como classificados pelo fato de possuírem uma página especial num caderno específico;
3. Embora tenhamos encontrado um gênero publicado com o nome de análise, conforme texto 37, consideramos que todo artigo é uma análise, na medida em que esses textos, principalmente o artigo, faz uma exploração de fatos e eventos. Desse modo, o texto publicado com a nomeação de análise na verdade é um artigo (que possui algumas espécies). A análise é uma categoria própria de todo texto dissertativo, conforme visto na superestrutura desse tipo;
4. O índice, a errata, a entrevista e os textos informativos podem exercer sua função sociocomunicativa em livros, revistas especializadas, dissertações, teses e documentos inseridos em várias comunidades discursivas. Dessa forma, não são gêneros exclusivamente jornalísticos.

4 A NOTÍCIA E SUAS VÁRIAS FACES

4.1 Considerações sobre o “ser notícia”

Assumindo a notícia como o gênero jornalístico por excelência, ou seja, aquele que mais ocorre nos jornais e revistas e do qual são derivados outros gêneros (que neste trabalho caracterizamos como espécies de notícia), apresentaremos neste capítulo uma proposta de definição de notícia considerando sua função sociocomunicativa (Travaglia 2003b) e suas características de estrutura composicional, estilo verbal e de conteúdo (conforme aponta Bakhtin, 1997).

Estamos partindo do pressuposto de que, assim como todos os gêneros que classificamos como jornalísticos, a notícia revela a tipificação de ações sociais produzidas por jornalistas no exercício de sua profissão, conforme conceito de gênero proposto por Bazerman (2005). O ato de fala (locucionário) realizado pela publicação de uma notícia, tendo em mente o objetivo de todo meio de comunicação e o compromisso ético-profissional dos jornalistas, é informar os leitores sobre o que está acontecendo em sua cidade, região, país e no mundo.

Segundo Medina, J. (2001), notícia é o registro puro dos fatos; no dicionário Houaiss da língua portuguesa, temos as seguintes acepções para o termo notícia (com grifo nosso):

- 1 informação a respeito de **acontecimento novo**, de mudanças **recentes** em alguma situação, ou do estado em que se encontra algo; nova, novidade
Ex.: <tenho boas n. para lhe contar> <você teve alguma n. sobre a promoção dele?>
 - 2 **conhecimento** do paradeiro ou da situação de alguém
Ex.: não teve mais n. do amigo
 - 3 recordação, lembrança
Ex.: não conseguia eliminar da mente a n. do acidente
 - 4 nota, apontamento
Ex.: os inspetores tomaram n. das deficiências da instituição
 - 5 escrito **sinéptico** sobre um assunto qualquer
 - 6 nota **histórica**; biografia
 - 7 Rubrica: jornalismo.
- relato de fatos e acontecimentos, recentes ou atuais**, ocorridos no país ou no mundo, veiculado em jornal, televisão, revista etc (DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA, 2006).

Percebemos que as definições acima nos mostram alguns aspectos da notícia: a) sua vinculação à novidade (itens 1 e 7); b) o fato de através desse gênero termos conhecimento de algo ou alguém (itens 2, 3 e 4); c) sua extensão (item 5); d) seu caráter histórico (item 6).

Nos manuais de redação e estilo publicados por jornais, não encontramos uma definição da notícia enquanto gênero, mas dicas de como escrever uma notícia (uso de “lead”, investigação dos fatos, objetividade, etc).

Quanto ao seu **conteúdo**, portanto, a notícia se caracteriza pelo fato de dar a conhecer aos leitores fatos e acontecimentos tanto atuais como mais remotos (notícia histórica), seja de uma maneira mais breve (através das notas) ou mais extensa. Não relacionamos, portanto, a notícia apenas a novidades, pois temos também notícias sobre acontecimentos não tão recentes e de caráter não tão inusitado, como ocorre na espécie de notícia aqui nomeada *fait-divers*, em que podemos ter relato de fatos mais “fúteis”, tendo em mente acontecimentos históricos e políticos.

Delimitamos, assim, como **função sociocomunicativa** da notícia: estabelecer a comunicação entre os membros da comunidade discursiva jornalística e leitores de jornais e revistas, através da divulgação de fatos e acontecimento novos ou mais remotos (tanto no âmbito

regional quanto nacional e mundial), informando a população sobre algo ou alguém; refletindo, assim, a ação social dos jornalistas que se refere ao compromisso ético e profissional de transmitir informações.

Embora alguns autores diferenciem notícia de reportagem, consideramos que toda reportagem é uma notícia, porém, mais elaborada. Segundo Lage apud Coimbra (1993, p. 9): “enquanto o primeiro (a notícia) cuida da cobertura de um fato ou de uma série de fatos, o segundo (reportagem) faz um levantamento de um assunto, conforme ângulo preestabelecido”. E, ainda, Medina, C. apud Coimbra (1993, p. 9): “o que distingue a notícia da grande reportagem é o tratamento do fato jornalístico, no tempo de ação e no processo de narrar”. Diferenciando notícia de reportagem, o Manual de Redação e Estilo do Estado de S. Paulo (1990) traz, com grifo nosso:

A reportagem pode ser considerada a própria essência de um jornal e difere da notícia pelo conteúdo, extensão e profundidade. A notícia, de modo geral, descreve o fato e, no máximo, seus efeitos e conseqüências. A reportagem busca mais: **partindo da própria notícia**, desenvolve uma seqüência investigativa que não cabe na notícia. Assim, apura não somente as origens do fato, mas suas razões e efeitos (MANUAL DE REDAÇÃO E ESTILO DO ESTADO DE S. PAULO, 1990, p. 67).

Percebemos, portanto, que tanto na conceituação de notícia quanto de reportagem há um fato, um acontecimento, sendo que na segunda esse fato recebe um tratamento mais elaborado, na medida em que há uma investigação maior, o que irá refletir na extensão do texto e no aparecimento de mais categorias da superestrutura da notícia propostas por Van Dijk (1986).

Desse modo, trataremos neste trabalho a reportagem como uma notícia mais elaborada, conceito que é reforçado por Medina, J. (2001, p. 54), quando afirma que a reportagem é o “relato ampliado de um acontecimento. O jornalista vai ao local para apurar o fato”.

Na literatura da Comunicação (textos teóricos e manuais de jornais) não há o esclarecimento da diferença entre notícia e reportagem e os dois termos são tomados como sinônimos, conforme constatamos em Bonini (2003, p. 4): “[...] ainda são pouco conhecidos, em termos acadêmicos, os mecanismos lingüísticos/sociais que caracterizam estes gêneros textuais (jornalísticos). (Mesmo a distinção entre notícia e reportagem não é clara)”; “[...] estes manuais tomam a notícia e a reportagem como o mesmo gênero ou uma pela outra”.

Além de ser definida por um conteúdo específico (fato/acontecimento - recente ou não, importante ou “fútil”), a notícia também se caracteriza pela sua organização textual específica ou **estrutura composicional**, a qual permite que a identifiquemos e a distingamos de outros textos, jornalísticos ou não.

Essa organização textual, aqui entendida como superestrutura textual, embora possa sofrer variações e mudanças e não seja rígida e inflexível ao extremo, confere uma regularidade de forma e conteúdo (já que as categorias estruturais são preenchidas por conteúdos semânticos) ao texto noticioso, tornando possível o seu conhecimento pelas pessoas, quer sejam jornalistas ou não.

Dentre as categorias da superestrutura da notícia propostas por Van Dijk (1986), aquela que mais identifica, à primeira vista, uma notícia é o Sumário/Resumo, especificamente a Manchete e a Linha Fina (“Headline”). De fato, quando nos deparamos com essas duas categorias, que geralmente possuem uma fonte diferenciada do corpo da notícia, logo fazemos a previsão de que se trata de uma notícia.

Porém, nem sempre isso ocorre, já que encontramos, por exemplo, entrevistas e artigos com Manchete e Linha Fina. Percebemos, portanto, que a categoria “Headline” não é suficiente para a caracterização de uma notícia, como nos mostra o texto 38, o qual não se configura numa

notícia, uma vez que seu conteúdo temático não expressa o relato de um fato/acontecimento, novo, contemporâneo ou remoto.

Uma vez que toda notícia deve conter esse relato, esse conteúdo temático inerente a todo texto noticioso está intimamente relacionado à categoria **Evento Principal (EP)**, que, por sua vez, realiza o tipo narrativo, já que o relato de um evento só se dá por meio do narrar, e não do dissertar, do descrever, do argumentar ou da ordem (injunção); embora a narração possa conter descrições, argumentações, dissertações e injunções.

Desse modo, a categoria necessária e suficiente para identificarmos uma notícia é o EP, sendo as demais categorias opcionais. Como as categorias são preenchidas por macroproposições semânticas, que são extraídas do texto a partir de macrorregras (de generalização ou de resumo), a notícia se dá a partir de uma macroproposição que realiza o tipo narrativo, sem o qual não teríamos um relato de um fato/acontecimento, seja numa narração presente, passada ou futura.

Sendo assim, diante de textos que aparentemente configuram-se como notícias, temos que considerar se podemos ou não extrair desses textos um EP, representado por uma macroproposição semântica (a partir de um resumo) predominantemente do tipo narrativo. Caso contrário, não estaremos diante do gênero notícia, mas de outros gêneros quaisquer, haja vista a grande dinamicidade e variação que apresentam os gêneros jornalísticos e a difícil distinção da notícia de artigos e espécies de artigos (como resenhas/críticas).

O quadro abaixo, uma análise do texto 38, nos mostra que não depreendemos, a partir da elaboração de um resumo, uma macroproposição predominantemente narrativa, mas injuntiva.

TEXTO	CATEGORIAS
	Sumário/Resumo

<p>Liberdade com limites. <i>O Estado de S. Paulo</i>. São Paulo, 27 nov. 2005. Caderno Feminino, p. F12.</p>	<p>Manchete: Liberdade com limites</p> <p>Linha fina: Vigilância cerrada é prisão e liberdade em excesso vira negligência. Como agir com os filhos adolescentes?</p>
	<p>Macroproposição de resumo: o texto trata de como os pais devem lidar com seus filhos em relação à liberdade que deve ser dada a eles. Aconselha-se que, se os filhos cumprem os horários estabelecidos, vão bem na escola e desobedecem quanto aos horários uma vez ou outra, não há motivos para preocupação. Porém, se os filhos não cumprem os horários freqüentemente e ainda vão mal na escola, a não preocupação pode ser negligência.</p>

Não conseguimos extrair do texto um evento, um fato/acontecimento, mas dicas de como lidar com os filhos adolescentes. O texto, portanto, é predominantemente injuntivo, na medida em que pretende fazer com que os pais ajam de uma determinada maneira.

Desse modo, a simples presença de uma Manchete e a disposição gráfica no jornal não garantem a existência de uma notícia. Isso pôde ser percebido também nos textos 39, 40, os quais, apesar de possuírem a forma de uma notícia, ou seja, possuírem Manchete e Linha Fina, não são notícias, mas podem ser considerados artigos/ensaios; pois não conseguimos depreender

desses textos um fato/acontecimento, mas um pensamento, uma linha argumentativa e uma exposição de idéias.

No texto 41, publicado no caderno Turismo, do *Estado de Minas*, temos uma descrição da Região dos Lagos, no Rio de Janeiro. Não há uma macroproposição semântica que expresse um EP, um relato de um fato/acontecimento, pois estamos diante de uma conjugação entre os tipos descritivos e injuntivos. Isso se deve pelo fato de ambas as tipologias serem importantes na constituição do texto, não havendo uma predominância de um tipo ou outro; pois o que se pretende é descrever uma região e ao mesmo tempo influenciar os leitores a visitá-la, enumerando suas qualidades. O quadro abaixo nos mostra que, apesar de realizar a categoria Sumário/Resumo, não há um EP.

TEXTO	CATEGORIAS DE SUPERESTRUTURA
<p>Sem nunca perder o charme. <i>O Estado de Minas</i>, Belo Horizonte, 22 nov. 2005. Turismo, p. 4.</p>	<p style="text-align: center;">Sumário/Resumo</p> <p>Manchete (headline): Sem nunca perder o charme</p> <p>Linha fina: Da movimentada Cabo Frio à charmosa Búzios, há opções para quem quer agito ou tranquilidade. Butiques, bares e boates garantem a animação da noite.</p>

Como é um texto descritivo-injuntivo, temos a superestrutura da descrição, e da injunção, conforme quadros abaixo.

TEXTO	CATEGORIAS DA SUPERESTRUTURA DO TIPO DESCRITIVO
<p>Sem nunca perder o charme. <i>O Estado de Minas</i>, Belo Horizonte, 22 nov. 2005. Turismo, p. 4.</p>	<p>Objeto/tema-título: Região dos Lagos</p>
	<p>Situação: Terça-feira, 22 de novembro de 2005</p>
	<p>Qualidades: 1º parágrafo, 1º e 2º períodos</p>
	<p>Elementos ou partes: A) Cabo-frio, B) Búzios, C) São Pedro da Aldeia, D) Macaé e E) Araruama</p>
<p>TEXTO</p>	<p>CATEGORIAS DA SUPERESTRUTURA DO TIPO INJUNTIVO</p>
<p>Sem nunca perder o charme. <i>O Estado de Minas</i>, Belo Horizonte, 22 nov. 2005. Turismo, p. 4.</p>	<p>Determinação: a determinação, ou seja, a injunção em si, ocorre na parte “Serviço” (“como chegar”, “onde ficar”, “onde comer”), que faz parte do texto como um todo, assim como o mapa da região (contextualizador). O elenco ou descrição configura-se no corpo do texto conforme esquema acima, assim como a justificativa, que encontra-se implícita em toda a descrição. Desse modo, espera-se que, através da descrição da região, o leitor siga as instruções e chegue até o local.</p>

Portanto, em relação à estrutura composicional, a categoria necessária e suficiente para a constituição da notícia é o EP, que realiza o tipo narrativo.

Quanto ao **estilo verbal**, os manuais de redação produzidos pelos jornais são bastante completos, pois trazem várias instruções para a produção do texto jornalístico, que, de modo geral, deve ser objetivo e simples, conforme os trechos abaixo, extraídos das 49 Instruções Gerais do Manual de Redação e Estilo do *Estado de S. Paulo* para a produção de qualquer texto a ser publicado no jornal:

- 1 – Seja claro, preciso, direto, objetivo e conciso. Use frases curtas e evite intercalações excessivas ou ordens inversas desnecessárias...
- 2 – Construa períodos com no máximo duas ou três linhas. Os parágrafos, para facilitar a leitura, deverão ter cinco linhas datilografadas, em média, e no máximo oito...
- 3 – A simplicidade é condição essencial do texto jornalístico...
- 4 – Adote como norma a ordem direta, por ser aquela que conduz mais facilmente o leitor à essência da notícia...
- 9 – Em qualquer ocasião, prefira a palavra mais simples: *votar* é sempre melhor que *sufragar* ...
- 20 – Faça textos imparciais e objetivos. Não exponha opiniões, mas fatos...
- 43 – Trate de forma impessoal o personagem da notícia, por mais popular que ele seja... (MANUAL DE REDAÇÃO E ESTILO – O Estado de S. Paulo, 1990, p. 16, 18 e 20).

Nas Instruções Específicas, organizadas por ordem alfabética, temos:

Palavras e locuções vetadas. Esta lista inclui as palavras e expressões que o Estado considera antijornalísticas, pernósticas, desnecessárias...: adentrar, aduzir, aeródromo, afazeres, agente da lei, agilização, agilizar...

Sentido incompleto. 1 – Os verbos transitivos (diretos e indiretos) pedem sempre complemento. O mesmo ocorre com palavras e expressões que, sozinhas, tornam incompleto o sentido da frase. Veja sempre se o texto que você escreveu não deixa no ar umas destas perguntas: o quê? quem? de quê? do quê?...

Simplicidade. A simplicidade é condição essencial do texto jornalístico... (MANUAL DE REDAÇÃO E ESTILO DO ESTADO DE S. PAULO, 1990, p. 56, 70 e 71).

Numa terceira parte, intitulada “Normas e Estilos Internos”, o Manual traz ainda, por ordem alfabética, uma série de regras gramaticais a serem seguidas e normas de produção de

texto levando em consideração a atividade jornalística (recolhimento de informações, consideração do tamanho do texto antes de produzi-lo, etc).

Quanto ao estilo verbal, portanto, a notícia não apresenta nenhuma especificidade significativa, pois suas características de superfície lingüística estão relacionadas, de um modo geral, à simplicidade e objetividade, características que não são necessárias nem suficientes para identificarmos um texto noticioso.

Estabelecemos, portanto, que uma notícia é definida e identificada a partir das seguintes características e parâmetros de análise:

1. Pertencer à comunidade discursiva jornalística, ou seja, ser produzida, sem qualquer dúvidas, por um jornalista; que possui um conhecimento especializado e produz gêneros específicos para a comunicação interna entre seus parceiros e com seus leitores;
2. Ter o jornal ou a revista como suporte e não como serviço ou canal, na medida em que ambos os meios de comunicação funcionam como fixadores e não como mero divulgadores circunstanciais do gênero;
3. Exercer a função sociocomunicativa de estabelecer a comunicação entre os membros da comunidade discursiva jornalística e os leitores do jornal/revista, informando a população sobre fatos e acontecimentos atuais ou remotos, importantes ou “fúteis”;
4. Ter como conteúdo o relato de um fato/acontecimento, seja no presente, passado ou futuro;
5. Apresentar uma estrutura composicional que realize no mínimo a categoria de Evento Principal, que é predominantemente do tipo narrativo.

Pudemos perceber que existem várias formas de realização dessa notícia definida acima, ou seja, existem várias maneiras de realização de um texto que pertence à comunidade discursiva jornalística, exerce a função sociocomunicativa acima, possui o jornal e revista como suportes, realiza, no mínimo, a categoria de Evento Principal e relata um fato/acontecimento.

Desse modo, temos a notícia que aqui chamamos *notícia-conteúdo*, uma espécie de construto teórico elaborado e constituído pelas cinco condições mínimas e necessárias enumeradas acima para a existência do texto noticioso. E temos a *notícia-gênero*, que é a realização da *notícia-conteúdo*, o gênero em si, o texto constituído por signos verbais e não-verbais, perceptível pela visão (já que se trata de texto escrito), conforme conceito de texto adotado neste trabalho.

O que existe, o que funciona nas sociedades é a *notícia-gênero*, que apresenta várias faces, várias maneiras de expressão das condições de existência da notícia. Essas faces são consideradas neste trabalho como espécies de notícia, segundo teoria tipológica adotada, já que essas variadas formas de realização do texto noticioso são caracterizadas por diferenças de forma, de realização das categorias da superestrutura e de expressão do EP.

4.2 ESPÉCIES DE NOTÍCIA

4.2.1 Notícia-típica: a notícia-gênero

A face mais típica de notícia, aquela que é citada por teóricos da comunicação e aquela analisada por Van Dijk (1986), é a notícia que realiza todas as categorias propostas por esse lingüista, da maneira mais convencional, ou seja, na seguinte ordem de realização: 1.

Sumário/Resumo (“Headline” e Lead), 2. Evento principal, 3. Background, 4. Conseqüências e 5. Comentário.

Essa espécie de notícia, geralmente, desenvolve um tema relacionado à política, (economia, agronegócios, eleições, ect) e tende a realizar primeiro o “Lead” e Evento Principal, embora este geralmente não seja seguido de um “Background”, como ocorre nos textos 42, 43 e 44, para os quais temos a seguinte configuração:

Texto 42:

- **Chapéu:** Escândalo do “Mensalão”/Palocci na mira
- **Manchete:** Lula diz que política econômica é do governo e não de ministro
- **Linha fina:** Presidente soca púlpito para defender país, que ‘navega com tranqüilidade, sem tsunamis’
- **Lead:** o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (quem), ontem (quando), defendeu a atuação de Antonio Palocci no Ministério da Fazenda (o quê)
- **Evento principal (macroproposição semântica do tipo narrativo – narração passada):** o presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva defendeu o Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, em solenidade no Palácio do Planalto e afirmou o crescimento do país, mesmo diante de uma “crise do denunciamento”, afirmando que a “ ‘pequenez’ editorial não vai tirar a seriedade de sua administração”
- **Evento secundário:** 2º parágrafo, com inserções de comentários do presidente
- **Comentário:** 3º parágrafo, em reação verbal
- **Background presente:** 4º parágrafo
- **Comentário:** três últimas linhas do 4º parágrafo, entre aspas, em reação verbal

- **Background:** 5º parágrafo
- **Detalhes do Evento principal:** 6º parágrafo, 1º e 2º períodos
- **Comentário (avaliação):** 6º parágrafo (3º período), em reação verbal
- **Comentário (avaliação):** 7º parágrafo, em reação verbal
- **Detalhes do Evento Principal:** 8º parágrafo
- **Comentário (avaliação):** 9º parágrafo, em reação verbal
- **Detalhes do Evento Principal:** 10º parágrafo, 1º, 2º e 3º períodos
- **Comentário (expectativa):** 10º parágrafo, 4º, 5º e 6º períodos, em reação verbal
- **Detalhes do Evento principal:** 11º parágrafo
- **Detalhes do Evento Principal:** 12º parágrafo, exceto o último período
- **Evento secundário:** 12º parágrafo, último período
- **Comentário (avaliação):** 13º parágrafo

Texto 43:

- **Chapéu:** crise no governo Lula
- **Manchete:** Insatisfeito, Palocci diz que não recua e cobra definição de Lula
- **Linha fina:** Ministro da Fazenda afirma ao presidente que não vai arredar o pé na defesa do controle dos gastos públicos
- **Lead:** Antonio Palocci (quem), o ministro da Fazenda, queixou-se sobre Dilma Rouseff ao presidente da República
- **Evento principal (macroproposição semântica do tipo narrativo – narração passada):** o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, queixou-se ao presidente sobre a interferência da chefe da Casa Civil, Dilma Rouseff, na política econômica do país

- **Detalhes do Evento Principal:** 1º parágrafo, 2º e 3º períodos
- **Comentário (avaliação):** 2º parágrafo, 1º período
- **Background passado:** 2º parágrafo, 2º, 3º e 4º períodos
- **Background presente:** 3º parágrafo
- **Comentário:** 4º parágrafo
- **Background presente:** 5º parágrafo
- **Evento secundário:** 6º parágrafo
- **Background passado:** 7º parágrafo
- **Evento secundário:** 8º parágrafo
- **Comentário (avaliação):** 9º parágrafo, 1º e 2º períodos
- **Evento secundário:** 9º parágrafo, 3º e 4º períodos
- **Evento secundário:** 10º parágrafo
- **Comentário (avaliação):** 11º parágrafo
- **Evento secundário:** 12º e 13º (exceto último período) parágrafos
- **Comentário (avaliação):** 13º parágrafo, último período, em reação verbal

Texto 44:

- **Chapéu:** Adoção
- **Manchete:** Pai remunerado
- **Linha fina:** A polêmica lei estadual que dá dinheiro a quem adotar um menor abandonado
- **Background presente:** 1º parágrafo, 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º períodos

- **Evento principal (macroproposição semântica do tipo narrativo – narração passada):** (1º parágrafo, 7º, 8º e 9º períodos) O governador do Rio de Janeiro, Antony garotinho, lançou recentemente uma boa iniciativa para tentar amenizar o problema. Ele implantou no fim do ano passado uma lei estadual que prevê o pagamento de um salário mensal para quem adotar crianças deficientes, portadoras do vírus HIV e de outras doenças graves ou órfãos com idade superior a 5 anos. No conjunto, gente que dificilmente seria escolhida de forma espontânea por alguma família.
- **Background presente:** 1º parágrafo, 10º e 11º períodos
- **Evento secundário:** 2º parágrafo, 1º e 2º períodos
- **Background presente do evento secundário:** 2º parágrafo, 3º, 4º e 5º períodos
- **Comentário (avaliação):** 2º parágrafo, 6º, 7º, 8º (em reação verbal) períodos
- **Comentário (expectativa):** 2º parágrafo, 9º período, em reação verbal
- **Detalhes do evento principal:** 3º parágrafo, 1º e 2º períodos
- **Comentário (avaliação):** 3º parágrafo, 3º período
- **Evento secundário:** 3º parágrafo, 4º, 5º e 6º períodos
- **Comentário (expectativa):** 3º parágrafo, 7º período

Percebemos, na notícia intitulada “Pai remunerado”, que a categoria “Background” ocorreu antes e após o evento principal, diferentemente das notícias anteriores, que realizam, logo após o “Lead”, o Evento Principal, que por sua vez não é seguido de um “Background”.

Isso nos mostra o quanto a organização textual das notícias é flexível e reforça o fato de que, embora possamos estabelecer uma regularidade convencional para a realização das categorias da superestrutura da notícia, esse gênero não pode ser “encapsulado” numa forma

única, pois atende, primeiro, ao objetivo de estabelecer a comunicação e despertar o interesse do leitor pela sua leitura.

Uma vez que todo produtor de uma notícia tem esse objetivo em mente, irá compor o seu texto da maneira mais pertinente, utilizando-se dos mais variados recursos para que o texto seja claro e objetivo, embora já tenhamos reconhecido neste trabalho que essa objetividade jornalística é mais uma pretensão e pressuposto ético do que uma verdade em termos de uso da língua e construção/constituição do texto.

Além das categorias de superestrutura, o gênero notícia é composto por vários recursos que auxiliam na transmissão do fato/acometimento. Esses recursos podem ser: chapéu (como mostramos nos textos 42, 43 e 44), intertítulos²² (texto 45), esquemas (texto 46), mapas (anexo 47), imagens e gráficos (anexo 48), tabelas e gráficos (anexo 49), etc. Além disso, as notícias, quando possuem imagens, possuem também uma legenda, que têm “duas funções: descrever a foto, com o verbo de preferência no presente, e também dar uma informação sobre o acontecimento” (MANUAL DE REDAÇÃO E ESTILO DO ESTADO DE S. PAULO, 1990, p. 46).

Esses recursos, que auxiliam no estabelecimento da coerência, são os chamados contextualizadores, que são mais frequentes e diversificados (maior variação de cores e formas) nas revistas que nos jornais. Segundo Koch & Travaglia (1990):

Os fatores de contextualização são aqueles que “ancoram” o texto em uma situação comunicativa determinada. Segundo Marcuschi 1983, podem ser de dois tipos: os contextualizadores propriamente ditos e os perspectivos ou prospectivos. Entre os primeiros estão a data, o local, a assinatura, elementos gráficos, timbre, etc, que ajudam a situar o texto e, portanto, estabelecer-lhe a coerência.
(...)

²² Intertítulo corresponde a subtítulos que são editados no corpo da notícia, separando todo o texto em segmentos menores; e o chapéu pode ser uma palavra ou expressão relacionada ao tema da notícia e/ou ao tema do caderno.

Os fatores perspectivos ou prospectivos são aqueles que avançam expectativas sobre conteúdo – e também a forma – do texto: título, autor, início do texto (KOCH & TRAVAGLIA, 1990, p. 67).

Conforme já registramos, estrutura e conteúdo estão intimamente ligados e são dependentes entre si, pois a estrutura é preenchida pelo conteúdo semântico; e, em nossa análise, percebemos que o conteúdo, relacionado à função sociocomunicativa, pode mudar a estrutura, em termos de ordem convencional e mais recorrente das categorias da superestrutura.

Desse modo, foi constatado que as notícias de tema cultural (Caderno 2, do *Estado de S. Paulo*; *Ilustrada*, na *Folha de S. Paulo*; *Em Cultura*, no *Estado de Minas* e seções específicas nas revistas), geralmente, realizam a categoria Comentário primeiro, e não o “Lead”, como ocorrem nos textos dos anexos 50, 51, 52 e 53.

Nas quatro notícias, embora haja a manchete, da qual depreendemos o Evento Principal, não há o “Lead”, e a primeira categoria do corpo do texto são os comentários. O quadro abaixo nos mostra a organização dessas notícias:

NOTÍCIA	CATEGORIAS
	<p>Manchete : Guerra une cine político e Garcia Márquez</p> <p>Comentário (avaliação): 1º parágrafo</p> <p>EP – futuro (macroproposição semântica do tipo narrativo): três últimas linhas do 1º parágrafo – Será transmitido hoje na mostra competitiva do festival de Brasília o 15º filme de Ruy Guerra “O Veneno da Madrugada”.</p>

<p style="text-align: center;">TEXTO 50</p>	<p>Comentário (avaliação): 2º, 3º e 4º parágrafos</p> <p>Evento secundário: 5º parágrafo</p> <p>Comentário (avaliação): 6º parágrafo</p> <p>Evento secundário: 7º e 8º parágrafos</p> <p>Comentário (avaliação): 9º parágrafo</p> <p>Comentário (expectativa): 10º parágrafo (primeiro período).</p> <p>Evento secundário: 10º parágrafo (segundo período)</p>
<p style="text-align: center;">TEXTO 51</p>	<p>Manchete: O modernismo marginal de Goeldi</p> <p>Comentário (avaliação): 1º parágrafo, excedo o último período</p> <p>Background (presente): último período do primeiro parágrafo</p> <p>EP (macroproposição semântica do tipo narrativo – narração passada): 2º parágrafo – Foi lançado um site, houve uma exposição, que está em cartaz até dezembro, além de publicações sobre o artista Oswaldo Goeldi. Todos esses eventos fazem parte do projeto de resgate do artista.</p> <p>Evento secundário: 3º parágrafo, exceto o último período</p> <p>Comentário (expectativa): último período do 3º parágrafo</p> <p>Comentário (avaliação): 4º parágrafo (dois últimos períodos em reação verbal) e 5º (1º período) parágrafos</p> <p>Evento secundário: 2º período do 5º</p>

	<p>parágrafo</p> <p>Comentário (avaliação): último período do quinto parágrafo, em reação verbal, 6º (4º período em reação verbal), 7º e 8º parágrafos</p>
<p style="text-align: center;">TEXTO 52</p>	<p>Manchete: Poesia da vida</p> <p>Comentário (avaliação): 1º parágrafo (introdutório) - último período em reação verbal</p> <p>EP (macroproposição semântica do tipo narrativo – narração futura): 2º parágrafo (dois primeiros períodos – Será lançado em breve em todo o país o novo romance de Adélia Prado: <i>Quero minha mãe</i>. Na obra a autora conta a história de uma mulher que, aos 60 anos, descobre de uma hora para outra que está com câncer.</p> <p>Resumo do livro divulgado: 3º e 4º períodos do 2º parágrafo</p> <p>Comentário (avaliação): último período do segundo parágrafo e três primeiros períodos do 3º parágrafo</p> <p>Eventos anteriores: 4º, 5º e 6º períodos do terceiro parágrafo</p>

	<p>Comentário (avaliação): 4º parágrafo (primeiro, segundo, quarto, quinto e sexto períodos em reação verbal), 5º parágrafo (em reação verbal), 6º parágrafo (em reação verbal) parágrafos</p>
<p>TEXTO 53</p>	<p>Manchete: Veias abertas</p> <p>Comentário (avaliação): 1º parágrafo</p> <p>EP (macroproposição semântica do tipo narrativo – narração passada): 2º parágrafo (1º e 2º períodos) – Foram lançados no Brasil dois livros: Havana e O Rei de Havana, do americano Martin Cruz Smith e do cubano Pedro Juan Gutiérrez, respectivamente.</p> <p>Comentário (avaliação): 2º parágrafo (3º período), 3º e 4º parágrafos</p>

Percebemos, portanto, que as notícias de tema cultural (teatro, dança, lançamento de livros, cds, etc) tendem a desenvolver primeiro a categoria do Comentário, obedecendo à ordem de relevância, uma vez que nestes textos, mais importante que o fato relatado, são os comentários a respeito desse fato.

Embora possamos depreender da Manchete e do Evento principal as respostas para as perguntas inseridas pela categoria “Lead”, esta geralmente não ocorre de maneira típica, como

proposto por Van Dijk (1986) e postulado nos manuais de redação e estilo²³, ou seja, no primeiro parágrafo do texto, realizando uma categoria da superestrutura. Porém, em nossa análise, também encontramos, em menor número, notícias de tema cultural que se iniciam com o “Lead”, o que pode ser constatado nos textos 54 e 55.

A ocorrência de categorias como Comentário e Conseqüência no primeiro parágrafo das notícias nos mostra o quanto o objetivo sociocomunicativo dos gêneros jornalísticos é importante. Para a divulgação das notícias de tema político, a realização do “Lead” logo no primeiro parágrafo, após a Manchete e Linha Fina, parece ser mais adequada e prender mais a atenção do leitor. Já nas notícias de outros cadernos (Cultura, Esportes, etc), se o Evento Principal for explicitado logo no início, como o lançamento de um livro ou a data e horário de um jogo, o leitor pode não se interessar pelo resto do texto, como os comentários e conseqüências.

Outra característica dessas notícias de tema cultural é a pouca ocorrência de Conseqüências e Background, sendo constituídas, basicamente, pela Manchete, Eventos (principais e secundários) e Comentários. Isso pode estar relacionado ao fato de que não parece muito relevante no relato de um lançamento de livro, por exemplo, serem apresentadas as causas desse lançamento ou eventos concomitantes (“background”), ou as possíveis conseqüências desse evento.

Atendendo à ordem da relevância, portanto, o mais importante nessas notícias é divulgar um livro, uma apresentação teatral, uma obra artística, etc e tecer comentários a respeito do fato divulgado.

²³ Conforme o Manual de Redação e Estilo do Estado de S. Paulo (1990, p. 42), o Lead é “a abertura da matéria. Nos textos noticiosos, deve incluir, em duas ou três frases, as informações essenciais que transmitam ao leitor um resumo completo dos fatos.(...)Graficamente, recomenda-se que o lead tenha de quatro a sete linhas da lauda padrão do Estado.(...)”.

Como as notícias de temas político e cultural são as mais recorrentes e aquelas que mais realizam as categorias de superestrutura da notícia de forma convencional, embora haja variações quanto ao segundo tema, a notícia que aqui chamamos de *notícia-típica* é a *notícia-gênero*, aquela que todo usuário da língua consegue reconhecer como tal e diferenciá-la de outros gêneros.

Como a espécie é uma variação de forma ou conteúdo de um gênero, as outras faces da notícia enumeradas abaixo configuram-se em espécies dessa notícia-gênero, ou seja, correspondem a variações de forma no relato de um fato/acontecimento, com a função sociocomunicativa de informar o leitor, estabelecendo a comunicação entre a comunidade discursiva jornalística e seus leitores.

A vasta ocorrência dessas espécies, tanto em jornais quanto em revistas, comprova que a notícia é o gênero base do jornalismo, haja vista que textos que possuem outra nomeação são, segundo nosso ponto de vista, notícias como aquelas notícias-típicas; porém, com uma organização textual diferente e atendendo às cinco condições de existência de uma notícia.

4.2.2 A Sub-retranca

Segundo o Manual de Redação da Folha de São Paulo (1992), sub-retranca é o texto que é editado na mesma página que uma notícia principal, para a qual traz informações complementares. Desse modo, a sub-retranca, como uma das várias faces da notícia, está sempre vinculada à notícia principal da página em que é editada e possui o formato *Box*, exercendo a

função de desenvolver uma categoria específica da superestrutura do texto noticioso com o qual compartilha o mesmo tema.

Segundo Garcia (2005, p. 32-33), a sub-retranca assemelha-se ao *fait-divers*, “gênero textual que sempre esteve presente no meio jornalístico e é visto como um recurso editorial para chamar a atenção e promover a diversão do público leitor”. Sob essa ótica, a sub-retranca possui um traço de humor e, ao lado de notícias de tema político, especificamente da seção Brasil da FSP, pode ser um recurso para o jornal veicular uma ideologia a respeito do assunto sob uma pretensa objetividade.

Porém, em nossa análise, percebemos que a sub-retranca nem sempre constitui-se de um texto caracterizado pelo humor e é editada também em outros cadernos que não o de tema político (como de esportes, cultura, etc) e também ocorre em outros jornais, como *O Estado de S. Paulo* e *Estado de Minas*.

Portanto, a sub-retranca aqui é entendida como uma notícia paralela a uma notícia principal, da qual realiza uma categoria específica como “Background” ou Comentário, geralmente em uma configuração específica, como o formato *Box* e a presença de título e, menos recorrente, de chapéu.

Essa definição se confirma em Van Dijk (1986), que postula a existência de um texto que realiza categorias de um outro texto noticioso, como o Editorial, que, segundo o autor, é responsável pela categoria de Comentários, inserindo as expectativas e avaliações do jornal a respeito de um ou mais eventos²⁴.

²⁴ Segundo Van Dijk, 1986, p. 67: “There are however more than enough examples to warrant the special introduction of a Comments category. As with the other schematic category, this information may also be reserved for a special background or commentary article. Editorials have of course as their main function the formulation of the newspaper’s expectations and evaluations of the events”. (Há, porém, mais que exemplos suficientes para garantir a introdução da categoria Comentário. Como as outras categorias esquemáticas, esta informação pode ser

Como a *sub-retranca* é aqui proposta como uma das faces da notícia ou uma espécie vinculada ao gênero notícia e ao tipo narrativo, é também um texto noticioso, pois dele extraímos um fato/acontecimento, porém em um formato gráfico diferente da *notícia-típica* ou *notícia-gênero*.

Como desenvolve uma categoria específica da notícia à qual está vinculada, a *sub-retranca* possui o mesmo EP da notícia principal, texto este com o qual possui estreita relação semântica e que é indispensável para o estabelecimento da coerência na *sub-retranca*.

São exemplos dessa espécie de notícia os textos 56, 57, 58, 59 e 60, cujas categorias esquemáticas estão explicitadas abaixo:

Texto 56

- **Título:** Instituto de combate à malária funcionou no local nos anos 50;
- **Categoria da notícia principal realizada:** Background;
- **Evento principal da notícia principal (narração presente):** 95% da população da “Cidade dos Meninos” está contaminada com resíduos químicos;
- **Background realizado:** localização da “Cidade dos Meninos” (background presente); história das instituições que já funcionaram no local, apontando a causa do lugar estar contaminado (background passado).

Texto 57

- **Título:** Mão na massa;
- **Categoria da notícia principal realizada:** detalhes do Evento Principal;

reservada para um artigo especial de “background ou comentário. Editoriais têm como sua principal função a formulação do jornal sobre expectativas e avaliações dos eventos.)

- **Evento principal da notícia principal (narração passada – narração de um fato):** a Câmara absolveu, na semana passada, por voto secreto, o deputado Romeu Queiroz, (PTB-MG), que se livrou da cassação
- **Detalhes do Evento principal realizado:** além de Queiroz, há outros onze deputados que foram flagrados com a “mão na massa”, segundo lista (em que consta o nome e a quantia que esses deputados receberam) elaborada por Marcos Valério e entregue à CPI dos Correios.

Texto 58

- **Título:** Médico diz que procedimento não é cirurgia;
- **Categoria da notícia principal realizada:** Comentário;
- **Evento principal da notícia principal (narração passada):** paciente morre após fazer uma lipoaspiração, em São Paulo, e a clínica é interditada;
- **Comentário realizado:** o médico responsável pela cirurgia enviou uma nota à reportagem do jornal dizendo que o procedimento de lipoaspiração realizado por ele não é cirurgia

Texto 59

- **Título:** Poesia e jantar lotam a Casa das Rosas
- **Categoria da notícia principal realizada:** detalhes do Evento Principal;
- **Evento principal da notícia principal (narração passada):** evento cultural em SP, Virada Cultural, é prejudicado por temporal, atrasos e falta de organização;

- **Detalhes desenvolvidos na sub-retranca:** recital de poesia na Casa das Rosas, às 3h25, uma das atrações da Virada Cultural, foi um sucesso. As 50 cadeiras que compunham o ambiente não foram suficientes. Durante a peça, houve o oferecimento de comida à platéia.

Texto 60

- **Título:** Leite materno salva milhões
- **Categoria da notícia principal realizada:** Evento secundário;
- **Evento principal da notícia principal (narração presente – relato de um fato):**
A amamentação protege a mulher da diabete, segundo cientistas da Universidade de Harvard;
- **Eventos secundários realizados:** 1) segundo relatório do Unicef e da Organização Mundial de Saúde (OMS), produzido para avaliar o progresso de países em desenvolvimento desde a Declaração sobre Proteção, Promoção e Apoio ao Aleitamento Materno, a amamentação está salvando 6 milhões de crianças anualmente, já que aumentou o número de mães que amamentam filhos até seis meses, nesses países. 2) mais de 60 países estão proibindo, através da implementação do Código Internacional de Marketing, a oferta e o uso de imagens que valorizam a amamentação por mamadeira. 3. O encontro do Unicef e da OMS propôs o status de “amigos dos bebês” aos hospitais que estimulam a amamentação de recém-nascidos. 4. Segundo o relatório, ainda é pequeno o número de bebês que são amamentados exclusivamente por leite materno no mundo em desenvolvimento, o que se deve à pesada carga de trabalhos das

mulheres nas zonas rurais e às incertas oportunidades de trabalho na zona urbana, fato que deve ser modificado, a partir de uma maior proteção às mulheres no mercado de trabalho.

Quanto às características da sub-retranca, é importante ressaltar que nem sempre é editada em *Box* e pode conter linha fina, como o texto 60, do *Estado de Minas*. Do mesmo modo, um texto pode parecer uma sub-retranca, pela disposição gráfica em *Box*, mas na verdade é uma notícia principal, pois não compartilha um tema com outra notícia, da qual realiza uma categoria de superestrutura, como ocorre no texto 61, na notícia intitulada “Criminosos fazem buraco e furtam banco”.

Dentre as categorias de uma notícia principal realizadas pela sub-retranca, a de maior ocorrência é o “Background”, que traz informações complementares sobre a notícia, seja do momento presente ou passado, auxiliando sua compreensão.

Essa informação “extra”, que é inserida no texto noticioso pelo “background”, também pode ser percebida nos contextualizadores, utilizados na editoração do gênero notícia, como gráficos, esquemas, mapas, tabelas, etc. Esses recursos muitas vezes são citados no corpo da notícia (como “veja quadro ao lado”, “confira na tabela abaixo”, etc) para que o leitor recorra a eles para melhor esclarecimento de um fato, extraindo seus detalhes.

Essa “função” de “background” pode ser exercida também por uma entrevista, a qual é editada ao lado de uma notícia principal e cujo conteúdo auxilia a compreensão do leitor a respeito do evento principal relatado. É o que ocorre no texto 62.

Esses recursos gráficos e até mesmo a entrevista que exercem a “função” de “background” podem ter uma configuração gráfica em *Box* e um título, assemelhando-se de tal

maneira a uma sub-retranca que a fronteira entre ambos se torna difusa e tênue. No caso do gênero entrevista com “função” de “background”, parece que estamos diante de um intercâmbio de gêneros, pois teríamos uma sub-retranca em forma de entrevista.

Essa mistura e oscilação entre um gênero e outro, bem como um gênero e um recurso gráfico, embora não seja nosso foco de análise, nos revela, conforme expusemos anteriormente, a versatilidade e flexibilidade dos gêneros jornalísticos, os quais, com a função sociocomunicativa de transmitir informações, podem ser compostos da maneira que melhor atender a esse fim; tornando difícil, portanto, o “encapsulamento” desses gêneros em uma forma única e rígida, bem como sua identificação e diferenciação.

4.2.3 Chamada

A Chamada, segundo Medina, J. (2001, p. 54), é um “resumo da notícia colocado na primeira página ou na capa de um caderno, com esclarecimentos sobre a seção ou página em que pode ser lida.”

Desse modo, a Chamada alerta os leitores sobre os principais textos do jornal, tudo aquilo que o editor da capa do jornal, seja a página 1 ou a capa de cadernos, considera ser importante, de destaque. Embora os teóricos da Comunicação se refiram basicamente ao jornal, as chamadas também ocorrem nas revistas, como no exemplo extraído da capa da revista *Veja*, no texto 63.

As Chamadas são uma espécie de notícia porque relatam, embora resumidamente, um fato/acontecimento, além de atenderem aos outros critérios de definição de notícia; diferenciando-se da *notícia-típica* pela sua localização (sempre nas capas das revistas, dos jornais

ou dos cadernos destes), pela presença de imagem (embora não em todos os casos) e por conter a indicação, ao final, da localização da notícia anunciada.

Pelo fato de terem também a função de chamar a atenção do leitor para vários fatos e acontecimentos, as chamadas são bastante breves e, geralmente, são constituídas de um título ou Manchete (com menos recorrência há uma Linha Fina e/ou Chapéu).

Esse gênero talvez seja o mais variável dos jornalísticos, na medida em que encontramos desde Chamadas bastante breves, apenas com Manchete e Evento Principal, como aquelas mais elaboradas, com Manchete, Linha fina, Evento Principal, detalhes do Evento Principal, Evento Secundário, Comentário e Conseqüência, conforme os textos 64 e 65, respectivamente. Há também “Frases” que funcionam como chamadas (embora nessas chamadas, geralmente, não apareça a indicação da página em que se encontra a notícia), como o texto 66.

Texto 64

ESPÉCIE	CATEGORIAS DA SUPERESTRUTURA DA NOTÍCIA
Chamada	Chapéu: Assalto ao BC
	Manchete: Mulher de preso é seqüestrada
	EP (macroproposição semântica narrativa – narração passada): O bando de assaltantes do BC seqüestrou a mulher de um assaltante preso e obrigou-a a falar onde estava o dinheiro roubado.

Texto 65

ESPÉCIE	CATEGORIAS DA SUPERESTRUTURA DA NOTÍCIA
	Resumo/Sumário
	Manchete: Acelerar gastos no fim de ano,

Chamada	ordem de Lula a Palocci Linha fina: Ministro vai definir investimentos para evitar gastos supérfluos; ele deve dar prioridade a obras de infraestrutura.
	Evento principal (lead): O presidente Lula (quem) comunicou aos ministros da área econômica que pretende aproximar o máximo possível o superávit primário da meta de 4,25 do Produto Interno Bruto.
	Detalhes do EP: 2º período
	Conseqüência: 3º e 4º períodos
	Evento Secundário: 5º e 6º períodos
	Comentário (reação verbal): 7º período

A primeira página mostra-se bastante flexível, revelando o caráter de constante transformação dos gêneros e sua relação com as mais diversas atividades e interesses sociais. Não há uma forma fixa para a construção da capa de um jornal/revista, podem aparecer textos e gêneros diversos, desde que atendam à necessidade de chamar a atenção do leitor para um determinado assunto.

Percebemos, na análise de texto-legenda (que será abordado adiante), o quanto os gêneros, principalmente os jornalísticos, são flexíveis, ou seja, podem assumir funções diferentes e configurarem-se em outros gêneros.

Percebemos, também, a importância de todo o contexto de comunicação e de critérios que consideram esse contexto para conseguirmos realizar uma classificação de gêneros. Quando os texto-legendas funcionam como chamadas, geralmente, possuem menor extensão, haja vista a brevidade necessária aos textos da capa.

As Chamadas não podem ser produzidas por não-jornalistas e, geralmente, há um profissional (editor de capa) responsável pela leitura de todo o conteúdo do jornal/revista e elaboração desse gênero.

4.2.4 “Frases”

Em nosso *corpus*, percebemos a grande ocorrência de frases de personalidades, ou seja, citações entre aspas sobre um determinado assunto, seguida do nome, idade e profissão de quem proferiu e, às vezes, um pequeno comentário sobre a situação em que a frase foi emitida.

Nas revistas, essas frases têm uma seção específica (“Veja essa”, na revista *Veja*, e “Dois Pontos”, na *Época*), nos jornais não têm um lugar específico, porém sempre estão relacionadas a uma notícia da página em que ocorrem e podem ocorrer acompanhadas de imagens e sob o título “Frases”, fato que nos levou à nomeação dessa espécie de notícia.

Essas frases são uma espécie de notícia indireta, pois, ao invés de o jornalista transcrever em discurso indireto a fala de alguém, ele a transcreve na íntegra, o que revela um certo descompromisso do jornal/revista com o conteúdo veiculado, embora o comentário e a própria escolha da fala nos mostre, mais uma vez, que a objetividade e a isenção jornalística parecem não existir.

O que difere as “frases” das notícias-típicas, portanto, é a presença de um discurso direto, como se o “jornalista-narrador”, em seu relato, abrisse dois pontos antes da frase, que inclusive aparece sempre entre aspas.

Desse modo, a macroproposição semântica narrativa que expressa o EP de uma frase será sempre um discurso indireto, pois a elaboração do resumo dessa espécie de notícia corresponde a “dizer” o que alguém disse.

Quanto à superestrutura, propomos as seguintes categorias, considerando a proposta de Van Dijk (1986), bem como as demais propostas de superestruturas expostas neste trabalho:

1. **Comentário 1 (obrigatória)** – em que há o relato em si, entre aspas, da fala de alguém, geralmente uma celebridade ou pessoa que se destacou por algum feito;
2. **Situação (obrigatória)** – em que há a descrição do “dono” da frase, com seu nome, profissão, idade, local de nascimento, etc;
3. **Comentário 2 (pode aparecer ou não)** – em que há um comentário do jornalista a respeito da fala, apresentando a situação em que foi proferida e, às vezes, inserindo um juízo de valor, muitas vezes numa aparente imparcialidade.

Segundo nossa proposta de superestrutura para as “frases”, podemos constatar-la nos textos 67, 68 e 69, cujas categorias esquemáticas explicamos abaixo:

Texto 67

- **Comentário 1:** “Se nós tivéssemos 180 milhões de Franciscos, certamente o dinheiro daria para a gente fazer muito mais coisas para o povo pobre deste país”
- **Situação:** Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República;
- **Comentário 2:** referindo-se ao faxineiro Francisco Cavalcante, que devolveu uma carteira com 10.000 dólares que encontrou num banheiro do aeroporto onde trabalha

Texto 68

- **Comentário 1:** “O que houve nesse governo foi uma racionalização do uso dos recursos de publicidade institucional da administração direta, por meio de sua centralização na Secom e da negociação de preços com os veículos de comunicação”
- **Situação:** Luiz Gushiken, secretário de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República,
- **Comentário 2:** tentando explicar o inexplicável;

Texto 69

- **Comentário 1:** “Nunca me senti ameaçada, mas agora, pela primeira vez, eu me sinto forte. As pessoas estão agindo de modo diferente comigo. Tem gente que pensa que sou uma neonazista ou lésbica. Estou amando isso.””
- **Situação:** Natalie Portman, atriz americana nascida em Israel
- **Comentário 2:** referindo-se à cabeça raspada, visual que usou no filme V de Vingança e resolveu manter;

Quanto ao tipo, no Comentário 1 pode haver: uma dissertação, uma narração ou uma descrição, sempre em termos de dominância. A categoria da situação realiza, necessariamente, o tipo descritivo, pois é preenchida pela descrição de quem emitiu a frase em questão. No comentário 2, constatamos apenas a realização do tipo dissertativo e o EP que depreendemos de todo o texto é sempre narrativo, embora a frase citada seja dissertativa, por exemplo.

4.2.5 Notas e *Fait-divers*

Segundo o Novo Manual de Redação da FSP (1992), *fait-divers* refere-se a notas e notícias atrativas para o leitor. Temos, nesse conceito, a noção central desse texto: seu caráter atrativo, de novidade.

Para Garcia (2005, p. 33), o *fait-divers* chama a atenção pelo seu “caráter inusitado ou contraditório das relações humanas em algumas circunstâncias, expostas, aparentemente, sem nada de implícito, para serem consumidas pelo leitor mais como uma curiosidade do que acréscimo de informação”. Esse conceito reforça o caráter de novidade do *fait-divers* e acrescenta outra noção: a de futilidade, uma espécie de curiosidade desnecessária.

Essa categoria de texto, de caráter inusitado e pouca relevância, apresenta uma extensão bastante curta, constituindo-se em pequenos textos reunidos numa seção específica sob um título ou vários subtítulos.

Desse modo, o que chamamos de *fait-divers* refere-se a pequenas notícias que dão a conhecer um fato/acontecimento bastante novo, interessante e um tanto fútil, tendo em mente fatos políticos, econômicos e sociais que dizem respeito às diretrizes políticas de uma determinada região.

Porém, admitimos que esse conteúdo possa aparecer, também, num texto maior, um relato de um fato/acontecimento inusitado com grande atrativo para o leitor, uma espécie de “fofoca institucionalizada”²⁵, mas essas notícias ou “grandes” *fait-divers* são encontradas em revistas

²⁵ Termo citado pelo professor Dr. Luiz Carlos Travaglia, em comunicação em sala de aula, no curso de Mestrado em Linguística, Uberlândia, MG, set. 2005.

especializadas em curiosidades sobre celebridades, como *Caras* e *Contigo*, as quais não fazem parte do nosso *corpus* de análise.

Além do *fait-divers*, constatamos também a existência de pequenas notícias, publicadas em seções específicas e com títulos ou sub-títulos, porém, com conteúdo diferente, não tão inusitado e não satisfazendo uma curiosidade; mas um conteúdo que expressa o relato de um fato/acontecimento político ou econômico, por exemplo.

A essa categoria de texto, que corresponde a outra espécie de notícia, chamamos de **nota**, que corresponde, a grosso modo, a uma notícia-típica de pequena extensão e publicada em seções específicas e com títulos ou sub-títulos.

Embora tenhamos constatado a regularidade das notas e dos *fait-divers* em seções e cadernos específicos, esses textos não possuem um lugar de ocorrência muito fixo, pois podem ser editados em qualquer caderno ou em qualquer espaço das revistas, geralmente em conjunto, sobre um mesmo tema, ou com um tema geral e subtemas mais específicos, que dividem e agrupam os textos em um mesmo assunto, como ocorre na seção Radar, da revista Veja (texto 70), que corresponde a um conjunto de notas.

Quanto à superestrutura, esses textos têm sempre uma Manchete ou título (às vezes um subtítulo) e, geralmente, realizam as categorias de “Lead”, Evento principal, Evento Secundário, Comentário e Conseqüências, seguindo a ordem proposta por Van Dijk (1986) que segue o princípio da relevância.

Porém, podemos ter notas e *fait-divers* que se iniciam com o “Lead” e Evento Principal, com Comentário e com “Background”, conforme os textos 71, 72 e 73, respectivamente.

Texto 71

- **Manchete:** A praia do fluminense;
- **Lead:** Wagner Victor (quem), o secretário de energia ficou intrigado com o armador Norskan (o quê), o qual chamou um navio de Botafogo e outro de Flamengo (por quê);
- **Evento principal:** Wagner Victor se irritou com o fato de o armador Norskan ter batizado um navio de Botafogo e outro de Flamengo;
- **Background presente:** Fanático pelo fluminense, início do 2º período;
- **Detalhes do evento principal:** cobrou uma homenagem a seu time, continuação do 2º período
- **Conseqüência:** 3º, 4º e 5º períodos

Texto 72

- **Manchete:** O fim de uma agência;
- **Comentário:** 1º período
- **Evento principal:** 2º período;
- **Conseqüência:** 3º período
- **Background passado:** Depois de 35 anos no mercado, início do 4º período;
- **Conseqüência:** continuação do 4º período, 5º e 6º períodos.

Texto 73

- **Manchete:** Collor deu uma de Ronaldo;
- **Background:** 1º período;

- **Evento principal:** 2º período;
- **Detalhes do evento principal:** 3º período;
- **Eventos secundários:** 4º período (Collor já foi casado duas vezes, começou a usar aliança de noivado e disse que não volta para a política) e 5º período (Collor quer se dedicar ao novo amor e tocar os negócios da família).

Não constatamos em nossa análise essa espécie de notícia iniciada com a categoria da Conseqüência.

4.2.6 “Memorial”

Encontramos na *Folha de S. Paulo* (caderno C - Cotidiano) e no *Estado de S. Paulo* (Caderno C - Cidades) a publicação de notícias antigas, datadas de cinquenta anos atrás ou de um século. Chamamos esse texto de “memorial”, por se tratar de lembrar fatos que marcaram uma determinada época em um determinado local.

Consideramos esse texto uma espécie de notícia, que possui, em ambos os jornais, um espaço específico de publicação. Trata-se de notícias antigas que são publicadas novamente, com o objetivo de lembrar o que estava acontecendo na data de publicação do jornal, mas há alguns anos.

O que diferencia o “memorial” da notícia-típica é o fato de seu conteúdo semântico, seu EP, assumir um caráter histórico, não se trata de um fato/acontecimento contemporâneo, futuro ou remoto, mas o evento divulgado torna-se um marco histórico, tanto para o local onde ocorreu quanto para o jornal que o publica.

O que importa não é a realização de uma categoria ou outra ou a ordem de realização dessas categorias da superestrutura da notícia, seja qual for a estrutura composicional dessa espécie de notícia, ela se define pelo status histórico que adquire com a sua publicação. Como exemplo de “memorial” temos os textos 74 e 75 .

4.2.7 Texto-legenda

O Manual de Redação e estilo do Estado de S. Paulo (1990) traz o seguinte conceito para o verbete texto-legenda:

Como é ao mesmo tempo, uma notícia e uma legenda, deve, por isso, descrever a fotografia e relatar o fato ao leitor, em linguagem direta e objetiva. Recomenda-se que o texto-legenda preencha de três a cinco linhas de lauda. Em casos excepcionais, admite-se um pouco mais e, raramente, menos. Não existe parágrafo no texto-legenda, nem inicial nem intermediário. O ideal é que o texto-legenda contenha pelo menos duas frases, a primeira descritiva e a segunda, complementar e informativa. Como título, reproduza algum pormenor da notícia ou mesmo a sintetize (MANUAL DE REDAÇÃO E ESTILO DO ESTADO DE S. PAULO, 1990, p. 74-75).

Apesar de o Manual recomendar, nem sempre os texto-legendas possuem títulos, como podemos observar nos textos 76 e 77.

O texto-legenda, portanto, é uma espécie de notícia que se caracteriza pela presença de uma foto e um texto que a explica e relata o fato/evento noticiado. Conforme abordamos anteriormente, os texto-legendas podem funcionar como chamadas.

4.3 NOTÍCIA: UMA JUNÇÃO DE FATORES

Devemos registrar que, entre os cinco critérios e parâmetros para identificarmos uma notícia, não há hierarquia, ou seja, não podemos estabelecer uma ordem de importância; já que acreditamos que a notícia surge da conjugação de todos esses critérios. Uma visão hierárquica nesse caso, ou seja, o estabelecimento de um critério como o mais importante, levaríamos a classificar, se não todos, a maioria dos gêneros publicados nos jornais e revistas como notícia.

O critério que, se supervalorizado, levaria a essa classificação seria o conteúdo. Ora, se partirmos do pressuposto de que a única condição necessária e suficiente para a existência de uma notícia seja seu conteúdo (que se configura no dar a conhecer aos leitores fatos e acontecimentos tanto atuais como mais remotos); e, ainda, tendo em mente que o jornalismo (impresso ou falado) tem o compromisso de informar devidamente a população sobre o que está acontecendo, aconteceu ou pode acontecer em cidades, regiões, lugares e países, todos os gêneros publicados em jornais e revistas poderiam ser, *a priori*, uma notícia.

Dos gêneros do tipo narrativo, podemos extrair, claramente, um fato/acontecimento, o que não ocorre à primeira vista com gêneros dos tipos dissertativo, argumentativo, injuntivo e descritivo, dos quais, geralmente, temos, predominantemente, a exposição de idéias, uma tomada

de posição em relação a algum tema, um desejo de que se faça ou cumpra algo no futuro e o elencar de características de algo ou alguém, respectivamente.

Porém, textos aqui postulados como necessariamente descritivos, como o boletim meteorológico e os classificados, não narram um fato/acontecimento? Não temos, respectivamente, a notícia de que vai chover em um determinado lugar e de que um determinado imóvel está à venda?

Segundo o critério de conteúdo, portanto, poderíamos considerar a maioria dos gêneros publicados em jornais e revistas como notícias, inclusive aqueles que facilmente classificamos como não jornalísticos, como o edital.

Como a identificação e definição de uma notícia é bastante complexa, acreditamos que esse gênero deve ser visto como uma junção de todos os cinco fatores (expostos no item 4.1) que julgamos pertinente e necessários para sua constituição, sem qualquer sobreposição entre eles.

É importante registrar que alguns gêneros como o artigo de divulgação científica e o obituário/nota de falecimento parecem expressar o relato de um fato/acontecimento, dando a conhecer a notícia de alguma descoberta científica e da morte alguém. No entanto, esses gêneros parecem não constituírem a comunidade discursiva jornalística, já que esse artigo, geralmente, é produzido por um especialista que traça comentários científicos e o obituário são notas de falecimento pagas ao jornal, não refletindo, assim, um gênero da esfera de ação social jornalística.

Porém, quando o obituário é sobre a morte de uma pessoa conhecida por algum motivo, parece que estaríamos diante de uma notícia, já que esse texto, então, não é pago para ser publicado. No entanto, maior investigação deve ser feita em relação ao seu produtor (jornalista ou não?).

A identificação de uma categoria de texto como uma notícia, portanto, pode ser feita pela junção dos cinco fatores abaixo:

1. Ser produzida por um jornalista e, conseqüentemente, pertencer à comunidade discursiva jornalística, refletindo a existência de um grupo social com objetivos públicos comuns e especializados em uma determinada área (no caso dos jornalistas a área da Comunicação);
2. Ter o jornal/revista como suporte e não como mais um meio de divulgação, ou seja, ter o jornal/revista como primeiro “lugar” de ocorrência e fixação, e não como canal ou meio;
3. Ter como função sociocomunicativa instaurar a comunicação entre os leitores do jornal/revista e os membros da comunidade discursiva jornalística, permitindo à população o conhecimento de fatos e acontecimentos remotos ou recentes, importantes ou “fúteis”;
4. Ter como conteúdo temático o relato de um fato/acontecimento, no presente, passado ou futuro;
5. Ser predominantemente do tipo narrativo, apresentando uma estrutura composicional que realize, no mínimo, a categoria de Evento Principal (EP).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme expusemos, a notícia é um gênero que possui várias espécies vinculadas a si e constitui-se no gênero base do jornalismo, conforme apontam vários teóricos da área da Comunicação.

Em nossa análise, confirmamos a hipótese de que os gêneros jornalísticos possuem uma organização textual própria, conforme expusemos na caracterização desses gêneros, inclusive daqueles de difícil definição como jornalísticos (itens 3.5 e 3.6).

Quanto aos nossos objetivos, constatamos 32 categorias de texto na comunidade discursiva jornalística e estabelecemos como critérios de delimitação e definição do que seja um texto/gênero jornalístico os princípios propostos por Swales (1990) para definição de comunidade discursiva, bem como o que postula Marcuschi (2003) a respeito da diferença entre gênero, suporte, serviço, canal ou meio.

Temos consciência de que a tarefa de estabelecer parâmetros de classificação de texto/gênero jornalístico é bastante complexa, na medida em que a fronteira entre o jornalístico e o não jornalístico não se mostra com muita clareza, nem mesmo para os próprios teóricos da Comunicação, os quais não distinguem com rigor lingüístico os gêneros publicados em jornais e revistas.

Além disso, a diferença entre suporte, serviço, canal ou meio deve ser investigada em mais estudos, haja vista a escassez de trabalhos que contemplam essa análise.

Quanto à definição e caracterização do gênero notícia, estabelecemos cinco critérios que, juntos, possibilitam a identificação de um texto noticioso, cuja constatação nos jornais e revistas é bastante complexa, haja vista o grande número de textos que, à primeira vista, parecem notícia.

Essas “falsas” notícias (como o texto 38) são mais recorrentes quanto mais extraordinário for o caderno do jornal e menos relacionado ao tema político for o caderno ou a seção da revista. Desse modo, em cadernos de Turismo, Cultura, Culinária, Novelas, Infantis e Moda, por exemplo, há mais recorrência de textos que se assemelham à notícia, pois possuem Manchete e, às vezes, Linha Fina; mas que não constituem-se em textos noticiosos segundo nossos critérios.

Essas categorias de texto são, na verdade, indicações de lugares para passeio (caderno de Turismo), dicas culinárias (caderno de Culinária), dicas de moda ou comportamento (caderno de Moda), dicas de livros e filmes (caderno Cultural, Infantil, ect), análises de obras artísticas e comentários sobre novelas e artistas (caderno Cultural).

Não há, nesses textos, a conjugação de todos os critérios de estabelecimento da notícia, apesar desses textos parecerem possuir o jornal como suporte. Porém, todos os fatores constituintes da notícia devem atuar conjuntamente, segundo nossa proposta e ponto de vista.

Como partimos do pressuposto de que os gêneros estão intimamente ligados à sua função sociocomunicativa (TRAVAGLIA, 2003) e revelam atividades sociais (BAKHTIN, 1997) e profissionais (BAZERMAN, 2005), assumimos também o pressuposto de que os gêneros são dinâmicos, ou seja, variam com o tempo e seu contexto social, já que as próprias atividades sociais e suas funções não são rígidas e estão em constante mudança.

Desse modo, precisamos ressaltar que nossa tentativa de contribuição à construção de uma teoria tipológica geral de textos e, conseqüentemente, à conceituação de gêneros como jornalísticos ou não, deve ser entendida como situada em um dado momento histórico e social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAM, Jean Michel. **Lês Textes: types et prototypes – Récit, description, argumentation, explication et dialogue**. Paris: Nathan, 1993.

AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer – palavras e ação**. Tradução de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes médicas: 1990.

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica**. São Paulo: Ática, 1990.

BAKHTIN, Mikail. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. Tradução de Michel Lahud e Yara Fratechi Vieira. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

BAZERMAN, Charles. **Gêneros textuais, tipificação e interação**. São Paulo: Cortez, 2005.

BERNÁRDEZ, Enrique. **Introducción a la lingüística del texto**. Madrid: Espasa – Calpe S. A, 1982.

BONINI, Aldair. Os gêneros do jornal: o que aponta a literatura da área de Comunicação no Brasil? **Linguagem em (Dis)curso, Florianópolis**, v. 4, n. 1, jul./dez. 2003. Disponível em <<http://br.geocities.com/adbonini/>>. Acesso em: 20 de nov. de 2006.

BRONKART, J. P. **Atividade de linguagem, textos e discursos**. São Paulo: EDUC, 2003.

COIMBRA, Oswaldo. **O texto da reportagem impressa**. São Paulo: Ática, 1993.

DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA. Disponível em:
<<http://houaiss.uol.com.br/busca.jhtm>>. Acesso em: 19 nov. 2006.

DUBOIS, Jean et al. **Dicionário de Lingüística**. São Paulo: Cultrix, 1973.

FÁVERO, L. L.; KOCH, I. V. Contribuição a uma tipologia textual, **Letras & Letras**,
Uberlândia, vol. 3, n. 1, p. 3–10, jun., 1987.

FÁVERO, L. L.; KOCH, I. V. **Lingüística Textual**: Introdução. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1988.

FERREIRA, Simone Cristina Salviano. **A crônica: problemáticas em torno de um gênero**. 206
f. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Instituto de Letras e Lingüística, Universidade
Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.

FIORIN, J. L. Tipologia dos textos. In: LOPES, Harry Vieira et al (org.). **Língua Portuguesa – o
currículo e a compreensão da realidade**. São Paulo: Secretaria de Estado de
Educação/Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas, 1981, p. 33-42.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Manual de Redação**. São Paulo, 1992.

GARCIA, Cladir Costa Gabriel. **A política do riso e o riso da política** – a argumentatividade na expressão do humor no discurso jornalístico. Tese (Doutorado) – Faculdade Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2005.

GARGUREVICH, Juan. **Gêneros periodísticos**. Quito: Equador Editorial, 1982.

KOCH, I.V.; TRAVAGLIA, L. C. **A coerência textual**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1991.

KOCH, I. V. **A coesão textual**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2002.

LAGE, N. **A reportagem, teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____. **Linguagem jornalística**. São Paulo: Ática, 2003.

MANUAL GERAL DA REDAÇÃO. 2. ed. São Paulo: Folha de São Paulo, 1987.

MARCUSCHI, L.A. **Análise da conversação**. 2. ed.. São Paulo: Ática, 1981.

_____. **Linguística de texto: o que é, como se faz.** Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1986.

_____. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: **Gêneros textuais e ensino.** DIONÍSIO, A. P; BEZERRA, M; MACHADO, A. R. (orgs). Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

_____. Questão do Suporte dos Gêneros Textuais, **Outras Palavras 1**, João Pessoa, UFPB, 2003. No prelo.

MEDINA, Cremilda de Araújo. **Notícia: um produto à venda.** São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

MEDINA, Jorge L. B. Gêneros jornalísticos: repensando a questão, **Revista Simposim**, Pernambuco, ano 5, n. 1, 2001.

MELO, José Marques. **A opinião no jornalismo brasileiro.** Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. Entrevista: o diálogo possível. São Paulo: Ática, 1986.

_____. **Gêneros jornalísticos na Folha de São Paulo.** São Paulo: FDT, 1992.

MELO, José Marques. (org) et ali. **Gêneros e formatos na comunicação periodística: um estudo do jornal Folha de São Paulo.** São Paulo: Universidade Metodista, 1998.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **Manual de Redação e Estilo**. São Paulo, 1990.

REBELO, José. **O discurso do jornal: o como e o porquê**. Lisboa: Editorial Notícias, 2000.

SILVA, Angela Maria et al. **Guia para normalização de trabalhos técnico científicos: projetos de pesquisa, monografias, dissertações, teses**. 5. ed. Uberlândia: EDUFU, 2006.

SWALES, John M. **Genre Analysis** – English in academic and research settings. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

TRAVAGLIA, L.C. **Um estudo textual-discursivo do verbo no português do Brasil**. 1991. Tese (Doutorado) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade de Campinas (UNICAMP), Campinas 1991.

_____. A superestrutura dos textos injuntivos, **Anais de Seminário do Grupo de Estudos lingüísticos do Estado de São Paulo**, Jaú, v. 2, 1992, p.1290-1297.

_____. Gêneros definidos por atos de fala. In: ZANDWAIS, Ana (org.). **Relações entre pragmática e enunciação**. Porto Alegre: Sagra Luzatto, 2002, p. 129-153.

_____. Composição tipológica de textos como atividade de formulação textual, **Revista do GELNE**, Fortaleza, v. 4, n. 1, 2003a, p. 32-37.

_____. Típelementos e a construção de uma teoria tipológica geral de textos. In: FÁVERO, Leonor Lopes; BASTOS, Neusa Maria O. Barbosa. **Língua Portuguesa e Ensino**. São Paulo: Cortez, EDUC, 2003b. No prelo.

_____. Tipologias textuais literárias e lingüísticas. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 7, n. 14, p. 146-157, jan./jun. 2004.

VAN DIJK, Teun A. Gramáticas textuais e estruturas narrativas. In: CHABROL. Et al. **Semiótica narrativa e textual**. Trad. Brás. São Paulo: Cultrix, 1977.

_____. News schemata. In: COOPER, Charles R. e GREENBAUM, Sidney (eds). **Studying writing: linguistic approaches**. London/Beverly Hills/New Delhi: Sage Publications, 1986, p. 155-185.

_____. **Cognição, discurso e interação**. São Paulo: Contexto, 1992.

WEINRICH, Harald. **Estructura y función de los tiempos em el langaje**. Madridi: Gredos, 1968.

ANEXOS